Isa da Silva Sorrentino

**Territorialidade e vulnerabilidade ao HIV e outras infecções
sexualmente transmissíveis: etnografia entre mulheres profissionais do
sexo no bairro da Luz, São Paulo**

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Ciências

Programa de Saúde Coletiva

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Thereza Couto Falcão

São Paulo

2019

Isa da Silva Sorrentino

**Territorialidade e vulnerabilidade ao HIV e outras infecções
sexualmente transmissíveis: etnografia entre mulheres profissionais do
sexo no bairro da Luz, São Paulo**

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Ciências

Programa de Saúde Coletiva

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Thereza Couto Falcão

São Paulo

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Preparada pela Biblioteca da
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

©reprodução autorizada pelo autor

Sorrentino, Isa da Silva
Territorialidade e vulnerabilidade ao HIV e
outras infecções sexualmente transmissíveis :
etnografia entre mulheres trabalhadoras sexuais no
bairro da Luz, São Paulo / Isa da Silva Sorrentino.
-- São Paulo, 2019.
Dissertação(mestrado)--Faculdade de Medicina da
Universidade de São Paulo.
Programa de Saúde Coletiva.
Orientadora: Márcia Thereza Couto Falcão.

Descritores: 1.Trabalho sexual
2.Territorialidade 3.Vulnerabilidade em saúde
4.Interseccionalidade 5.Infecções por HIV
6.Marcadores sociais da diferença

USP/FM/DBD-368/19

Responsável: Erinalva da Conceição Batista, CRB-8 6755

Agradecimentos

Meu principal agradecimento só pode ser às 16 mulheres que confiaram a mim parte de suas histórias, pensamentos e sentimentos. Sem isso, afinal, essa dissertação não existiria.

À Márcia, orientadora sempre presente, dedico com carinho um “causo” que guardei na memória desde uma tarde qualquer de 2017, numa das nossas primeiras reuniões:

Nós duas líamos o projeto de pesquisa na tela do computador, em silêncio concentrado, quando notei o olhar dela detido em um parágrafo. Leu, releu, pensou. E, então, disse em tom meio sério, ainda sem muita intimidade:

- Você está prometendo coisa demais! Depois não vai dar pra cumprir tudo isso.

A piada saiu da minha boca antes de eu parar pra pensar: “Ué, que nem puta! Promete tudo o que o cliente quer. Cumprir já é outra história.”

Para meu alívio caímos no riso; mas logo depois voltamos à concentração, elaboramos uma nova redação para aquele parágrafo, e seguimos...

Seguimos assim nos quase três anos de orientação: com conversas francas sobre qualquer tema que precisasse ser tratado, mas sempre com respeito e flexibilidade, acolhimento incondicional quando necessário, e direcionamentos precisos no processo de análise e escrita.

Ao Alexandre Grangeiro também faço questão de registrar minha consideração, pois foi a partir dele que essa ideia tomou forma, quando trabalhei sob sua coordenação no estudo Corrente da Saúde II. O apoio que tenho desde então, os conselhos sempre perspicazes, e as demonstrações de reconhecimento foram e são um estímulo em meu caminho.

À Celia Landmann Szwarcwald, obrigada pela pronta disponibilidade e confiança em autorizar o uso das entrevistas qualitativas do Corrente da Saúde II neste trabalho.

À Lilian e à Goretti, da secretaria do departamento, e à Isabel, da biblioteca, agradeço pelo trabalho desempenhado com competência nos bastidores, sempre indispensável para fazer o show acontecer.

E, mais do que nunca, nesse momento de ataques frontais à produção do conhecimento científico, necessário destacar a importância que teve o apoio do CNPq com a concessão da bolsa de pós-graduação.

Além disso, outras pessoas contribuíram, de diversas maneiras, para a construção ou amadurecimento das ideias que apresento no texto.

A Silvana Nascimento, o José Miguel Olívar e o André Mota, na banca de qualificação, trouxeram críticas construtivas e sugestões de abordagens que busquei aproveitar ao máximo.

As geógrafas e professoras Marísia Santiago Buitoni (IG-UERJ), Rita de Cássia Ariza da Cruz e Mônica Arroyo (ambas do DG/FFLCH-USP), além de terem me ensinado muito em suas disciplinas, recomendaram ótimas bibliografias.

Os colegas do Grupo de Estudo e Pesquisa em Saúde, Interseccionalidade e Marcadores Sociais da Diferença (SIMAS)... Bem, sem eles eu saberia quase nada sobre interseccionalidade. Construir conhecimentos coletivamente é outra história!

Impossível dar o devido espaço a cada um, mas preciso ainda registrar meu carinho às pessoas mais diretamente envolvidas na trajetória deste trabalho.

A Cris Gadelha, com quem as trocas sempre foram tão frutíferas, me deu as primeiras dicas de leitura sobre antropologia, de observação em campo, e de indagações que me acompanharam até o fim da pesquisa.

A Nina Laurindo e a Cleone Santos, duas mulheres que conhecem como ninguém a cena da prostituição em São Paulo e especialmente no Parque da Luz, abriram um fundamental espaço onde pude conviver, aprender e debater com elas.

A Marina, que conhece como poucos a realidade do SUS, foi também uma formadora e tanto! Quando nos conhecemos, no SAE Campos Elíseos, sua transparência e disposição para transmitir conhecimentos me impressionaram. Depois descobri, além disso, uma grande amiga.

A Monique Prada e a Aline Lopes abriram as portas do movimento, que eu só sabia existir por causa das leituras. Com a oportunidade de ir ao VI Encontro Nacional de Prostitutas, em 2017, algo mudou em mim para sempre!

A Karina Géa, por sua vez, me explicou tudo o que deu tempo, sem qualquer tipo de disputa por informações. Além de ter sido ótima companhia nos lindos dias de São Luís.

A Paula Morena esteve do início ao fim: parceira no trabalho, solidária e sensível como amiga, me socorreu muitas e muitas vezes, e me ensinou o caminho das pedras.

Outros amigos e amigas foram igualmente importantes e queridos: o Jennifer e a Larice pelos passeios e altos papos sobre tudo, além das leituras; o Davidson e a Pat pela amizade, em si, e pela revisão do texto de qualificação; o Marcos e a Vivi pelas afinidades de pensamento; a Jú e a Quel pelas risadas sempre garantidas.

Pedro e Caio, por serem os dois amigos com quem convivi de mais perto e por mais tempo até hoje. E pelo apoio financeiro em várias fases dos meus estudos. Stella e Clara, por serem essas pequenas enormes amigas que me enchem de orgulho e para quem espero ser um ponto de apoio e incentivo na vida! E Liz, por ser igualmente querida, mesmo nos conhecendo tão pouco.

Mas no começo de tudo isso teve minha mãe, que colocou na minha cabeça a ideia de que as mulheres devem ir à luta e a todos os lugares (mas sempre ficou de olho pra dar uma força). Meu avô, Totonho (*in memoriam*), que me ensinou a valorizar e respeitar as memórias, me apresentou São Paulo, e me contou um tanto de como foi a metropolização da “sua” cidade. E minha avó, Dedé, que descortinou para mim o mundo da “não-classe-média”.

Finalmente, sou profundamente grata aos três: ao Márcio, em nome do amor paciente e confiável que nos mantém juntos, e por ter sido o maior entusiasta e apoiador para que eu voltasse à vida acadêmica. Isso mudou tudo e nunca poderei esquecer! À felina Reda, companheira querida que se foi nos últimos momentos da escrita. E à felina Nix, que continua me alegrando quando faz graças e me irritando quando resolve deitar em cima do teclado.

*[...] Voy calle abajo, voy calle arriba
No me rebajo ni por la vida
Me llaman calle y ése es mi orgullo
Yo sé que un día llegará, yo sé que un día
vendrá mi suerte
Un día me vendrá a buscar, a la salida un
hombre bueno
Pa toa la vida y sin pagar, mi corazón no es
de alquilar
Me llaman calle, me llaman calle
Calle sufrida, calle tristeza de tanto amar
Me llaman calle, calle más calle...*

(Manu Chao)

Esta dissertação está de acordo com as seguintes normas, em vigor no momento desta publicação:

Referências: ABNT.

Universidade de São Paulo. Faculdade de Medicina. Divisão de Biblioteca e Documentação. Guia de apresentação de dissertações, teses e monografias. Elaborado por Anneliese Carneiro da Cunha, Maria Julia de A. L. Freddi, Maria F. Crestana, Marinalva de Souza Aragão, Suely Campos Cardoso, Valéria Vilhena. 3a ed. São Paulo: Divisão de Biblioteca e Documentação; 2011.

Resumo

Sorrentino IS. Territorialidade e vulnerabilidade ao HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis: etnografia entre mulheres trabalhadoras sexuais no bairro da Luz, São Paulo [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2019.

Introdução: O paradigma da vulnerabilidade redirecionou os estudos sobre a epidemia de HIV/aids a partir do final da década de 1990, ao destacar que os fatores sociais, individuais e programáticos atravessam os contextos em que os sujeitos podem contrair a infecção. Entretanto, alguns autores apontam que as pesquisas sobre a vulnerabilidade das trabalhadoras sexuais precisam ser aprofundadas para abarcar a complexidade dos cenários em que se dão suas vivências afetivo-sexuais. **Objetivo:** Compreender, desde a perspectiva interseccional, a produção de territorialidades e vulnerabilidade ao HIV/aids e outras IST, no contexto da prostituição de mulheres no bairro da Luz, no centro de São Paulo. **Referenciais teóricos e metodologia:** A pesquisa se apoia em referenciais da Antropologia em diálogo com a Geografia e Saúde Coletiva. Os dados empíricos foram produzidos entre maio de 2016 e fevereiro de 2017 por meio de observações diretas na área de estudo e entrevistas em profundidade com 16 trabalhadoras sexuais de quatro diferentes pontos de rua e dois prédios de prostituição. O material foi codificado no software N-Vivo e submetido à análise de conteúdo. Os “códigos-territórios” vividos pelas trabalhadoras sexuais foram analisados segundo o referencial da interseccionalidade, para articular as desigualdades de poder relativas a gênero, classe, geração, origem geográfica e raça/cor. **Resultados e discussão:** O cotidiano de trabalho mostrou-se como dimensão fundamental na qual se expressam diferentes “códigos-territórios”, distinguindo os pontos de rua entre si e em relação aos prédios de prostituição. Os marcadores geração, raça/cor e escolaridade, nessa ordem de importância, demarcam as escalas dos códigos, assim como o grau de fluidez com que as mulheres circulam entre eles. Com relação à vulnerabilidade ao HIV/aids e outras IST, a forma como as entrevistadas percebem sua condição contradiz a ideia de fragilidade. Por outro lado, a violência e os estigmas são dimensões que realmente as preocupam no trabalho, na vida afetivo-sexual e na saúde. As recentes conquistas de alguns direitos pelas trabalhadoras sexuais no Brasil ainda são insuficientes para mudar esse cenário, dado que os processos históricos são uma constante disputa entre as forças de inércia e disrupção

contidas nas experiências acumuladas ao longo do tempo. A gestão atual da Prefeitura (2016-2020) atua em projeto para o bairro da Luz que envolve a repressão violenta aos usuários e usuárias de crack do local, e a concessão do Parque da Luz à iniciativa privada. Lembrando outros processos ocorridos na história da cidade (intervenção urbana de 1911 e fechamento da Zona de Baixo Meretrício do Bom Retiro, em 1954), é de se esperar que as atuais intervenções impliquem em ações de expulsão das prostitutas de seus locais de trabalho. Além disso, o cenário político é também favorável para a aprovação do projeto de lei federal (PL377/2011) que proíbe o pagamento por serviços sexuais, tornando-se um instrumento jurídico que acarreta a criminalização indireta da prostituição.

Descritores: Trabalho Sexual; Territorialidade; Vulnerabilidade em Saúde; Interseccionalidade; Infecções por HIV; Marcadores Sociais da Diferença.

Abstract

Sorrentino IS. Territorialities and vulnerability to HIV and other sexually transmitted infections: ethnography among female sex workers in the Luz neighborhood, São Paulo [dissertation]. São Paulo: “Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo”; 2019.

Introduction: The vulnerability paradigm redirected the studies on the HIV/aids epidemic from the end of the 1990s, highlighting that social, individual and programmatic factors cross the contexts in which subjects can become infected. However, some authors point out that researchs on the vulnerability to HIV among female sex workers needs to be deepened to encompass the complexity of the scenarios in which their affective-sexual experiences occur. **Objective:** It is intended to understand, from an intersectional approach, the production of territorialities and vulnerability to HIV/AIDS and other STIs, in the context of prostitution of women in the area of Luz, in downtown São Paulo. **Theoretical references and methodology:** The research is based on anthropology references in dialogue with Geography and Public Health. Empirical data were produced between May 2016 and February 2017 through direct observations in the study area and in-depth interviews with 16 female sex workers from four different street points and two prostitution buildings. The material was coded in the N-Vivo software and submitted to analysis of content. The “code-territories” experienced by sex workers were analyzed according to the reference of intersectionality, to articulate power inequalities related to gender, class, generation, geographical origin and race/color. **Results and discussion:** Everyday work proved to be a fundamental dimension in which "code- territories" are expressed, distinguishing between street points and prostitution buildings. The social markers of generation, race/color and level of schooling, in this order of importance, demarcate the scales of the codes, as well as the fluidity with which women circulate among them. Regarding vulnerability to HIV/AIDS and other STIs, the way the interviewees perceive their condition contradicts the idea of fragility. Despite of this, violence and stigma are dimensions that really concern them at work, in affective-sexual life and in health. The conquests of some rights by sex workers in Brazil are still insufficient to change this scenario and need to be consolidated, given that historical processes are a constant struggle between the forces of inertia and disruption contained in the experiences accumulated over time. The current administration of the municipality

(2016-2020) is working on a project for the Luz neighborhood that involves the violent repression of crack users and the concession of the Parque da Luz to the private sector. According to other processes in the history of the city (urban intervention of 1911 and closure of the “Zona de Baixo Meretrício of Bom Retiro”, in 1954), it is expected that the current interventions involve actions to expel prostitutes from their places of work. In addition, the political scenario is also favorable for the approval of the federal law nº 377/2011 that prohibits payment for sexual services, becoming a legal instrument that entails the indirect criminalization of prostitution.

Descriptors: Sex work; Territoriality; Health vulnerability; Intersectionality; HIV infection; Social markers of difference.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	3
1.1 Um percurso entre duas estações: da Praça da Sé dos anos 1990 à Praça da Luz dos anos 2010.....	3
1.2 Continuando o percurso: da experiência vivida à experiência escrita	5
2. A PROBLEMÁTICA EM QUESTÃO: A VULNERABILIDADE AO HIV/AIDS EM DIFERENTES CONTEXTOS DE PROSTITUIÇÃO	8
3. OBJETIVOS.....	12
4. METODOLOGIA	13
4.1 O estudo epidemiológico no município de São Paulo	13
4.2 Dados qualitativos: as observações e as entrevistas semiestruturadas	14
5. REFERENCIAIS TEÓRICOS	18
5.1 Etnografar a geografia, geografar a etnografia.....	18
5.2 Territorialidades e diferenciações sociais: abordagens para compreender a vulnerabilidade à saúde	21
5.2.1 O espaço territorializado	22
5.2.2 Marcadores sociais da diferença, interseccionalidade e vulnerabilidade ao HIV/aids e outras IST	26
6. OS DISCURSOS SOBRE A PROSTITUIÇÃO	33
6.1 A prostituição como crime: “prostituta que não rouba não é prostituta”	36
6.2 A prostituta como vítima: a criminalização pelo avesso	40
6.3 A prostituta como sujeito de direitos e o movimento social das prostitutas no Brasil: das esquinas escuras para o meio da rua	43
7. RESULTADOS.....	50
7.1 As trajetórias de vida: dos lugares sociais de origem à chegada na Luz	50
7.1.1 Histórias pessoais-familiares	54
Bianca, Raquel, Léa e Suzy	56
Meyre, Débora e Samanta	66
Adriana	70
Ana e Cristina	71

Carla, Simone, Isadora, Fabiana, Tatiana e Juliana:	75
7.1.2 Percepções sobre a prostituição	85
7.2 Territorialidades em permanente constituição.....	93
7.2.1 O Jardim e o Bairro da Luz: uma breve história de sua ocupação.....	93
7.2.2 A Luz das prostitutas	98
7.2.3 O pedaço da Luz no circuito atual da prostituição em São Paulo.....	102
7.3 Como entrar em cena? A administração da vida dentro e fora do pedaço..	107
7.4 Os pedaços do pedaço: territorialidades e interseccionalidades projetadas no espaço.....	113
7.4.1 Cotidiano de trabalho.....	116
7.5 Percepções sobre saúde e vulnerabilidades	128
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
9. REFERÊNCIAS.....	146
10 BIBLIOGRAFIA E FILMOGRAFIA CONSULTADAS.....	153
11.MAPAS	155
12.ANEXOS.....	156
Anexo A: Roteiro da entrevista com as profissionais do sexo	156
Anexo B: Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.....	159

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Um percurso entre duas estações: da Praça da Sé dos anos 1990 à Praça da Luz dos anos 2010

Esta pesquisa é fruto de experiências e inquietações que direcionaram as minhas decisões nas trajetórias profissional e pessoal nos últimos cinco ou seis anos, período de transição até poder retomar o plano de fazer mestrado e sair da carreira executiva que eu vinha seguindo até então.

No entanto, acredito que a minha curiosidade pela cidade, pelas ruas e pelos seus habitantes despertou na primeira vez em que visitei o chamado centro velho de São Paulo,¹ em uma atividade escolar, quando tinha dez anos de idade. Estávamos no ano de 1991 e a Praça da Sé era tomada por garotos e garotas mais ou menos da minha idade que passavam o dia com sacos plásticos enrolados nas mãos, aspirando de tempos em tempos o vapor de *cola de sapateiro*.

Éramos cerca de trinta alunos e alunas de uma escola particular do bairro da Vila Mariana, e fomos orientados pela professora a seguir imediatamente para o museu porque ali *era perigoso* – o que já criara certa tensão ao nos depararmos com os *meninos de rua* nos cercando assim que descemos do ônibus de excursão. Seguimos as instruções e entramos em segurança no museu, onde fomos recebidos por um monitor e sentamos em círculo no chão para começar a aula. Poucos minutos se passaram até que um grupo de cinco ou seis crianças da nossa faixa etária, talvez um pouco mais velhas, foi aproximando-se aos poucos, sentando-se nas últimas fileiras.

Quem estava mais ao centro da roda só se deu conta da presença “*indesejável*” quando ouviu o bochicho lá atrás, mas logo todo mundo começou a esconder as máquinas fotográficas, os relógios e as mochilas às pressas, instalando-se um princípio de desespero e choro. A aula foi interrompida e a professora foi chamar a polícia, que chegou em menos de um minuto para nos livrar dos pivetes agarrando-os pelas golas das camisetas esburacadas e devolvendo-os para a rua, sob ameaças de irem parar na temida FEBEM.²

¹*Centro velho* e *centro novo* são expressões usadas para diferenciar a área da cidade de São Paulo que se desenvolveu desde o início da sua ocupação, em torno da Praça da Sé, e a área que se desenvolveu com a expansão da agricultura cafeeira a partir do século XIX, do outro lado do Vale do Anhangabaú.

² Sigla que designava a Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor de São Paulo, criada pelo Governo do Estado em 1976 e substituída pela Fundação CASA, instituída por sua vez em dezembro de

Hoje, percebo que esse episódio inaugurou a minha descoberta dos mecanismos da relação entre espaço e sociedade, pois embora eu não tivesse essa consciência naquele momento, já tive a compreensão de que havia uma distinção entre as *crianças da escola* e as *crianças da rua*, a quem era permitido ou não estar dentro do museu.

Não sei se de alguma forma influenciada por essa experiência, entre tantas outras que vivi depois, mas aos 20 anos escolhi cursar geografia na faculdade e, quando concluí o bacharelado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em dezembro de 2007, apresentei como trabalho de conclusão de curso uma monografia sobre políticas públicas urbanas no bairro da Luz, no chamado centro novo de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Gustavo de Oliveira Coelho de Souza.

À época, eu já estava motivada por preocupações parecidas às que me levaram a formular o tema que proponho investigar neste mestrado: em 2006, o então prefeito José Serra anunciou o decreto que criava o Projeto Nova Luz,³ baseado na concessão de incentivos fiscais para a iniciativa privada ocupar uma determinada área no entorno da estação ferroviária da Luz. Nesse contexto, pareceu-me relevante conhecer e entender, mais profundamente, quais interesses foram contemplados na elaboração desse projeto e como esse modelo de política pública urbana relacionava-se ao processo de exclusão socioespacial de certos segmentos sociais na cidade.

Conforme mencionei anteriormente, porém, minha vida profissional seguiu por fora da academia e acompanhar os acontecimentos sobre o tema por uma perspectiva crítica tornou-se um interesse apenas da esfera pessoal. Somente nos últimos tempos voltei a dedicar-me de maneira mais consistente ao estudo acadêmico, o que considero a *segunda estação* do percurso: foi quando decidi cursar o mestrado, ao mesmo tempo em que vim morar na região central de São Paulo, em busca de pessoas, atividades profissionais e rotinas mais compatíveis com meus valores e projetos de vida.

Essa procura foi conturbada e muito mais longa do que imaginei, com idas e vindas como todo processo de mudança, mas começou a se tornar gratificante quando comecei a trabalhar no campo da pesquisa intitulada “Taxas de prevalência de HIV,

2006. O temor das crianças e adolescentes em serem encaminhados para a FEBEM eram coerentes com as inúmeras denúncias de episódios tétricos de violência física e psicológica praticadas pelos agentes do Estado contra os menores dentro da instituição.

³ Decreto de Utilidade Pública nº 46.291 (SÃO PAULO, 2005), que declara a área de utilidade pública e Lei nº 14.096/2005 (SÃO PAULO, 2005), que institui o Programa de Incentivos Seletivos para a região adjacente à Estação da Luz, com o objetivo de promover e fomentar o desenvolvimento adequado dessa área central do Município de São Paulo.

sífilis, Hepatites B e C e conhecimento, atitudes e práticas de risco relacionadas às infecções sexualmente transmissíveis no grupo das mulheres profissionais do sexo, no Brasil – Projeto Corrente da Saúde II” (Corrente da Saúde II), coordenado nacionalmente pela Profa. Dra. Célia Landmann Szwarcwald, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e localmente pelo pesquisador Alexandre Grangeiro, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Nesse projeto, conheci de perto as trabalhadoras sexuais do Parque da Luz e de dois icônicos prédios de prostituição da cidade de São Paulo: o chamado 69, sediado na Rua dos Andradas, e o 134, localizado na Alameda Barão de Limeira, a menos de dois quilômetros do prédio onde moro. Descobri uma nova faceta do Bairro da Luz para a qual eu tinha olhado com pouca atenção naquele trabalho de conclusão da graduação.

A partir da experiência de campo, vivida entre maio de 2016 e fevereiro de 2017, elaborei o projeto de mestrado, motivado por uma preocupação que se traduz em uma questão disparadora bastante ampla: como a geografia contribui para identificar e romper as fronteiras materiais e subjetivas que criam e/ou reproduzem injustiças no acesso aos direitos e aos recursos necessários a uma existência digna para todas as pessoas?

A partir desse pano de fundo refinou-se o recorte empírico do projeto apresentado no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, em que propus considerar a dimensão das territorialidades (SACK, 1986; PERLONGHER, 1987) na análise da vulnerabilidade das trabalhadoras sexuais para contrair HIV e outras IST (AYRES *et al.*, 2006; AYRES, 2016; OVIEDO, CZERESNIA, 2015). Para tanto, considerei os contextos de prostituição existentes no Bairro da Luz, bem como os marcadores sociais da diferença que mediam as interações entre os sujeitos sociais nesse território.

1.2 Continuando o percurso: da experiência vivida à experiência escrita

Entendo a produção textual como a elaboração de um discurso sobre certa realidade, construído a partir do ponto de vista no qual se coloca o sujeito observador/escritor. Essa concepção se apoia nas reflexões presentes há algumas décadas na filosofia da ciência (Harding, 1986, 2009), na antropologia (Geertz, 1997, 2002; Peirano, 1995) e nas ciências humanas em geral, que põem em cheque o paradigma positivista, dominante desde o século XIX, cujos defensores proclamam a neutralidade e objetividade como pré-requisitos para a validação de um conhecimento científico.

Na seção anterior, ao rememorar a construção das indagações que me trouxeram a esse tema de pesquisa, tive o intuito de esclarecer a perspectiva a partir da qual o enxergo. Já nos parágrafos a seguir, detalharei o raciocínio que percorri na escrita para relacionar o referencial teórico da territorialidade à vulnerabilidade e aos marcadores sociais da diferença, originados na filosofia e nas ciências sociais, respectivamente.

Sendo assim, o capítulo 2 visa explicitar a construção da pergunta de pesquisa e discutir sua pertinência e relevância no campo da Saúde Coletiva. Apresentam-se o debate atual sobre a epidemia de HIV/aids e a prostituição, e as principais questões que nortearam desde a formulação da questão de pesquisa até as análises.

O capítulo 3 coloca, de forma mais detalhada, os objetivos da pesquisa, ao passo que o capítulo 4 descreve a metodologia, tanto do estudo Corrente da Saúde II, quanto da produção das entrevistas e diário de campo utilizados para a presente pesquisa.

O capítulo 5, dedicado a discutir os referenciais teóricos, começa com algumas considerações a respeito da etnografia e sua relação com a produção de conhecimento, uma vez que é comum, fora da antropologia, entendê-la limitadamente como um método.

Nas três seções dentro desse capítulo, discutem-se, respectivamente, como as territorialidades se articulam às diferenciações sociais entre os sujeitos; qual a relação entre territorialidades e espacialidades, segundo os autores adotados; e de que maneira os marcadores sociais da diferença, analisados pela perspectiva interseccional, contribuem para discutir vulnerabilidade ao HIV/aids.

Em seguida, no capítulo 6, apresenta-se uma perspectiva histórica dos discursos atuais a respeito da figura da prostituta, que emergiram com os valores da sociedade moderna, e como tais discursos se relacionam às posições de diferentes grupos políticos brasileiros atuais em relação ao tema: alguns lutando pela “descriminalização”, “reconhecimento” e/ou “regulamentação” da prostituição como trabalho; outros exercendo domínio sobre seus corpos em nome da “saúde pública”, da “moral” e da “família”; e outros ainda com a pretensão de “abolir” essa atividade, que consideram como uma forma inaceitável e degradante de explorar as mulheres.

Finalmente, o capítulo 7 traz a análise dos resultados empíricos, em quatro seções. A primeira aborda como a intersecção de gênero, raça/cor, classe, origem geográfica e geração permeiam as histórias familiares e as percepções sobre a entrada/permanência na prostituição. A segunda descreve historicamente como a prostituição se enreda às territorialidades no bairro da Luz e que lugar essa realidade

específica ocupa no panorama atual da prostituição no município de São Paulo. Na terceira seção, são analisadas as relações empíricas entre territorialidades e interseccionalidades na área de estudo, a partir das vivências cotidianas relatadas pelas entrevistadas, enquanto a última seção trata das percepções delas sobre saúde e vulnerabilidade, considerando a dimensão das territorialidades.

2. A PROBLEMÁTICA EM QUESTÃO: A VULNERABILIDADE AO HIV/AIDS EM DIFERENTES CONTEXTOS DE PROSTITUIÇÃO

De acordo com os últimos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde do Brasil (MS),⁴ foram notificados 982.129 casos de aids no país entre 1980 e junho de 2018 (Brasil, 2018, p. 5) e a taxa anual de notificações entre 2006 e 2015 ficou relativamente estabilizada em 20,7 novos casos da doença a cada 100 mil habitantes (BRASIL, 2017, p. 8). Contudo, sabe-se que o comportamento da epidemia não tem sido linear no tempo, nas diferentes regiões geográficas e nos diversos grupos populacionais brasileiros (BRITO *et al.*, 2001; GRANGEIRO *et al.*, 2015), particularmente quando são analisadas as informações referentes aos casos de HIV, cuja notificação também passou a ser compulsória a partir de 2014.

As trabalhadoras sexuais,⁵ por exemplo, compõem uma população que vivencia maior exposição à infecção, assim como travestis, mulheres transexuais, usuários de drogas injetáveis e homens que fazem sexo com homens (CORRÊA *et al.*, 2011; ABIA, 2013; LEITE *et al.*, 2015; AYRES, 2016). O Brasil é considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um país com epidemia concentrada de HIV, pois a taxa de prevalência estimada para esses grupos populacionais é superior a 5% (BRITO *et al.*, 2001, p. 207).

Não há disponibilidade de dados precisos sobre a situação da epidemia especificamente entre as trabalhadoras sexuais brasileiras, pois essa condição não é registrada nos sistemas de vigilância epidemiológica adotados no país. Entretanto, por se tratar de um grupo considerado prioritário para as ações de prevenção, alguns estudos epidemiológicos foram feitos ao longo dos anos, na tentativa de estimar esses números e acompanhar sua evolução.

O projeto Corrente da Saúde II, encomendado pelo MS, foi a pesquisa mais recente com esse objetivo, cuja amostra foi recrutada em doze capitais estaduais, entre julho e novembro de 2016, abrangendo 4.245 prostitutas acima de 18 anos, que passaram por testagens sorológicas para HIV, Sífilis, Hepatite B e Hepatite C, além de responderem

⁴ Publicação anual do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/aids e das Hepatites Virais (DIAHV), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde.

⁵ Trabalhadora sexual é apenas uma das formas de denominação reivindicadas pelo movimento de prostitutas no Brasil e será a que utilizaremos nesse texto, assim como prostituta.

a um questionário (SZWARCWALD *et al.*, 2018). As prevalências estimadas a partir desse estudo foram de 5,3% para HIV, 8,5% para sífilis, 0,4% para hepatite B e 0,9% para hepatite C (SZWARCWALD *et al.*, 2018).

Para efeitos comparativos, a primeira onda da pesquisa – intitulada Corrente da Saúde – estimou, há uma década, a prevalência de HIV em 4,8% (SZWARCWALD, 2018), quando a taxa para a população feminina entre 15 e 49 anos estava em 0,4%, segundo o MS (BRASIL, 2010).

Informações anteriores ao estudo de 2009 foram compiladas em um trabalho de revisão de literatura que combinou os índices de oito estudos brasileiros. Com os resultados dessas pesquisas, realizadas entre 1993 e 2006, concluiu-se que 3.625 mulheres trabalhadoras sexuais participaram de algum desses estudos e, a partir dessa amostra, a estimativa da prevalência de HIV nessa população foi de aproximadamente 5% a 6% (MALTA *et al.*, 2010).

Em que pesem as diferentes metodologias adotadas para o cálculo das estimativas, o conjunto dos dados que vêm sendo produzidos mostra coerência e persistência da alta taxa de trabalhadoras sexuais vivendo com HIV. Isso justifica, pelo menos, a necessidade de um olhar mais atento às mulheres que exercem a prostituição, com o objetivo de compreender melhor sua vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis.

Por outro lado, estou ciente de que discutir prostituição e transmissão de infecções, principalmente o HIV/aids, incorre no risco de reforçar o estigma sobre as mulheres que exercem a atividade, como se elas fossem – conforme ainda nos diz o senso comum – *disseminadoras de males* para os jovens e pais de família que, em busca da satisfação de necessidades e desejos *inexplicáveis e inconfessáveis*, entregam-se *irracionalmente* ao prazer sem limites (RAGO, 2008; CHATEAUVERT, 2014, p. 83).

Para evitar essa reprodução, LEITE *et al.* (2015, p. 20) defendem a importância de aprofundar e atualizar, por meio de estudos qualitativos sobre os contextos de prostituição, a discussão sobre os fatores de diversas ordens que aumentam a exposição das trabalhadoras sexuais ao HIV, e de considerar a complexidade do cenário que envolve a realização desse trabalho:

A prostituição inclui uma gama imensa de indivíduos que estruturam a indústria em si e, como qualquer indústria, envolve um grupo grande de pessoas com uma ampla variedade de profissões. Para desenvolver estratégias de prevenção, precisamos entender que espaço é esse, e o

que acontece neste espaço. Para isso, é necessário realizar estudos qualitativos de diversas disciplinas (antropologia, sociologia, economia, comunicação, psicologia social, e direito, entre outras). (LEITE *et al.*, 2015, p.22)

Além disso, as associações civis de trabalhadoras sexuais cumprem o importante papel de lembrar à comunidade acadêmica e aos profissionais que atuam em programas relacionados à prevenção de IST e HIV/aids que não basta garantir acesso aos métodos de prevenção e tratamento, enquanto a prostituição permanece como atividade não regulamentada pelo Estado brasileiro, impondo às mulheres uma situação precária de vida e trabalho (ABIA, 2013; LEITE *et al.*, 2015; VILELLA; MONTEIRO, 2015).

São válidos os argumentos de determinados segmentos do movimento social organizado de prostitutas e dos estudiosos da prostituição ao defenderem que “difícilmente poderíamos dizer que as ‘trabalhadoras do sexo’ [...] estejam ali forçadas pela imposição de algum cafetão cruel, ou simplesmente pela pressão de condições econômicas insuportáveis” (RAGO, 2008, p. 11).

Ainda assim, é igualmente difícil dizer que as coações exercidas sobre uma jovem universitária da classe média, que se prostitui dentro de uma boate de luxo no bairro de Moema, em São Paulo, por um valor de R\$ 500 a hora, sejam as mesmas que atingem as mulheres na faixa de seus 50 a 70 anos de idade, que sempre foram pobres e hoje chegam a cobrar até R\$ 10 nas ruas do centro da cidade por 15 minutos de *programa*.

É preciso reconhecer, então, a experiência da prostituição como um fenômeno vivido de diversas formas, pois há uma enorme variedade tanto do perfil de mulheres que atuam na profissão, quanto dos cenários em que estão inseridas e das práticas adotadas em seu cotidiano de trabalho (PISCITELLI, 2005; BARRETO *et al.*, 2013). Há jovens, adultas e idosas; desde mulheres que não sabem assinar o próprio nome até aquelas com formação universitária e fluência em línguas estrangeiras; trabalhadoras do dia ou da noite; que fazem ponto em ruas, ou trabalham em cinemas, privês, boates de luxo, flats; que cobram 10, 30, 50, 500 reais ou mais por um *programa* (DAMACENA *et al.*, 2014).

Também podemos supor que, se existem variados perfis de prostituição, são variados os perfis de homens que se relacionam com essas mulheres como clientes: não só pelo quanto podem e se dispõem a pagar, mas também pelos desejos que buscam satisfazer, entre outros fatores que influenciam na busca pelos serviços dessas mulheres. Nesse sentido, o contexto do início do século XX, descrito por RAGO (2008), não parece muito diferente do atual. A autora considera que os clientes dos bordeis de luxo e cabarés

tendiam a uma relação mais respeitosa e, às vezes, mais duradoura com suas “protegidas”, em oposição aos “bêbados, delinquentes, vagabundos, ladrões, homens violentos e desequilibrados, que não podiam arcar com os custos dos bordeis mais caros” que frequentavam o baixo meretrício (RAGO, 2008, p. 260-261). Embora sempre haja exceções.

As indagações que direcionam este trabalho surgiram dessas leituras problematizadoras do universo da prostituição, reforçadas pela complexificação da questão conforme se dava minha imersão no campo, no sentido de perceber e desejar compreender as especificidades que caracterizam, na atualidade, o exercício da prostituição dentro do Parque da Luz e nas ruas do seu entorno, especialmente quanto à posição dessas mulheres como sujeitos sociais.

Parte-se da consideração de que as trabalhadoras sexuais se inserem em uma trama de relações já estabelecidas entre os agentes e objetos presentes no território, mas ao mesmo tempo também são produtoras de novas territorialidades à medida que interagem com esses agentes e objetos por meio de relações de poder.

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Em suma, estudar a prostituição como uma forma historicamente constituída de uso de certos espaços da cidade por determinados sujeitos sociais parece ser uma chave de análise adequada para apreender a vulnerabilidade ao HIV/aids, sem recair na perspectiva estigmatizante apontada anteriormente.

Nesse mesmo sentido, a leitura interseccional pretende identificar e compreender como os marcadores sociais da diferença (por exemplo: classe, gênero, raça/cor, geração) produzem desigualdades de poder no contexto específico de produção das territorialidades em questão.

3. OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é estabelecer relações entre interseccionalidade (de gênero, raça/cor, classe e geração), produção de territorialidades e vulnerabilidade ao HIV/aids e outras IST, a partir do contexto socioespacial em que se inscreve a prostituição de mulheres no Parque da Luz e nas ruas do seu entorno, no centro da cidade de São Paulo.

Desse objetivo mais amplo, derivam os objetivos específicos listados a seguir:

- caracterizar o contexto da prostituição e as práticas territoriais das trabalhadoras sexuais;
- analisar as desigualdades expressas nas interações entre as diferentes trabalhadoras sexuais no "circuito" da prostituição, focalizando os marcadores sociais de gênero, classe, geração, origem geográfica e raça/cor;
- Investigar as trajetórias das trabalhadoras sexuais do território e seu cotidiano de trabalho, incluindo a dimensão da prevenção ao HIV.

4. METODOLOGIA

4.1 O estudo epidemiológico no município de São Paulo

Conforme mencionado anteriormente, o presente trabalho analisa um recorte composto pelas entrevistas em profundidade e pelos diários de campo, realizados em São Paulo, no estudo “Corrente da Saúde II”. Já o eixo quantitativo do referido estudo, composto pelos resultados das testagens e pelas respostas aos questionários sobre comportamentos, práticas e atitudes sexuais, não foi considerado nesta pesquisa.

Tanto os dados qualitativos como os quantitativos foram produzidos de acordo com os pressupostos da metodologia *Respondent-Driven Sample* (RDS), desenvolvida por Douglas Heckathorn (1997), que norteou o estudo feito em 12 capitais brasileiras com o objetivo principal de “estimar as taxas de prevalência de HIV, sífilis, hepatite B e C, bem como contribuir para suprir informações sobre as práticas de risco relacionadas ao HIV entre as mulheres trabalhadoras do sexo (TS), no Brasil” (SZWARCOWALD, 2016).

A escolha por essa metodologia deve-se ao fato de que as comunidades de trabalhadoras sexuais são populações consideradas de difícil acesso, segundo os dois critérios definidos pelo autor: primeiro, pelo fato de não conhecermos previamente o tamanho e os limites da distribuição espacial dessa população e, segundo, por se tratar de um grupo em que há grande preocupação com a privacidade, devido ao estigma da profissão (HECKATHORN, 1997, p.174). A mesma metodologia foi seguida em todas as praças, mas a partir daqui descreveremos os procedimentos adotados especificamente em São Paulo.

Seguindo o desenho proposto por Heckathorn (1997), realizou-se inicialmente uma pesquisa formativa, que foi concluída com a seleção de nove mulheres profissionais do sexo em três diferentes locais de trabalho para serem sementes, ou seja, mulheres que exerciam alguma forma de liderança em seu meio e se dispuseram a ser as primeiras participantes do estudo.

Para tanto, foram visitados diversos pontos de prostituição em ruas, assim como boates, privês e prédios voltados à atividade, localizados no Largo Treze (Distrito de Santo Amaro, na Zona Sul) ou no centro da cidade – Avenida São João, Terminal Parque Dom Pedro II, Parque da Luz e Liberdade. A partir do reconhecimento do campo e da decisão de sediar a pesquisa no Serviço de Atendimento Especializado (SAE) Campos

Elíseos, optou-se por concentrar todas as sementes na região central do município de São Paulo, em locais próximos a essa unidade de saúde.

Em junho de 2016, iniciou-se o estudo propriamente quantitativo, que consistiu na realização de testes rápidos para HIV, Sífilis, Hepatite B e Hepatite C, e de uma entrevista com questionário estruturado sobre perfil socioeconômico, acesso a materiais de prevenção e serviços de saúde, conhecimentos sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), exposição à violência, uso de drogas e características das práticas das mulheres profissionais do sexo com clientes e parceiros fixos.

O princípio da RDS consiste em formar uma cadeia, em que cada participante convida outros três indivíduos que conheça pessoalmente, até se atingir a amostra desejada. Os critérios de elegibilidade para o estudo eram ser mulher, ter 18 anos ou mais, ter realizado troca de sexo por dinheiro pelo menos uma vez nos últimos quatro meses, dentro do município de São Paulo, e não ser transexual ou travesti. Além disso, era obrigatório apresentar o convite para o estudo, comprovando existir alguma relação com uma participante anterior. A amostra esperada ($n=350$) foi atingida em seis meses, chegando em novembro de 2016 a 368 mulheres profissionais do sexo entrevistadas e que realizaram as testagens.

4.2 Dados qualitativos: as observações e as entrevistas semiestruturadas

Os materiais que constituem as fontes de dados para essa dissertação são descrições registradas em diário de campo entre maio de 2016 e fevereiro de 2017 e 16 entrevistas semiestruturadas, realizadas entre novembro de 2016 e fevereiro de 2017. A amostra foi complementada com mais três entrevistas realizadas em outubro de 2017.

Os relatos de campo foram produzidos ao longo de toda a etapa da pesquisa formativa e da realização do campo para a pesquisa RDS, em três períodos: (a) em maio e junho de 2016, durante as saídas realizadas para a etapa formativa da pesquisa do estudo RDS; (b) entre junho e outubro de 2016, quando estávamos no SAE Campos Elíseos fazendo o campo quantitativo; (c) entre novembro de 2016 e fevereiro de 2017, período em que, após ter sido concluída a produção para o estudo RDS, foram feitas novas saídas a campo e entrevistas em profundidade adicionais.

No primeiro período da pesquisa (maio e junho de 2016), as observações diretas foram voltadas para o reconhecimento de algumas áreas tradicionais de prostituição no município de São Paulo e a divulgação da pesquisa entre as profissionais do sexo.

Os relatos do período seguinte (junho a outubro de 2016) descreveram o dia-a-dia da pesquisa dentro do SAE Campos Elíseos, destacando-se as observações sobre as redes de relações das profissionais do sexo que exercem a atividade em diferentes áreas desse mesmo território: no Parque da Luz, nos prédios de prostituição, nas ruas próximas ao Parque ou dentro do “fluxo”, como é chamado o trecho da Rua Helvétia onde se concentram pessoas usuárias de crack.

Por fim, no período entre novembro de 2016 e fevereiro de 2017, observamos os contextos de trabalho das mulheres que fizeram a testagem e entrevista da pesquisa RDS, abrangendo apenas os locais onde houve efetiva participação.

Quanto às entrevistas semiestruturadas, o propósito de sua utilização como técnica de produção de dados foi o de apreender como o contexto da prostituição é vivido e representado por essas mulheres e como se dá o gerenciamento da exposição ao HIV/aids e outras IST, tanto nas relações com parceiros fixos quanto com clientes. Conforme dito anteriormente, a maior parte das participantes é de profissionais do sexo que já tinham participado do estudo RDS.

As entrevistas foram importantes para compreender aspectos da vulnerabilidade que não puderam ser captados na observação. O roteiro explorou questões sobre a trajetória de vida antes e após o ingresso na prostituição, a percepção sobre ser profissional do sexo, como a entrevistada descreve as relações de poder estabelecidas no contexto atual em que exerce a prostituição, itinerário de saúde e gerenciamento de risco de infecção por HIV ou outras IST em relações com clientes e parceiros fixos (Anexo A).

Todas as entrevistadas selecionadas foram convidadas pessoalmente para participar dessa etapa, em horário e local de sua preferência. Nenhuma delas quis conceder a entrevista no local de trabalho, mas como oferecíamos a possibilidade de realizá-las no próprio SAE Campos Elíseos, com uma data e horário agendados, esta opção que foi aceita por todas.

Alguns agendamentos precisaram ser remarcados diversas vezes, pois frequentemente as entrevistadas não compareciam, mas ainda demonstravam interesse em participar da pesquisa. Apenas uma convidada acabou por desistir da participação, após não comparecer em dois agendamentos. Em fevereiro de 2017, o recrutamento foi pausado devido à finalização do campo, com 13 entrevistas realizadas, embora o objetivo fosse atingir uma amostra de pelo menos 15 trabalhadoras sexuais.

Em outubro de 2017, após a leitura das transcrições das 13 entrevistas e com a definição mais clara do recorte analítico da pesquisa, foi decidido que eu retornaria a campo e tentaria recrutar mais algumas entrevistadas para saturar (FONTANELLA *et al.*; 2008) algumas questões do roteiro – sobretudo questões de abordagem mais sensível e que são centrais para o estudo, como a descrição das relações com traficantes, cafetões e cafetinas, uso de drogas, etc. Nesse momento eu possuía mais familiaridade com o território e com as mulheres – em relação ao momento em que eu havia feito as primeiras entrevistas – porque tinha passado mais tempo entre elas. Então, pude identificar que algumas questões não surgiam nas entrevistas, mas tinham chegado a mim em conversas informais.

Mas essa segunda incursão apresentou maior dificuldade, pois eu já estava mais distante do dia-a-dia no campo e foi preciso restabelecer as relações com as mulheres. Quem me ajudou a agendar as entrevistas foi Cleone Santos,⁶ que já havia sido agente de campo para a pesquisa RDS. Foram recrutadas mais três trabalhadoras sexuais – duas do Parque da Luz e uma da Rua Mauá – que também concederam as entrevistas no SAE Campos Elíseos.

Os dados do diário de campo e das entrevistas foram submetidos à análise de conteúdo, procurando articular o objetivo do estudo, os referenciais teóricos adotados e os dados empíricos (MINAYO, 2014). As etapas da análise são: (a) leitura compreensiva das entrevistas transcritas e diário de campo, visando uma primeira apropriação do material da pesquisa em seu conjunto; (b) identificação e seleção de temas que emergem dos depoimentos e observações; (c) identificação e problematização das ideias explícitas e implícitas nos depoimentos; (d) busca de sentidos socioculturais subjacentes às falas das entrevistadas; (e) diálogo entre as ideias problematizadas, informações provenientes de outros estudos acerca do assunto e o referencial teórico do estudo.

A análise e interpretação desses registros visam aprofundar a compreensão sobre a vulnerabilidade ao HIV/aids e outras IST entre as prostitutas, levando em conta que as suas práticas e comportamentos não são imediatamente determinados pelo contexto histórico, social e espacial mais amplo, mas por dinâmicas que se estabelecem na sua experiência cotidiana como membros de um grupo específico (MAGNANI, 2002) e que

⁶ Cleone Santos, dada a situação específica de ter participado como agente de campo na pesquisa Corrente da Saúde II, foi consultada se gostaria que me referisse a ela nessa dissertação por algum codinome, tendo preferido, porém, que seu nome fosse revelado.

não obedecem linearmente à lógica determinada pelos fatores estruturais desse contexto de tempo-espaço.

5. REFERENCIAIS TEÓRICOS

5.1 Etnografar a geografia, geografar a etnografia...

A abordagem etnográfica, mais do que um método de pesquisa, é uma forma específica de produção do conhecimento em que se busca a compreensão das particularidades culturais dos diferentes grupos humanos e, conseqüentemente, da realidade em que cada um deles vive (GEERTZ, 1989; MATTOS, 2011; PEIRANO, 2014). Seu surgimento foi transformador nas Ciências Sociais, ao romper com a tradicional separação entre sujeito e objeto (tida até ali como uma condição imprescindível para a produção do conhecimento), priorizar o dado qualitativo em vez do quantitativo e construir novos marcos conceituais para elucidar os significados das “[...] ações coletivas e processos sociais que podem ser em parte apreendidos por interações diretas, cuja significação – cabe não negligenciar – não é determinada previamente.” (JACCOUD; MAYER, 2008, p. 255).

Em suma, segundo a proposição de Geertz (1989), a etnografia é uma tarefa ou exercício interpretativo que procura explicações para as ações humanas dentro de um contexto, ao invés de inseri-las dentro de um conjunto previamente estabelecido de leis universais. Ainda de acordo com o autor, o fato de alguém “estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante.” (GEERTZ, 1989, p. 15), ou seja, o fato de alguém aplicar as mesmas técnicas e processos adotados na etnografia não é suficiente para produzir de fato o conhecimento pretendido pelos estudos etnográficos. É preciso que o pesquisador realmente tenha sido capaz de mergulhar em uma forma de vida diferente da sua (GEERTZ, 2002, p. 15), e que sua descrição consiga não só transmitir *o que* aconteceu durante sua estada em campo, mas também analisar os significados de tais acontecimentos pelo ponto de vista dos nativos, a fim de produzir novos conhecimentos válidos para compreender a realidade que se estende para além do grupo estudado (GEERTZ, 1989, p. 15-16).

Nas palavras de Jaccoud e Mayer (2008, p. 261):

[...] de meio de acesso a um saber até então inacessível, a observação passará a ser uma outra forma de saber, ou uma outra forma de compreender e produzir a realidade. Passa-se, paulatinamente [com o desenvolvimento do modelo interpretativo], de um saber sobre a alteridade a um saber sobre a interioridade, sobre a subjetividade, ou ainda, sobre a relação entre o sujeito e seu objeto.

Cabe salientar que a enfática advertência do próprio Geertz (1989, 2002) e de diversos outros antropólogos quanto à indissociabilidade entre a etnografia e a antropologia – isto é, de que o fazer etnográfico não é apenas um método (PEIRANO, 2014) e nem pode encerrar-se sem que a partir dele se construa “[...] um saber sobre o humano, de alcance universal” (AGIER, 2015, p. 10) – suscitou a procura por enfoques teórico-metodológicos que justificassem o enquadramento dessa investigação como um tema pertinente à antropologia. Porque, caso contrário, de acordo com esses autores, não seria legítimo denominá-la como uma etnografia.

Duas descobertas feitas durante a pesquisa que realizei foram cruciais na resposta a essa dificuldade. A primeira foi ter encontrado, na chamada antropologia urbana, abordagens e conceitos muito próximos aos formulados pela geografia, dos quais citamos alguns exemplos, a seguir.

O conceito de “região moral”, encontrado em Agier (2015, p. 22) e originalmente em Park, “relativo a determinadas áreas urbanas que aglutinariam grupos de interesse, tipos vocacionais ou grupos étnicos específicos” (1987 *apud* FRÚGOLI JR., 2009, p. 55) pode ser aproximado ao conceito de “aglomerados humanos de exclusão”, onde vivem “aqueles que estão excluídos do território enquanto morada, local de reprodução e de sobrevivência.” (HAESBAERT, 2003, p. 22).

A discussão de Magnani (2009) sobre a relação entre “paisagem” e “atores sociais” no contexto urbano também tem como tema a mesma questão que Santos (2006) coloca sobre os “sistemas de objetos” e “sistemas de ações”, embora imprescindível considerar que os dois autores usem os termos “espaço” e “paisagem” com definições bastante diferentes.

Se o que está em pauta é o contexto urbano, é preciso levar em consideração dois fatores: a paisagem (entendida como o conjunto de espaços, equipamentos e instituições urbanas) e os atores sociais. Não se trata, contudo, de um cenário já dado onde os atores desenvolvem suas práticas. Na verdade a paisagem urbana é o resultado dessas práticas, intervenções e modificações impostas pelos mais diferentes atores (poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão, moradores, visitantes, equipamentos, rede viária, mobiliários urbano, eventos, etc.) em sua complexa rede de trocas. Esse resultado, sempre em processo, constitui, por sua vez, um repertório de possibilidades que, ou compõem o leque para novos arranjos ou, ao contrário, surgem como obstáculos (MAGNANI, 2009, p. 106).

Todo e qualquer período histórico se afirma com um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos. Ao longo do tempo, um novo sistema de

objetos responde ao surgimento de cada novo sistema de técnicas. Em cada período, há, também, um novo arranjo de objetos. Em realidade, não há apenas novos objetos, novos padrões, mas, igualmente, novas formas de ação. Como um lugar se define como um ponto onde se reúnem feixes de relações, o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar. É que cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas, também, funcional. Em outras palavras, quando há mudança morfológica, junto aos novos objetos, criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função [...]. A cada novo momento, impõe-se captar o que é mais característico do novo sistema de objetos e do novo sistema de ações. Os conjuntos formados por objetos novos e ações novas tendem a ser mais produtivos e constituem, num dado lugar, situações hegemônicas. Os novos sistemas de objetos põem-se à disposição das forças sociais mais poderosas, quando não são deliberadamente produzidos para o seu exercício. Ações novas podem dar-se sobre velhos objetos, mas sua eficácia é, assim, limitada. (SANTOS, 2006, p. 61-62).

A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual (SANTOS, 2006, p. 67).

A segunda descoberta foi ter identificado referências que trazem a questão mais ampla da espacialidade como uma dimensão para a análise antropológica. Uma dessas referências é a seguinte passagem, encontrada na obra intitulada “O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa”, de Geertz (1997, p. 11):

[...] a antropologia sempre teve um sentido muito aguçado de que aquilo que se vê depende do lugar em que foi visto, e das outras coisas que foram vistas ao mesmo tempo. Para um etnógrafo, remexendo na maquinaria das ideias passadas, as formas do saber são sempre e inevitavelmente locais, inseparáveis de seus instrumentos e invólucros.

Outra referência nesse mesmo sentido é o trecho abaixo, extraído de Michel Agier, no qual trata da relação entre etnicidade e espacialidade, que no caso do autor se mostrou pela dispersão geográfica do grupo étnico que ele estudava em Lomé, capital do Togo, na África Ocidental, depois que seus integrantes haviam sido expulsos do centro da cidade:

Questão prática e teórica ao mesmo tempo, a ‘questão’ do espaço se impôs desde o início de minhas pesquisas, como ela se impõe naturalmente, creio, a toda etnologia na medida em que essa se enraíza em um lugar preciso. [...] Muito rapidamente dei-me conta de que a questão dos limites e do sentido do espaço se colocava também para aqueles a quem direcionava minhas pesquisas. (AGIER, 2015, p. 22).

Embora não se possa simplesmente transpor os conceitos de território e territorialidade e de espaço e espacialidade de uma disciplina para outra, é nítida a possibilidade de trânsitos entre a antropologia urbana e a geografia, no sentido de aprofundar a compreensão sobre os fenômenos da vida na/da cidade. A prostituição, com todos os seus significados, não deixa de fazer parte desses fenômenos.

O olhar “de perto e de dentro” proposto por Magnani (2002, p. 17; 2009) tem muito a contribuir para o estudo da temática à medida que privilegia evidenciar a agência dos sujeitos como criadores de seus próprios contextos a partir das interações cotidianas que estabelecem nos espaços que efetivamente fazem parte de sua experiência dentro da macroestrutura urbana, diferentemente do olhar “de fora e de longe”, que focaliza as imposições dessa macroestrutura.

5.2 Territorialidades e diferenciações sociais: abordagens para compreender a vulnerabilidade à saúde

Como os sujeitos constituem, mais precisamente, os multifacetados “territórios da prostituição” ou, em outras palavras, como as diferenças, desigualdades e hierarquias sociais se exprimem nas práticas cotidianas, e como tais práticas, por sua vez, dialogam com a dimensão espacial?

O presente capítulo tem o intuito responder a essa questão e fundamentar como a leitura interseccional das diferenciações sociais e o marco conceitual da territorialidade são oportunos para apreender a vulnerabilidade à saúde (AYRES, 2016; OVIEDO, CZERANIA, 2017), especialmente na dimensão social.

Nesta perspectiva, o objetivo da próxima seção será apresentar exemplos de como o conceito de territorialidade adotado como referencial nesta pesquisa já foi utilizado para o estudo de questões relativas a grupos socialmente marginalizados. Na seção seguinte, debate-se como a análise interseccional interessa para a discussão sobre a vulnerabilidade à saúde, como uma perspectiva que, na concepção construcionista de interseccionalidade (HENNING, 2015), visa compreender as desigualdades e as hierarquizações de poder inerentes a cada contexto, manifestadas nas práticas e interações entre os sujeitos.

5.2.1 O espaço territorializado

Territorialidade é um desses conceitos presentes em diversas áreas do conhecimento, que podem assumir algumas diferenças de definições e utilizações de acordo com cada disciplina, mas compartilham um significado básico comum.

Na ecologia, entende-se por territorialidade o instinto animal de defender seu território contra invasores; no direito, é um princípio segundo o qual a soberania de um Estado não pode se sobrepor à de outro; na geografia, é um conceito central com várias acepções que remetem às relações materiais e/ou imateriais entre a sociedade e o espaço geográfico (RATZEL, [1882] 1990; SACK, 1986; RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2013).

Neste caso, assumiu-se uma escolha teórico-metodológica que direciona o foco para a dimensão simbólica da territorialidade, ou seja, procura apreender como as subjetividades presentes nas práticas e interações sociais projetam-se sobre o espaço.

Essa leitura, no entanto, é apenas uma abordagem possível para estudar territorialidade, pois, como propõe Haesbaert (2013), as relações de poder que atravessam um mesmo território vão desde as determinações impostas por meio das forças estruturais até as disputas e acordos decorrentes do convívio cotidiano entre indivíduos e grupos.

[...] o território deve ser abordado dentro de um amplo *continuum*, desde os territórios de caráter mais material-funcional até aqueles com maior carga simbólica [...]. No primeiro caso, eles estariam vinculados tanto aos efeitos concretos de relações de poder e ao controle da mobilidade via fortalecimento de limites (ou ‘fronteiras’), quanto a determinados circuitos de produção, circulação e consumo, que têm enorme relevância, hoje, em termos de controle territorial. Já no segundo caso o ‘controle’ (e o próprio poder) se exerceria no campo do vivido e dos simbolismos – indissociáveis na visão de [Henri] Lefèbvre (Haesbaert, 2013, p. 24).

A opção de olhar para os aspectos simbólicos se deu em função da adequação desta perspectiva para responder à pergunta da pesquisa, bem como da compatibilidade com os outros referenciais teóricos utilizados no estudo.

Como já foi comentado nas páginas anteriores, há aproximações entre algumas definições de territorialidade da geografia e da antropologia e, dada minha formação, as concepções da geografia são inerentes às reflexões. Mas foram as categorias empregadas por dois antropólogos que forneceram o arcabouço principal para a exploração do material empírico.

De Magnani (2002, 2009, 2014) foram aplicadas as categorias de “pedaço” e “circuito”, as quais fazem parte de um conjunto de cinco categorias – completando-se com “mancha”, “trajeto” e “pórtico” – propostas pelo autor a partir de suas etnografias entre diversos grupos que compõem a cultura urbana.

“Pedaço” refere-se a uma certa extensão de área, marcada simbolicamente pela frequência regular dos mesmos sujeitos, que por isso estabelecem um certo grau de convívio e reconhecimento entre si, diferenciando-se em relação aos de fora. Segundo as investigações que deram origem a essa noção, um pedaço pode ser delineado pelo alcance dos laços de vizinhança, da rede de pessoas identificadas como habituais em um bairro de periferia, ou mesmo em um bairro residencial da área central da cidade.

Porém, nas regiões centrais marcadas pela flutuação de pessoas vindas de vários cantos, atraídas pelos mais variados interesses e necessidades, o pedaço se estabelece com o tempo, pelo uso regular de uma porção de espaço para a reunião de um conjunto de sujeitos vinculados a certa identidade. Há reconhecimento mútuo entre os indivíduos que frequentam o local e, dentro da massa de desconhecidos, eles se identificam por meio de modos de agir, posturas corporais, vestimentas e outros indicadores simbólicos de pertencimento ao mesmo grupo.

“Circuito”, por sua vez, é uma categoria mais ampla, criada para designar o conjunto de pedaços, manchas, trajetos e pórticos que podem estar dispersos em cidades de grande porte, como São Paulo, mas são relacionados entre si pelos membros de uma dada comunidade.

Conforme voltarei a discutir nos resultados, a categoria “circuito” será usada apenas para contextualizar a prostituição na cidade de São Paulo; já as categorias de “trajeto”, “mancha” e “pórtico” não se mostraram aderentes ao caso estudado.

O foco será assim a categoria de “pedaço”, que designa uma totalidade “vivamente experimentada tanto como recorte de fronteira quanto como código de pertencimento pelos integrantes do grupo” (MAGNANI, 2002, p.19). Totalidade essa que, portanto, não se definiu arbitrariamente, mas captou-se nas percepções e vivências dos sujeitos, por meio das entrevistas e observações diretas.

Outra característica é que essa totalidade não é homogênea, isto é, os membros de um grupo que frequentam o mesmo local e possuem um traço de identidade em comum ainda assim apresentam diferenças nas simbologias que o definem como parte daquele grupo. Mas:

[...] é também evidente, por parte de seus integrantes, uma percepção imediata, clara, sem nuances ou ambigüidades a respeito de quem é ou não é do pedaço: é uma experiência concreta e compartilhada. O analista, por sua vez, também percebe tal experiência e a descreve: essa modalidade particular de encontro, troca e sociabilidade supõe a presença de elementos mínimos estruturantes que a tornam reconhecível em outros contextos. (Magnani, 2002, p.20).

Isso nos leva ao conceito do segundo autor, o antropólogo Nestor Perlongher.

Em seu estudo etnográfico sobre a prostituição masculina em São Paulo, que tornou-se um clássico, Perlongher (2008 [1987]) argumenta que a territorialidade sobrepõe-se à ideia de identidades fixas, pois altera a posição relativa dos sujeitos na rede de circulação e de trocas estabelecida dentro da comunidade. Essa posição (ou localização) resulta do que Deleuze e Guattari (1980, apud PERLONGHER, 2008 [1987], p.161) denominaram “ordens moleculares” e “ordem molar”/“macrocódiços”, respectivamente. Isso significa que, quando um sujeito se deslocar fisicamente de uma territorialidade a outra – seja em função de seus desejos, necessidades ou de imposições externas – seus códiços terão um significado diferente, alterando sua posição social em relação aos membros do grupo. Por isso não se pode adotar uma identidade permanente para classificá-lo.

Ao mesmo tempo, não só os sujeitos individualmente se adaptam nesse processo. A chegada de um novo membro em um círculo de convívio já estabelecido modifica ele próprio e os demais participantes, podendo interferir nos fluxos internos e externos do grupo. Igualmente, a mudança de conduta de um integrante interfere em suas relações intra e extragrupo, podendo levar a um deslocamento físico do indivíduo para outra territorialidade ou a uma redefinição das territorialidades existentes. Em síntese, o autor descreve:

Configura-se, assim, um complexo ‘código-território’ (Deleuze), dado pelos códiços e suas superfícies de inscrição em zonas do corpo social. Territorialidade entendida não apenas no espaço físico – ainda que este também seja importante, já que delimita as difusas fronteiras do gueto – mas no próprio espaço do código [...] não interessará tanto a identidade, construída representativamente por e para o sujeito individual, mas os lugares (interseções) do código que se atualizam a cada contato. (PERLONGHER, 2008 [1987], p.160)

Os conceitos de “pedaço”, “circuito” e “código-território” foram escolhidos, então, como ponto de partida para a análise da territorialidade da prostituição e da

vulnerabilidade ao HIV e outras IST, a qual se expressa tanto por meio de aspectos estruturais quanto simbólicos.

Vale registrar, ainda, como as concepções de território e de territorialidade têm sido utilizadas no campo da Saúde Coletiva, embora seja um aporte relativamente recente e ainda pouco explorado nessa área (MONKEN *et al.*, 2008; FARIA; BORTOLOZZI, 2009). Essa interface vem como consequência do movimento interno da epidemiologia latino-americana na década de 1970, marcada por uma perspectiva crítica que defendia a necessidade de interpretar o processo saúde-doença como conteúdo inerente ao contexto social, político, econômico e cultural das comunidades. Para tanto, propunha-se incorporar contribuições de diversas áreas das Ciências Humanas com o intuito de explicar a relação entre “o individual e o coletivo, o biológico e o social ou entre a sociedade e a natureza” (FARIA; BORTOLOZZI, 2009, p.33).

Na realidade brasileira, em especial, uma das formas mais facilmente identificáveis de aplicação dos conceitos de território e territorialidade consistiu na organização da rede de serviços de atenção primária do SUS, a partir de sua criação pela Constituição Federal de 1988. A distribuição das unidades de atendimento deveria ser planejada em função das condições de vida e saúde de cada local, com o objetivo de que cada uma delas oferecesse cobertura às necessidades identificadas na população de seu território, em atendimento aos princípios de universalidade do acesso, integralidade do cuidado e equidade da atenção à saúde (GONDIM; MONKEN, 2008, p. 3).

Porém, de acordo com a literatura, à medida que a organização do SUS propiciou reflexões sobre a pertinência do conceito de território para o gerenciamento dos serviços de saúde, contribuiu também para gerar interesse no aprofundamento teórico-metodológico do conceito a fim de aplicá-lo na formulação de políticas públicas de saúde, concebendo-o não só como uma repartição cartesiana do espaço, mas como uma delimitação configurada a partir das relações e processos sociais (MONKEN *et al.*, 2008, p.16).

A partir daí se estabelece entre os profissionais da saúde uma tentativa de maior compreensão sobre a concepção de território adotada na Geografia, a fim de adotá-lo como uma categoria de análise social. Segundo Teixeira *et al.* (apud GONDIM; MONKEN, 2008, p. 5):

A análise social do território deve contribuir para construir identidades; revelar subjetividades; coletar informações; identificar problemas, necessidades e positivities dos lugares; tomar decisão e definir

estratégias de ação nas múltiplas dimensões do processo de saúde-doença-cuidado. Os diagnósticos de condições de vida e situação de saúde devem relacionar-se tecnicamente ao trinômio estratégico “informação-decisão-ação”.

Mesmo assim, na maior parte dos casos, as práticas de territorialização adotadas no SUS e as análises territoriais no campo da saúde ainda se restringem a uma concepção do território como mera delimitação física do espaço (FARIA, 2013). Para superar esse olhar estritamente operacional fazem-se necessários alguns questionamentos como, por exemplo: (a) Como e por que se produziram essas delimitações físicas que as equipes de saúde identificam em seu trabalho cotidiano? (b) Há outras delimitações simbólicas internas às fronteiras materiais das áreas de abrangência dos serviços de saúde? (c) Como os territórios delimitados pela lógica dos gestores de saúde eventualmente se confrontam com as identidades e práticas espaciais dos grupos sociais contidos dentro deles? Os marcadores sociais da diferença perpassam essas três questões, direta ou indiretamente, conforme será argumentado no próximo tópico.

5.2.2 Marcadores sociais da diferença, interseccionalidade e vulnerabilidade ao HIV/aids e outras IST

Em primeiro lugar, cabe uma definição mais específica sobre o que são marcadores sociais da diferença. De forma bastante objetiva, o antropólogo Márcio Zamboni (2014, p. 13) diz que “são sistemas de classificação que organizam a experiência ao identificar certos indivíduos com determinadas categorias sociais”, como gênero, raça ou etnia, orientação sexual, classe social, religião, entre outros. Isto é, os marcadores sociais da diferença servem para estabelecer uma ligação entre as características particulares de cada indivíduo e a sua posição relativa na sociedade, assumindo que essas características definem sua experiência enquanto sujeito social.

Ainda segundo Zamboni (2014), a perspectiva dos marcadores sociais da diferença foi formulada não para classificar os seres humanos em grupos segundo os atributos de diferenciação, mas para refletir sobre como as diferenças estão alicerçadas em relações de poder e sistemas de dominação historicamente construídos. Assim, os marcadores mudam de acordo com o contexto analisado, dependendo das valorações atribuídas por cada sociedade a um ou outro atributo que, *a priori*, não tem um valor positivo ou negativo essencial.

Já a perspectiva da interseccionalidade está ancorada diretamente nos marcadores sociais da diferença, sendo conceituada por Henning (2015, p. 117) como o

[...] entrelaçamento entre os marcadores sociais da diferença e suas potenciais decorrências em termos de desigualdades sociais, assim como relativa ao desenvolvimento de táticas de resistência, questionamento e desconstrução da desigualdade, sobretudo sob distintas formas de agência interseccional.

Essas duas áreas de estudo se estruturaram em resposta a uma demanda das Ciências Sociais por entender como se constituem socialmente as desigualdades e hierarquias de poder entre grupos, sendo classe social, gênero e raça os marcadores sociais da diferença tradicionalmente mais reconhecidos e estudados. Mas outros marcadores – tais como geração, orientação sexual, religião e nacionalidade – passaram a ser levados em consideração principalmente a partir da década de 1970, quando as críticas às teorias pós-coloniais, oriundas sobretudo do feminismo, aprofundaram os questionamentos acerca dos pressupostos sobre o qual se erigiu e sustentou o conhecimento científico moderno (PISCITELLI, 2013), ressaltando as diversas facetas que compõem as identidades das coletividades humanas e as variadas concepções que foram subordinadas historicamente pelo discurso de um só grupo dominante.

Mara Viveros Vigoya (2016, p. 3), ao lado de outros autores, remete a genealogia das preocupações interseccionais ao final do século XVIII, com a publicação da Declaração dos Direitos da Mulher em 1791, na França, por Olympe de Gouges. Considera também as alianças entre as lutas abolicionistas da escravatura e feministas nos Estados Unidos da América como uma forma de evidenciar as aproximações entre o funcionamento do racismo e do sexismo, ainda no início do século XIX.

Alguns marcos históricos sintetizaram essas diferentes matrizes políticas que convergiram no desenvolvimento da teoria⁷ da interseccionalidade: cronologicamente, Henning (2015) apresenta como o primeiro marco o discurso *Ain't I a Woman?* (*Eu não sou uma mulher?*), proferido em 1851 pela ex-escrava Sojourner Truth na “Convenção de Mulheres” em Akron, no estado de Ohio (EUA). Truth destaca, em uma breve, mas potente fala, que ser mulher na sociedade norte-americana tem diferentes significados se

⁷ Vale mencionar a observação de que “há uma vigorosa e acalorada profusão de visões contemporâneas acerca da noção, a qual tende a ser vista, por exemplo, como teoria, método, abordagem, paradigma, conceito, preocupação heurística, ‘lente de análise do social’, base de trabalho analítico, metáfora analítica, etc.” (Davis, 2008, p. 68; Hulko, 2009, p. 44, apud Henning, 2015, p. 101-2).

você for uma mulher branca ou negra. Rebatendo a um homem da plateia para quem “as mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens, e erguidas para passar sobre valas e ter os melhores lugares em todas as partes”, ela diz que nunca foi ajudada a entrar em carruagens, a passar por cima de poças de lama ou teve qualquer bom lugar e, a partir desse e de outros exemplos de sua experiência como “mulher negra, trabalhadora incansável e mãe de muitos filhos vendidos como escravos” (VIGOYA, 2016, p. 3), pergunta ao auditório se, então, ela não é uma mulher, repetindo a questão a outros homens que haviam se pronunciado antes.

O segundo marco ocorreu em 1977, relacionado ao feminismo negro (*Black feminism*), no contexto da segunda onda do movimento, com o lançamento do manifesto do *Combahee River Collective* – uma organização de mulheres negras e lésbicas, também formada nos EUA, na cidade de Boston, que existiu entre 1973 e 1980. A tônica nesse documento foi propor uma ampliação das articulações da luta feminista para combater não só a dominação masculina sobre as mulheres, mas também as desigualdades de raça, classe e sexualidade. Para Vigoya (2016, p. 5), “A política identitária feminista afroamericana deste coletivo [*Combahee River*] ilustra o que Patricia Hill Collins (2000) chamará, anos mais tarde, de ponto de vista das mulheres negras”.

Importante lembrar que esses marcos não se limitam ao contexto norte-americano. Avtar Brah (2007) destaca também as contribuições britânicas ao debate interseccional, como a criação da “Organização de Mulheres de Ascendência Africana e Asiática” (OWAAD, na sigla em inglês) ocorrida em 1978, por exemplo.

Nesse percurso, o termo interseccionalidade foi finalmente cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989, em relação ao caso de cinco mulheres negras que processaram a montadora General Motors nos EUA por discriminação de raça e gênero. Na condição de advogada das trabalhadoras, Crenshaw defendeu que era justamente a condição de serem mulheres e negras que explicava a discriminação, e demonstrou que isso escapava às legislações existentes, pois elas tratavam ora dos direitos relacionados a gênero, ora dos direitos relacionados a raça.

Desde então, as análises interseccionais diferenciam-se em duas grandes vertentes. De um lado, na perspectiva estruturalista, encontram-se os recortes macrossociológicos, cujo objetivo é explicar como os sistemas de opressão criam e mantêm as desigualdades de gênero, raça e classe, principalmente. De outro lado, tem-se a perspectiva pós-estruturalista ou pós-modernista, com o intuito de analisar os efeitos

causados pelas desigualdades estruturais na experiência concreta dos sujeitos e as desigualdades que se produzem nas relações microssociais. Patricia Hill Collins (2000 apud VIGOYA, 2016, p. 6) é quem propõe essa classificação e nomeia a primeira como “*interlocking systems of oppression*” e a segunda como “*intersectionality*” propriamente. Não obstante, a autora defende que ambas as abordagens são necessárias para compreensão da interseccionalidade.

Henning traz outra classificação, proposta por Baukje Prins (2006, p. 279 apud HENNING, 2015, p. 111), baseada nas “distintas concepções de poder, agência e estrutura/sistema”. Nessa categorização, uma abordagem continua sendo chamada pela autora de sistêmica/estrutural, pois refere-se “aos impactos do *sistema* ou *estrutura* sobre a formação de identidades” (HENNING, 2015, p. 111, grifos do autor) – linha que se desenvolve principalmente nos EUA, tendo como base autoras como Crenshaw e Hill Collins, assim como outras pensadoras ligadas sobretudo ao feminismo negro. A outra frente é chamada de construcionista, e tem como propriedade considerar o poder como uma relação em que os sujeitos não são meramente subordinados a um sistema com regras pré-existentes e incontornáveis, mas sim dotados de agência para explorar as contradições e brechas que existem na própria articulação das categorias que se constituem mutuamente ao compor as identidades e desigualdades entre os indivíduos. Exemplos de autoras que trabalham nessa perspectiva são Anne McKlinton e Avtar Brah, tratando-se de uma corrente de pensamento mais encontrada no Reino Unido (HENNING, 2015).

No decorrer do desenvolvimento dos estudos interseccionais, diversas problematizações têm sido levantadas como questões em aberto a serem exploradas, por tratar-se de uma área de estudo relativamente recente, sobretudo se olharmos para fora do escopo do feminismo negro crítico (COUTO *et al.* 2018), e por constituir-se como um campo em permanente construção, o que é pressuposto de sua constituição dentro dos parâmetros científicos (CARBADO *et al.*, 2005).

No caso da abordagem interseccional na saúde coletiva, por exemplo, Couto *et al.* (2018) identificam, por meio de uma revisão narrativa de 30 artigos publicados desde 2006, que grande parte da produção sobre o tema discute questões de natureza teórico-metodológica: 10 trabalhos dedicam-se a discutir abordagens para não resumir a interseccionalidade à mera adição de categorias como gênero, raça ou classe social aos modelos epidemiológicos, além de como abarcar as experiências individuais dos sujeitos

dominados de forma articulada às estruturas de opressão que recaem sobre grupos e segmentos específicos, com seus impactos sobre a saúde.

Embora a aproximação entre as noções de vulnerabilidade e interseccionalidade não seja explícita e direta, as preocupações em comum que aparecem nos debates e produções acadêmicas sobre esses temas indicam uma relação possível entre eles, como será argumentado a seguir.

A abordagem da vulnerabilidade tem longa trajetória no pensamento filosófico, sobretudo como preocupação concernente à fragilidade corporal diante de possíveis injúrias (PETHERBRIDGE, 2017; BUTLER, 2015). Porém, por sua natureza filosófica, o conceito foi incorporado a diversas disciplinas, como o direito, a economia, a geologia, entre outras (OVIEDO; CZERESNIA, 2015), geralmente assumindo o sentido de suscetibilidade a condições externas tidas como irrefreáveis – como uma vítima com força desproporcionalmente inferior à de seu agressor, uma instabilidade ou crise financeira, ou situações de risco geológico.

Nos anos 1970, na mesma conjuntura das discussões sobre interseccionalidade, o conceito de vulnerabilidade aparece no campo político e social “como uma dimensão consubstancial à coexistência dos indivíduos na sociedade moderna, como um horizonte insuperável da condição do homem moderno” (OVIEDO; CZERESNIA, 2015, p. 240).

Mais recentemente, na década de 1990, foi também incorporado aos estudos científicos sobre HIV/aids, em resposta à necessidade de se superar a noção de fatores de risco aplicada pela epidemiologia tradicional (AYRES *et al.* 2006), pois esse olhar vinha contribuindo para estigmatizar e marginalizar ainda mais determinados grupos sociais ao associar suas identidades à epidemia – caso das comunidades homossexual, transexual e de prostitutas. Passou-se então a priorizar a investigação das mútuas implicações entre os aspectos individuais, programáticos e sociais envolvidos na produção de contextos e situações em que os sujeitos se expõem a maior ou menor risco para contrair HIV ou adoecer de aids (AYRES *et al.*, 2006; AYRES, 2016).

Ao desenvolver as formulações propostas por Mann *et al.* (1993), Ayres *et al.* (2006) propõem três eixos ou dimensões interdependentes que levam à compreensão da suscetibilidade das pessoas à infecção pelo HIV: a dimensão individual tem “[...]como ponto de partida aspectos próprios ao modo de vida das pessoas que podem contribuir para que se exponham ao vírus ou, ao contrário, proteger-se”; a dimensão social “[...]”

busca focar diretamente nos fatores contextuais que definem e constroem a vulnerabilidade individual” e, finalmente, a dimensão programática da vulnerabilidade

[...] busca justamente avaliar como, em circunstâncias sociais dadas, as instituições, especialmente as de saúde, educação, bem-estar social e cultura, atuam como elementos que reproduzem, quando não mesmo aprofundam, as condições socialmente dadas da vulnerabilidade.

A partir da experiência de mais de duas décadas desde que o conceito de vulnerabilidade foi adotado na saúde, Oviedo e Czeresnia (2015, p. 241) colocam algumas reflexões críticas que julgam pertinentes para aprimorá-lo, sistematizadas em três questões:

1. Para além dos comportamentos, como a posição relativa dos indivíduos nos grupos sociais e entre os próprios grupos – identidades, configuração de vínculos, estratégias de ação – interfere na conformação de situações de vulnerabilidade?
2. Resiliências são elementos coexistentes nas dinâmicas que constituem situações de vulnerabilidade. É possível construir um olhar processual capaz de apreender a complexidade das formas de agir envolvidas no enfrentamento das contingências?
3. Considerando a diversidade, e complexidade dos processos que conduzem à vulnerabilidade, como relativizar diretrizes programáticas e explorar outros possíveis desenvolvimentos para lidar com situações singulares?

Tais reflexões interessam à discussão proposta neste trabalho na medida em que sugerem aproximar a perspectiva da vulnerabilidade à questão da interseccionalidade, se considerarmos, como visto anteriormente, que a determinação dessa posição relativa dos indivíduos se dá justamente no processo constante de produção e redefinição das relações de poder, bem como a construção dos enfrentamentos e resistências.

Anna Bredström (2006) traz um bom exemplo dessa relação entre interseccionalidade e vulnerabilidade em um artigo que discute criticamente pesquisas feministas sobre HIV/aids que, de acordo com ela, consideram as diferenças de gênero e sexualidade como se pudessem ser separadas dos marcadores de classe, religião e raça/etnia, entre outros. Ao final do texto, após expor seus questionamentos a essa abordagem, a autora propõe uma perspectiva analítica interseccional – que leva em conta as categorias de gênero e sexualidade entrelaçadas às de classe e raça/etnia – para discutir as políticas de prevenção ao HIV/aids na Suécia. Bredström (BREDSTRÖM, 2006, p. 239) demonstra, então, que uma categoria fundamental para debater a questão é a nacionalidade (“*race*”), pois a sociedade sueca considera que os “[...] ‘homens

imigrantes' são inevitavelmente representados como 'mais' patriarcais e misóginos do que os homens 'suecos'" (tradução nossa),⁸ assim como a comunidade de migrantes é vista como mais homofóbica do que os nativos da Suécia (BREDSTRÖM, 2006, p. 240).

Essa descoberta, ainda de acordo com a autora, traz uma nova compreensão sobre a questão da prevenção ao HIV/aids na medida em que essas representações demonstram que pelo menos parte dos suecos creem existir uma diferença cultural insuperável entre eles e os imigrantes, bem como idealizam a cultura sueca (Bredström, 2006). Embora a autora não se refira no texto ao conceito de vulnerabilidade, a análise que ela faz vai nessa direção, pois intenta compreender como essas representações culturais e identidades interferem nos comportamentos individuais e sociais das pessoas.

Partindo dessas colocações, esta pesquisa articulará, então, três aspectos de como as diferenças e desigualdades entre os sujeitos se apresentam na realidade social, permeando as experiências vividas. Em primeiro lugar, trata-se de identificar as diferenças e entender como se constroem as valorações que convertem tais diferenças em desigualdades (BRAH, 2006, P. 359; MOUTINHO, 2014, p. 203); em segundo lugar, discutir como as diferenças determinam as experiências dos sujeitos com o/no espaço, produzindo territorialidades; e, finalmente, como essas diferenças também se expressam na forma de vulnerabilidade à saúde, especialmente no que diz respeito às iniquidades que, segundo a definição de Margareth Whitehead (1992), "[...] referem-se a diferenças desnecessárias e evitáveis e que são ao mesmo tempo consideradas injustas e indesejáveis."

⁸ "[...] 'immigrant' men are inevitably represented as 'more' patriarchal and misogynist than 'Swedish' men." (BREDSTRÖM, 2006, p. 239).

6. OS DISCURSOS SOBRE A PROSTITUIÇÃO

A análise do material empírico produzido no decorrer deste estudo demandou aprofundar o meu conhecimento e compreensão sobre os discursos difundidos a respeito da prostituição, assim como recuperar as origens e as trajetórias de tais noções até os dias atuais.

Denominar uma mulher como prostituta, por exemplo, remete a muitos significados para além de qualificar a pessoa que estabelece relações sexuais efêmeras com clientes em troca de ganho econômico (OLIVAR, 2013; BARRETO *et al.*, 2013). Isso traz implicações que podem afetar desde suas relações pessoais até sua cidadania, pois quase sempre prevalece um pesado julgamento moral subjacente à palavra, direcionado a todas as mulheres que, de alguma forma, são insubordinadas ao padrão aceitável de feminilidade, imposto a partir da modernidade (RAGO, 2008, p. 25-26; OLIVAR, 2012, p. 99; HELENE, 2017). Sejam elas mulheres tidas como promíscuas; que vestem roupas decotadas, curtas ou chamativas; que se maquiam demais; que traem o namorado ou marido; que se envolvem afetiva-sexualmente com homens comprometidos; ou que sejam consideradas negligentes como mães ou esposas, para citar alguns exemplos.

Ainda assim é importante salientar os discursos positivos a respeito desse universo tido como campo da libertinagem. Embora essa percepção seja, na maioria das vezes, embotada pela moralidade, as prostitutas invocam também a fantasia da mulher ousada, livre em relação às obrigações domésticas e conjugais, dominadora da arte de seduzir (RAGO, 2008, p. 41). Elas são estigmatizadas, condenadas e punidas porque não correspondem às normas das relações de gênero do capitalismo ocidental, que foram impostas na passagem para a modernidade como um mecanismo inerente ao próprio sistema (FOUCAULT, 1997; RUBIN, 2003). Nessa perspectiva, prostitutas são justamente as mulheres que resistem ao controle, e desafiam os lugares sociais previamente estabelecidos para elas.

Porém nem sempre é um desejo espontâneo e definitivo que leva à decisão de fazer da prostituição um trabalho. No escopo deste estudo, pode-se até dizer que o caminho é inverso: aquelas que não puderam ou não quiseram exercer papéis convencionais – sobretudo de esposas – dizem buscar na prostituição, antes de tudo, um meio para a independência financeira. O conflito com os padrões culturais aos quais,

geralmente, esperavam corresponder é uma consequência incômoda dessa decisão, num primeiro momento, mas também não é nada impossível de ser administrado com o tempo, quando se desenvolve o processo de socialização com outras mulheres que vivem a mesma realidade e a descoberta de aspectos positivos que eram inimagináveis antes de conhecer a prostituição. Conforme, novamente, sintetiza Rago (2008, p. 215):

Essas mulheres decidem viver sua vida sexual, rebelam-se contra o casamento que acreditam aprisionar sua sexualidade, negando-lhes a possibilidade de conhecer o outro lado da margem em relação ao prazer sexual, como os homens. Por mais que ultrapassem as fronteiras do ‘mundo respeitável’, impulsionadas por fortes motivos externos às suas vontades, como costuma acontecer nos romances e filmes sobre a prostituição, ou ainda no relato delas próprias, há um grande prazer em permanecer nele, em desvendá-lo, o que ocorre juntamente com o desvendamento do próprio corpo e, portanto, da própria sexualidade.

Os debates sobre o que significa ser prostituta e o que leva uma mulher a entrar nessa profissão são controversos. Cada linha interpretativa se vincula a posturas políticas em relação ao tema, que acabam se ocultando nas entrelinhas das falas das próprias trabalhadoras sexuais (OLIVAR, 2013), como será visto também nas entrevistas analisadas neste trabalho. Antes disso, porém, em vista de tal controvérsia, discutirei a seguir, a partir da realidade brasileira e, mais especificamente, paulistana, as três principais perspectivas sobre a prostituição, circunscrevendo os momentos históricos que constituem diferentes camadas temporais a serem consideradas para compreender a situação da prostituta na contemporaneidade.

A primeira perspectiva leva à criminalização dessas mulheres, pois tem como princípio a ideia de que elas são um segmento moralmente degenerado por natureza e como tal deve ser isolado da sociedade ou mesmo banido. A segunda concepção também considera a prostituição como uma degeneração da mulher, porém diverge substancialmente do discurso criminalizante: ao invés de uma questão intrínseca e imutável, inerente a “certos tipos” de mulheres, a deterioração moral das prostitutas resultaria de um processo social do qual elas são vítimas e é necessário salvá-las dessa condição para que possam se regenerar.

Ambos os modelos derivaram em diferentes vieses e adaptações. A abordagem criminalista teve em suas origens um vínculo mais forte com a eugenia, ao adotar alguns elementos centrais desse projeto – como relacionar comportamentos sociais e morais a características físicas, visando à identificação e catalogação dos tipos de sujeitos criminosos.

Por outro lado, o olhar sobre a prostituição como problema social fez-se presente tanto nos argumentos feministas trazidos, por exemplo, por Emma Goldman, quanto nas propostas de médicos e juristas que, apesar de serem contra a polícia proibir e perseguir a prostituição, usavam pretextos sanitaristas para determinar e impor regras à realização do ofício – o que em última análise poderia tornar-se uma forma de proibição e perseguição disfarçadas, dependendo das implicações de tais regras. SILVA (2013, p. 116;117) ressalta essa questão:

[...] destaca-se a questão da eugenia como um aspecto relevante do pensamento médico, nem sempre devidamente destacado pelos estudos dedicados à atuação de médicos no ordenamento das cidades. Talvez esse relativo silêncio se deva ao fato de que os eugenistas não tenham proposto um modelo explícito de organização do espaço urbano (ainda que as preocupações eugênicas só façam sentido no contexto de rápida urbanização em que são engendradas), mas sim uma “melhoria” da “sociedade como um todo”. Entretanto, pelas implicações da concepção de cidade em que essa atuação se baseia – e que, ao mesmo tempo, ajuda a afirmar –, esse aspecto não pode ser ignorado.

Por fim, o terceiro prisma emergiu somente na década de 1960, na esteira dos debates sobre os Direitos Humanos que se iniciaram no pós-II Guerra, visando o reconhecimento das prostitutas como trabalhadoras e como uma categoria de sujeitos de direito. Paulatinamente, em vários países se formaram organizações e coletivos de prostitutas/trabalhadoras sexuais/profissionais do sexo, a fim de buscar maior protagonismo nas discussões e pautar questões consideradas por elas como verdadeiramente relevantes em seu cotidiano.

Diferentemente da classificação de Barreto *et al.* (2013), não fundamento a divisão apresentada acima com base no regime legal defendido por cada grupo – proibicionista, abolicionista, regulamentarista ou laboral, mas sim nos paradigmas a partir dos quais esses grupos justificam a existência da prostituição. Por outro lado, essas explicações acabam por ter uma correspondência indireta com os regimes legais, pois estes são propostos como soluções diferentes para problemas apresentados sob óticas também diferentes.

É claro que essas definições não substituem umas às outras no decorrer do tempo, nem tampouco são isentas de nuances. Muito longe de constituir um caminho de evolução – do crime para a vitimização, da vitimização para o reconhecimento – essas vertentes notoriamente constituem um espectro de concepções que em certas conjunturas

recrudescem ou abrandam, mas permanecem disputando espaços sociais e narrativas ainda hoje.

Nesse jogo de forças entre passado e presente, a forte persistência do estigma com base em noções antiquadas sobre a prostituição não impediu algumas conquistas em um século: em 2015, por exemplo, a importante organização Anistia Internacional aprovou uma declaração que autoriza a Junta Diretiva Internacional a elaborar uma política de descriminalização do trabalho sexual, a fim de defender os direitos humanos de trabalhadoras sexuais e de reduzir o risco que correm de sofrer abusos e violações de tais direitos.⁹

6.1 A prostituição como crime: “prostituta que não rouba não é prostituta”

O ditado usado como subtítulo dessa seção era desconhecido por mim, até ser citado por uma das mulheres que entrevistei. A sentença chamou minha atenção por atribuir à prostituta, além de todas as conotações negativas que eu já tinha ouvido, a pecha de ladra. Na verdade, a fala da entrevistada traduziu sem qualquer floreio a visão que criminaliza a prostituição, construída no final do século XIX a partir de pressupostos médico-policiais formulados na Europa – especialmente Inglaterra – e nos Estados Unidos (RAGO, 2008, p. 25-26; RUBIN, 1984).

Corroborando o provérbio, um artigo de DeMattos (2011, p. 54) sobre a espacialidade da prostituição no Rio de Janeiro entre 1840 e 1940 relata que a Rua da Alfândega, no centro da cidade, era conhecida entre os policiais da época como *Beco das ladras*, pois concentrava grande número de prostitutas.

Esse processo de transformação do trabalho sexual em crime aconteceu não só no plano dos discursos, forjados em meio às discussões sobre a abolição da escravidão nas ex-colônias europeias, mas também ensejou ações concretas dos poderes públicos de vários lugares do mundo. Os Estados Unidos foram exemplo nesse sentido: em 1910 promulgaram a Lei Mann, ou Lei do Tráfico de Escravas Brancas, que tornou ilegal transportar qualquer mulher ou menina para “finalidades imorais”, e deu o primeiro passo

⁹ Cf. ANISTIA INTERNACIONAL. Movimento global aprova elaboração de política para proteger os direitos humanos dos trabalhadores e trabalhadoras sexuais, 11 ago. 2015. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/movimento-global-aprova-elaboracao-de-politica-para-proteger-os-direitos-humanos-dos-trabalhadores-e-trabalhadoras-sexuais/>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

para a posterior aprovação de legislações contra a prostituição em todos os Estados da União (RUBIN, 1984, p. 5).

Já no Brasil, assim como o próprio fim da escravidão foi permeado por ambiguidades, a posição do Império em relação à prostituição também caracterizou-se por indeterminações: de um lado, havia os defensores da política regulamentarista francesa, cuja proposta era definir zonas delimitadas onde a prostituição fosse controlada, sobretudo para evitar a disseminação de doenças. No outro polo, “[...] abolicionistas lutaram contra a arbitrariedade médica, policial e religiosa à qual eram submetidas as prostitutas, considerando-se [as abolicionistas] como libertadoras de escravas.” (PISCITELLI, 2012, p.20).

Após um primeiro momento de resistência à tomada de uma posição, o modelo regulamentarista terminou por ser adotado em políticas como a reforma do Código Penal, implementada em 1890, que representa um deslocamento ao colocar a prostituição como “panteão dos males da sociedade moderna, que *deveria ser objeto da ação direta do Estado*” (ABIA, 2013, p. 12-13, grifo meu), e não só como questão moral, como já era considerada pelo código de 1830.

Margareth Rago (2008) defende, em sua clássica pesquisa sobre a prostituição em São Paulo, na virada do século XIX para o XX, a ideia de que essas medidas surgiram como reação às transformações decorrentes do processo de modernização da sociedade nesse período:

A expansão do comércio do prazer e a sofisticação crescente do mundo da prostituição provocaram reações moralistas entre setores diversificados da população. Ao lado dos chefes de polícia, envolvidos com a moralização dos costumes, a imprensa promoveu sucessivas campanhas exigindo respostas mais eficazes de vigilância do submundo. Logo mais, médicos, juristas e criminologistas tentaram unificar seus esforços para definir a melhor forma de intervenção dos poderes públicos na organização do mundo do prazer, o que, na verdade, quase nunca deu bons resultados. (RAGO, 2008, p. 127)

Segundo a autora e a história nos contam, em um espaço de tempo relativamente curto, a sociedade paulistana sofreu grandes impactos resultantes do movimento de passagem para a modernidade. Essas mudanças afetaram profundamente desde a vida cotidiana na urbe, até as condutas e valores dos indivíduos submetidos a essa nova realidade.

Uma das formas de conter os efeitos dessas mudanças, no tocante aos costumes sexuais, foi converter os estigmas morais associados ao comportamento das prostitutas

em cláusulas legais, criando assim efetivos expedientes para a perseguição e confinamento espacial da atividade, quando conveniente e se considerado necessário.

O dispositivo pelo qual se instala pela primeira vez esse processo em São Paulo é a criação, por proposta do então delegado Cândido Motta, do primeiro Regulamento Provisório da Polícia de Costumes (1896), que se ocupou justamente de definir regras para a atuação e aparição pública das prostitutas. Houve ainda a criação de um *Livro de Registros* com dados pessoais das meretrizes, utilizado principalmente a partir de 1915, além de se desenvolverem acalorados debates entre setores defensores de uma política abolicionista em relação à prostituição e outros, que defendiam o regulamentarismo (RAGO, 2008, p. 133;138).

Vale lembrar que, ao contrário do que hoje se entende pela proposta de regulamentação, naquele contexto a ideia era tentar ordenar a prostituição, já que sua existência era considerada inevitável e inclusive necessária para permitir que os homens mantivessem práticas sexuais que não podiam exercer nas relações matrimoniais.

Essas políticas perduraram durante todo o século XX e algumas seguem até os dias de hoje, com maior ou menor intensidade, a depender da conjuntura política do país. Nos anos da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), por exemplo, o governo acionou o decreto-lei 3.688/1941 (conhecido popularmente como “Lei da Vadiagem”), herdado do regime do Estado Novo (1937-1945), como dispositivo para violentar e deter as prostitutas assim como outros grupos marginalizados que estivessem nas ruas – “mendigos”, “aleijados”, pessoas que não possuíam carteira de trabalho, etc.

Nos anos 1980 e 1990 ainda se relatavam muitos casos de violência policial contra as trabalhadoras sexuais, sobretudo nas ruas – fosse por meio de extorsão, em troca do direito de permanecer em seu local de trabalho, fosse por meio da violência física e/ou sexual, cujas denúncias eram negligenciadas pelas autoridades e pela sociedade como um todo (ÉBOLI, 2013). Somado a isso, o aparecimento da aids reavivou o terror contra a prostituição e contra todas as formas de exercício da sexualidade fora do contexto de relacionamentos monogâmicos entre pessoas de orientação heterossexual.

Para nos lembrar de que essas questões não fazem parte apenas do passado, o artigo 230 do Código Penal brasileiro ainda prevê pena de um a quatro anos de reclusão e multa para quem “tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça”. A rigor, essa cláusula impede apenas a existência de casas de prostituição, uma vez que todas elas

cobram um percentual do lucro obtido pela trabalhadora; mas dispositivos legais como esses acabam por fragilizar também as profissionais das ruas.

Olivar (2013), por exemplo, acompanhou e registrou as negociações e enfrentamentos das trabalhadoras sexuais e outros militantes do Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), do município de Porto Alegre, com diversas instâncias do poder público que promoveram uma ofensiva contra as trabalhadoras da Rua Garibaldi, no centro da cidade. O caso aconteceu em 2007, quando “profissional do sexo” já era inclusive uma atividade reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupações, mas por ordens vindas de superiores, a polícia impedia que as mulheres ficassem nas calçadas, fora dos limites das portas dos hotéis.

Em pleno ano de 2017, a prefeitura de São Paulo também conduziu uma série de operações no bairro de Santana, Zona Norte da cidade, onde fechou 15 casas de prostituição sob a alegação de que os proprietários estariam cometendo “irregularidades” (Prefeitura..., 2017). As reportagens sobre o caso, mesmo na grande imprensa, não esclarecem quais seriam essas irregularidades. A polícia declara que a vinda das casas para a região aumentou o número de roubos no entorno, porém as boates estão em funcionamento há muitos anos no local. Uma delas (à Rua Jovita, 237), citada na reportagem da Folha de São Paulo (Prefeitura..., 2017), é citada também em reportagem de 2003 de O Estado de São Paulo¹⁰ que noticiava outra ação da Polícia Federal no mesmo lugar.

Entretanto, é indispensável notar que, se a associação entre prostituição e crime baseia-se, por um lado, na justificativa de que há altos índices de violência e criminalidade nos locais onde essa atividade ocorre, tudo indica, por outro lado, que são as próprias medidas tomadas pelo Estado para a contenção da prostituição que contribuem para essa relação. A constituição de espaços estigmatizados como zonas de prostituição dentro das cidades, a marginalização social da atividade e a constante repressão policial abrem espaço para que as áreas de meretrício se tornem locais evitados por pessoas *da sociedade*, alimentando um ciclo vicioso de mais estigmatização e marginalização.

¹⁰PF encontra 1ª prostituta adolescente em SP, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 jan. 2003. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pf-encontra-1-prostituta-adolescente-em-sp,20030119p4521> Acesso em: 19 jun. 2018

6.2 A prostituta como vítima: a criminalização pelo avesso

O questionamento ao tom policialesco adotado nas ações para regulação da prostituição surgiu já no final do século XIX, com origem na combinação entre discursos médicos e jurídicos mais sofisticados, que gradualmente se fortaleceram (RAGO, 2008, p.152) perante a sociedade. A partir desse novo olhar, as intervenções sobre os “fluxos desejantes” de homens e mulheres – mas principalmente dessas últimas – revestiram-se de caráter científico, contando com respaldo de recomendações médico-sanitárias.

O combate à sífilis, sobretudo, continuou servindo como pretexto para a interferência sobre as práticas e comportamentos sexuais das camadas populares, mas principalmente na prostituição. Entretanto, os argumentos usados para justificar esse controle mudaram para alegações de preocupação com a saúde e, conseqüentemente, demandaram novas estratégias para implementá-lo:

[...] ao lado das inflamadas críticas anti-regulamentaristas, os médicos defendiam estratégias de educação moral do povo, em que sua atuação adquiria fundamental importância. Conferências, palestras, conselhos, folhetos, artigos publicados na imprensa, exibição de bonecos de cera monstruosos nas fábricas e nos quartéis, além do recurso ao cinema e rádio, destacavam-se como os principais meios de esclarecimento da população em relação ao problema da sífilis e da prostituição. (RAGO, 2008, p.160)

Na cidade do Rio de Janeiro, um bom exemplo ilustra as diferenças e semelhanças das políticas adotadas em relação à prostituição sob a ótica da criminalização e da medicalização: em 1896, executando uma medida regulamentarista, uma operação policial fechou diversas casas de prostituição localizadas em ruas conhecidas por abrigarem essa função. Já em 1906, um acordo entre cafetinas e a polícia instituiu a fiscalização das áreas de meretrício no Bairro da Lapa pelo Departamento de Costumes e pela Saúde Pública. As prostitutas passaram a ser portadoras de uma *Carteira de Meretriz*, que lhes concedia o *direito* de realizar exames no hospital Graffrée & Guinle (COSTA, 1993, p.168 *apud* DE MATTOS, 2011, p.56, grifos meus).

As duas ações trataram a questão como caso de polícia e basearam-se em preceitos morais contra o meretrício, mas no primeiro caso pretendeu-se explicitamente banir a prostituição por meio do fechamento dos estabelecimentos vinculados à atividade; já no segundo estabeleceu-se o controle sanitário sobre os estabelecimentos e as mulheres que exerciam a atividade, aliando a ação jurídica (fiscalização) à ação médica (realização periódica de exames).

Enquanto os regulamentaristas construíram todo um arcabouço de intervenções para desbaratar a prostituição, o segundo grupo defendia políticas para melhorar as condições de trabalho das meretrizes, por considerá-las em uma situação de exploração moralmente degradante, à qual teriam sido submetidas por circunstâncias sociais. A fiscalização, defendida pelos abolicionistas, também era moralista e impositiva como a dos regulamentaristas; mas tinha a importante diferença de abarcar essa preocupação com relação às mulheres afetadas.

Foi essa oposição, principalmente, que marcou as discussões entre os grupos regulamentaristas e abolicionistas no século XIX, desdobrando-se na dupla representação da figura da prostituta: ora no papel de criminosa, já discutido, ora no papel de vítima.

Certamente o legado do imaginário cristão teve significativa contribuição nessa construção, mas outra matriz desse pensamento foram as preocupações ao redor do Tráfico Internacional de Mulheres para Exploração Sexual e da “escravidão branca”. Tratam-se de preocupações inflacionadas, na visão de Gayle Rubin (1984, p. 5), para justificar a proibição de práticas sexuais como a prostituição durante a era vitoriana, mas que também tiveram o efeito de criar ideias assustadoras sobre a realidade do meretrício, contribuindo assim para a vitimização.

Ainda sob o viés moralizante, outra linha de argumentação destacava a situação das mulheres da classe operária que recorreriam à prostituição como única forma de complementar os baixos salários ou resolver a situação de desemprego. Nesse caso, a condição socioeconômica da qual era vítima justificava a moral corrompida da mulher e, portanto, requeria a descriminalização do meretrício (RAGO, 2008, p. 166).

Algumas declarações do advogado criminalista e historiador Antônio Evaristo de Moraes, figura pública fortemente engajada na discussão sobre prostituição no século XIX, exemplificam essa linha de raciocínio:

Moraes também considerava que a falta de instrução profissional era causa da vagabundagem e criminalidade dos menores masculinos e da prostituição feminina precoce. Essa instrução seria a forma de "incutir o amor ao trabalho, ensinando-lhes uma arte ou um ofício". Entretanto, a prostituição, deslumbrante pelo luxo das sedas e jóias, seduzia as menores que nela viam uma forma de obter prazeres e alegrias inacessíveis para assalariadas. (MAZZIEIRO, 1998, p. 249)

[...] aglomeração de muitas pessoas em espaços reduzidos; mistura de adultos com crianças num só compartimento; reunião, em uma só casa, de gente honesta e desonesta, em inevitável promiscuidade. São, portanto, as habitações a que estamos aludindo, não somente nocivas à

saúde dos seus ocupantes, como à sua moralidade. (MORAES *apud* MAZZIEIRO, 1998, p. 249)

Vemos que se trata, porém, de uma análise relativamente progressista para a época, referendada inclusive pela pensadora anarquista e feminista Emma Goldman (2011, p. 255):

Garotas, meras crianças, trabalham em salas superaquecidas e lotadas, de dez a doze horas por dia, numa máquina, o que tende a mantê-las num estado constante de superexcitação sexual. Muitas dessas garotas não têm lar ou confortos de qualquer espécie; assim, a rua, ou qualquer lugar de diversão barata são as únicas maneiras de esquecer sua rotina diária. Isso naturalmente as põe em contato íntimo com o sexo oposto. É difícil dizer qual desses dois fatores causa um clímax na condição de superexcitação sexual das garotas, mas é certamente a coisa mais natural que se atinja um clímax. Esse é o primeiro passo em direção à prostituição. A garota não deve ser vista como responsável por isso.

Contudo Goldman, diferentemente de Evaristo de Moraes, salienta firmemente a diferença de tratamento dado à mulher e ao homem:

Na verdade, a prostituição não é a salvaguarda da pureza do lar, nem as rígidas leis são uma salvaguarda contra a prostituição. Cerca de cinquenta por cento dos homens casados são clientes de bordéis. É pela via desse elemento virtuoso que as mulheres casadas – e até as crianças – são infectadas com doenças venéreas. No entanto, a sociedade não tem uma palavra de condenação para o homem, ao passo que nenhuma lei é tão monstruosa que não possa ser posta em ação contra a vítima indefesa. (GOLDMAN, 2001, p. 256)

A crítica a esse pensamento, cabe esclarecer, não pretende negar que a condição das mulheres no mercado de trabalho foi e continua sendo um dos fatores cruciais que as levam a exercer a prostituição, mas somente reconhecer que essa é uma decisão legítima e autônoma quando tomada por um sujeito imputável.

Conforme apresentarei a seguir, até hoje a divergência no debate sobre a questão da exploração sexual é um dos principais impasses dentro do movimento social de prostitutas e do movimento feminista.

6.3 A prostituta como sujeito de direitos e o movimento social das prostitutas no Brasil: das esquinas escuras para o meio da rua

No ano de 1975, mais precisamente no dia 2 de junho, segunda-feira, um grupo de aproximadamente cem prostitutas ocupou a Igreja de St. Nizier, na cidade de Lyon (França), em protesto contra as sentenças de prisão recebidas por um grupo de 10 prostitutas acusadas de aliciarem clientes nas ruas. Com apoio do pároco local, as manifestantes exigiam, como condição para desocuparem o prédio, que as sentenças fossem revogadas (MATHIEU, 2001, p. 108).

Em reação, as autoridades ameaçaram tomar os filhos das mulheres que fizeram parte do movimento, mas, surpreendentemente, outras militantes feministas que não eram prostitutas juntaram-se ao grupo para defendê-las. Ao mesmo tempo, outras ocupações parecidas também aconteceram em diversas cidades da França. No entanto, oito dias depois do início da ação, as forças do Estado promoveram um violento ataque à igreja, em que espancaram e prenderam todas as manifestantes.

Avancemos então para quatro anos mais tarde, em 1979, no Brasil: foi quando, em plena ditadura civil-militar, organizou-se no centro da cidade de São Paulo a primeira manifestação de prostitutas no país, cujo estopim também foi a violência da polícia que assassinou duas travestis e uma mulher gestante na Avenida São João, nas proximidades de um prédio de prostituição onde trabalhava, à época, Gabriela Leite.¹¹

Separados no tempo e no espaço, mas ambos imersos no caldo de cultura formado no movimento de *maio de 1968*, esses dois eventos – o primeiro em escala mundial e o segundo em escala nacional – foram responsáveis por pautar a luta das prostitutas pela garantia de seus direitos civis como cidadãs.

No primeiro momento, elas brigaram por sua sobrevivência, contra o preconceito, o estigma e pelo direito de permanecer nos espaços públicos urbanos sem sofrerem ameaças ou violências físicas e sexuais por parte da polícia, (LEITE, 2009) –

¹¹ Gabriela Leite (1951-2013) foi uma prostituta e socióloga paulistana que, preocupada com questões sociais desde a adolescência, tornou-se mais tarde o principal nome do movimento social de prostitutas no Brasil. Colocou-se nas ruas contra a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) desde 1979, quando liderou a passeata mencionada. Durante a maior parte de sua carreira, porém, ela viveu e trabalhou na cidade do Rio de Janeiro, de onde começou a organizar o movimento de prostitutas articulando-se a outras trabalhadoras sexuais. Em 1987, organizou, ao lado delas, o I Encontro Nacional de Prostitutas e fundou a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), existente até hoje. Concebeu, ainda, a Organização Não-Governamental Davida, o Jornal Beijo da Rua e a grife DASPU, geridos, a partir de sua morte, por pesquisadores e militantes que já eram ligados aos projetos.

práticas banalizadas em muitos contextos ainda hoje e mais ainda àquela época. Como escreve Helene (2017, p. 3) “[...] a origem do movimento de prostitutas aparece em um contexto eminentemente urbano, associado a um conjunto de queixas contra as violações dos direitos civis e reivindicações pelo direito à cidade”.

Porém, mal essas ideias tiveram tempo de florescer até o surgimento do HIV/aids reavivar os discursos médico, religioso, e de conservadores em geral, que empurravam a prostituição de volta ao subterrâneo, agora sob o rótulo de “grupo de risco”. Essa classificação, cuja conotação era de que todas as pessoas que faziam parte desse grupo eram potenciais propagadoras da doença, reforçou o estigma já existente contra essas mulheres (CORRÊA *et al.*, 2011, p.16; AYRES, 2016), assim como ocorreu com os homossexuais, usuários de drogas injetáveis e travestis, principalmente.

Só em 1987 Gabriela Leite voltaria então à cena, oito anos depois daquela passeata em São Paulo. Após viver e trabalhar por um período como prostituta em Belo Horizonte, ela estava no Rio de Janeiro insatisfeita com as suas condições de trabalho e em ter que se esconder por causa de sua profissão (LEITE, 2009). Partindo dessas questões, compartilhadas por algumas de suas colegas, Gabriela não só organizou uma passeata, mas articulou o I Encontro Nacional das Prostitutas, no qual cerca de 70 mulheres de 11 estados do país se reuniram, fundaram a Rede Brasileira de Prostitutas (HELENE, 2017, p. 4) e assumiram o protagonismo para a construção de respostas à epidemia de HIV/aids junto a essa população (TEODORESCU, TEIXEIRA, 2015, p. 172).

Essas respostas só se estruturaram, aliás, graças aos questionamentos e à luta desses segmentos sociais considerados como *grupos de risco*, que levaram alguns pesquisadores mais alinhados a conceitos interdisciplinares a construir a noção de *comportamento de risco*, considerando que a possibilidade de contrair o HIV e outras IST dependeria dos comportamentos adotados pelos indivíduos em relação às práticas sexuais, independentemente do grupo identitário ao qual pertencessem. Conforme explica Ayres (2016, p. 447),

Fruto de uma interação mais positiva da investigação clínica e epidemiológica com os campos da psicologia social e da educação, essa construção desloca a noção de risco da ideia de pertencimento a um grupo populacional na direção da identificação dos comportamentos que efetivamente expõem as pessoas ao HIV.

Embora a categoria de comportamento de risco ainda atribuísse a responsabilidade pela exposição ao indivíduo, dando pouca importância às condicionantes sociais e de políticas públicas que implicam em maior ou menor autonomia do sujeito para adotar comportamentos considerados mais seguros para evitar IST (LEITE *et al.*, 2015), esse referencial trouxe avanços por levar a estratégias que orientassem a população sobre como se prevenir do HIV/aids.

Essa nova perspectiva fez desenvolver-se a metodologia de educação por pares, com o objetivo de “formar uma cadeia de transmissão de informações sobre prevenção do HIV” (CORRÊA *et al.*, 2011, p. 18) a partir de agentes multiplicadores das próprias comunidades em que os programas fossem adotados. Um dos maiores legados desse período foi a criação de uma rede que nunca tinha existido entre as prostitutas, fomentada pelos projetos financiados pelo Programa Nacional de aids (PN/aids), criado em 1988 pelo governo brasileiro e tornado um marco no combate à epidemia e ao preconceito contra as pessoas vivendo com HIV/aids no país.

Fortaleceram-se localmente organizações não-governamentais (ONG) criadas e geridas por membros de movimentos sociais ligados ao tema – como é o caso do Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (Gempac) – que implementaram pelo país experiências diversas para prevenção do HIV e outras IST baseadas na metodologia da educação por pares: o “Projeto Previna” (1988 a 1990), seguido pelos projetos “Previna II” (1994), “Esquina da Noite” (2002) e “Sem vergonha, garota” (2006) (CORRÊA, 2011; ABIA, 2013, p. 42-44; LEITE *et al.*, 2015).

Essa trajetória mostra que, se no início de suas lutas as prostitutas se organizavam para evitarem a morte, para não serem presas, espancadas, estupradas e/ou extorquidas, gradualmente elas puderam ousar reivindicar também outros direitos. Assim, nos anos 2000, a bandeira se ampliou para levantar questionamentos quanto à regulamentação da prostituição como atividade profissional, seguindo um debate que se sucedeu à assinatura, por 80 países, do Protocolo Opcional da Convenção da ONU sobre Crimes Transnacionais para Erradicar, Prevenir e Punir o Tráfico de Pessoas (Protocolo de Palermo), que entrou em vigor no Brasil em 2004.

Em 2002, com apoio do então deputado federal Fernando Gabeira, houve a conquista da inclusão da atividade de *profissional do sexo* (válida tanto para mulheres quanto para homens) na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2002). Foram também apresentados na Câmara dos Deputados, ao

longo dos últimos 15 anos, três projetos de lei tratando do enquadramento jurídico da prostituição: o PL 98/2003, também de autoria do ex-deputado federal Fernando Gabeira, que propõe a descriminalização da atividade com a supressão dos art. 228, 229 e 231 do Código Penal; o projeto de regulamentação 4244/2004, do ex-deputado federal Eduardo Valverde, e finalmente o PL 4211/2012, de autoria do deputado federal Jean Willys, única das três propostas que não foi arquivada por enquanto.

Em 2005, destacou-se também a conquista do movimento ao conseguir barrar um projeto para prevenção e controle da aids que seria financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), pois a agência colocou a condição de que o governo brasileiro impedisse o repasse de recursos para instituições que defendessem a legalização da profissão de trabalhador/a sexual e não se opusessem explicitamente a essa atividade (ABIA, 2013, p. 17).

No entanto, é esperado que as resistências se fortaleçam à medida que as reivindicações avancem pois, como se pode constatar na história de diversos outros movimentos, o processo de conquista do reconhecimento de direitos não ocorre de forma progressiva e sincronizada em todos os espaços sociais. As respostas da sociedade às pautas do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros (LGBTT+), por exemplo, ilustram bem essa dinâmica: nas últimas quatro décadas a militância venceu difíceis batalhas, como o próprio enfrentamento da aids e do estigma, a invisibilidade social e a busca pelo reconhecimento de direitos civis como o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou a adoção do nome social pelas pessoas travestis e transexuais. Porém essas conquistas não impedem que grande parcela dos brasileiros ainda considere a homossexualidade e a transexualidade como doenças (FÁBIO, 2017).

Nessa mesma chave de interpretação sobre as discrepâncias que marcam os processos históricos de conquista de direitos, um relatório da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA, 2013, p. 7) recorda que as trabalhadoras sexuais estiveram presentes na definição de ações para “desenvolvimento de estratégias de divulgação da existência da epidemia [de aids] e da necessidade de prevenção nesta comunidade específica” (ABIA, 2013, p. 7), mas no mesmo período não foram incluídas na construção do Programa Integral de Atenção à Saúde da Mulher (PAISM), que se consolidou em 1984. Assim, se por um lado elas conquistaram um espaço para participar da formulação de políticas públicas de saúde específicas para suas necessidades, por outro lado esse espaço foi estritamente delimitado: a participação dessas mulheres só foi bem-

vinda para atender à preocupação do governo em evitar que elas disseminassem o HIV para os clientes. Para outras questões de saúde,

[...] não haveria necessidade de buscar ações específicas para as prostitutas, já que estas, como mulheres, estariam contempladas no conjunto de ações propostas pelo programa [PAISM]. [...] Este debate, que opõe a ideia de integralidade a uma proposta de implementação de ações específicas para grupos específicos de acordo com suas necessidades particulares, relacionado portanto ao cumprimento da diretriz de equidade do SUS, persiste até o momento. (ABIA, 2013, p. 7)

Da mesma forma, embora importantes, os êxitos que a CBO-2002 e o enfrentamento à USAID em 2005 representaram para as trabalhadoras sexuais foram insuficientes para intimidar as forças conservadoras do Congresso Nacional, cuja Mesa Diretora arquivou os dois primeiros projetos de lei que propuseram regulamentar a prostituição no Brasil.

Além disso, o terceiro e mais recente projeto de lei sobre o tema (PL 4211/2012) foi arquivado em 31 de janeiro de 2015, desarquivado cerca de um mês depois e hoje mantém-se em tramitação, mas não é colocado na pauta de votação em função da pressão exercida pelas bancadas evangélica e católica sobre o Congresso. Em contrapartida, o deputado João Campos tem outro projeto de lei (PL 377/2011) que criminaliza o pagamento por serviço sexual. Se este for aprovado, o caminho para a regulamentação ficará ainda mais distante.

Há 15 anos, então, o Brasil tem mantido esse debate em estado de espera, o que caracteriza, segundo o jargão político-jurídico, uma situação de *laissez-faire* (ABIA, 2013, p.5; WILZA; MONTEIRO, 2015), pois desde 1940, após a reforma do Código Penal, a prostituição em si mesma não é criminalizada se exercida sem intermediários, mas como isso na prática pouco ocorre, o Estado apenas se exime de regular as relações com esses intermediários.

Em outras palavras, embora tenha havido avanços nas últimas décadas, pode-se dizer que as prostitutas passaram a ser menos excluídas somente na medida em que ocupam o lugar de “grupo de risco”, “população vulnerável” ou “população-chave”, continuando, portanto, como alvos para intervenções e pesquisas. O segmento, contudo, ainda não tem sido suficientemente chamado como interlocutor para além desse papel, haja vista a desconsideração das demandas específicas dessas mulheres para além do campo da saúde sexual e reprodutiva.

A questão identitária emergirá nas discussões das trabalhadoras sexuais organizadas somente em 2004, pois o debate vinha sendo adiado dentro do movimento em função das divergências internas sobre o tema entre os vários grupos que o compunham. De acordo com Olivar (2012, p.95),

No marco do Planejamento Estratégico da Rede [Brasileira de Prostitutas], no ano de 2004, Gabriela Leite e outras propuseram voltar a adotar, de maneira mais radical, o nome prostituta. Tratava-se de um esforço de adotar/criar o sujeito prostituta (e não só a mulher trabalhadora sexual) como veículo identitário e como sujeito de direitos, além de constituir uma estratégia política e estética na luta contra a vitimização e o estigma. Mas não se tratava só de um nome, o assunto da “profissionalização” era central. A Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e suas parceiras do movimento global da categoria representado pela Network of Sex Workers Projects (NSWP) definiram como foco de luta a regulamentação trabalhista (e não penal nem sanitária) da prostituição.

Outro aspecto prejudicial ao fortalecimento das trabalhadoras sexuais é o desacordo sobre a regulamentação da profissão, já indicado no final do capítulo anterior: existem tanto grupos defensores da política abolicionista com relação à prostituição, quanto grupos que são favoráveis à regulamentação, mas que discordam¹² do modelo proposto pelo PL4211/2012 (PISCITELLI, 2012, p.18), sobretudo no que diz respeito à possibilidade das casas de prostituição ou agenciadores reterem um percentual de até 50% do valor ganho pelas trabalhadoras sexuais.

No movimento feminista brasileiro como um todo, sobretudo desde o início do século XXI, os conflitos são ainda mais complexos, envolvendo diversas leituras que vinculam a prostituição à violência, defendidas tanto por grupos mais cautelosos na discussão quanto por praticantes de uma militância que se espelha nas chamadas legislações neo-abolicionistas, já adotadas na França, Irlanda do Norte, Islândia, Noruega, Suécia, Canadá, Cingapura, Coreia do Sul e África do Sul.¹³ Um dos principais

¹² Essa informação foi obtida em um debate que presenciei durante o VI Encontro Nacional de Prostitutas, no dia 21 de setembro de 2017 na cidade de São Luís/MA.

¹³ Nesse modelo legal, a penalização recai sobre o cliente, que poderá pagar elevadas multas caso seja flagrado com uma prostituta. O argumento para a adoção desse modelo é de que as mulheres não seriam responsabilizadas por se prostituírem, mas a penalização dos clientes acabaria com a demanda por esse serviço, fazendo a atividade deixar de existir. Porém o que aparentemente não atingiu as prostitutas em si, na prática, aumentou a sua vulnerabilidade, pois elas passam a ter que trabalhar em locais em que seus clientes não sejam vistos, por exemplo, e assim ficam desprotegidas contra eventuais casos de violência, entre outras questões – como relatou a prostituta e ativista sueca Pye Jacobson, durante o debate “Um século e meio de abolicionismo: prostituição, criminalização e o controle da mulher”, realizado na Companhia Pessoal do Faroeste, em São Paulo/SP, em 7 de agosto de 2017.

argumentos desses grupos é que a prostituição exercida livremente por mulheres adultas, legalmente emancipadas, é uma exploração sexual da mesma forma que no tráfico internacional de mulheres e a exploração sexual infantil (PISCITELLI, 2012), que são realmente práticas criminosas, reconhecidas internacionalmente (ABIA, 2013). Como ilustra Piscitelli (2012, p. 21;22),

O abolicionismo contemporâneo mais radical considera a prostituição como violência sexista, que faz parte de um *continuum* que se inicia na publicidade, inclui espetáculos, o mercado matrimonial, a pornografia e culmina na prostituição. Nessa visão, a articulação entre patriarcado, estratificação social e a vulnerabilidade, resultado de carências afetivas e de violências físicas e sexuais vividas na infância, explica a prostituição das mulheres. Essa versão de abolicionismo nega qualquer forma de prostituição livre. Nesse contexto nasce outro grande princípio do abolicionismo radical, a negação do direito a prostituir-se tido como contrário aos direitos humanos universais. Nessa linha de pensamento, a prostituição é exploração sexual porque nela se obtém prazer sexual mediante a utilização abusiva da sexualidade de uma pessoa, anulando os seus direitos à dignidade, igualdade, autonomia e bem estar. Por esse motivo, o abolicionismo radical pretende penalizar ao cliente, culpável de violar os direitos humanos das mulheres na prostituição.

Em suma, por meio dessa breve reconstituição histórica, procurou-se demonstrar que a prostituição faz parte do contexto urbano brasileiro desde meados do século XIX, mas permanece até os dias atuais como uma questão não equacionada, pelo menos do ponto de vista do reconhecimento e garantia dos direitos sociais dessas mulheres.

É sem dúvida animador constatar que, embora quase 200 anos depois, a indispensável voz das principais envolvidas nos debates hoje tenha certo espaço. Todavia constata-se também que outros aspectos, como a segregação espacial dentro das cidades, têm sido uma constante vivida pelas mulheres que exercem o ofício, formando o que Mattos e Ribeiro (2008) denominaram como “territórios da prostituição” – sobretudo no caso do baixo meretrício.

Além disso, dentre as muitas possibilidades de temas para discussão que foram levantadas nas seções anteriores, interessa-nos apreender a ideia de que a experiência do “vivido territorial” (RAFFESTIN, 1993) pelos sujeitos desta pesquisa, neste “território da prostituição” do Parque da Luz e seu entorno, envolve simultaneamente aspectos de criminalização, vitimização e reconhecimento de direitos.

7. RESULTADOS

As próximas seções apresentam a análise dos resultados empíricos das entrevistas e diário de campo, articulados aos objetivos a que a pesquisa se propôs. A primeira seção dedica-se a aproximar o/a leitor/a da vivacidade das personagens com as quais dialogará nas páginas seguintes, apresentando as 16 entrevistadas por meio de suas histórias pessoais e familiares e de suas percepções sobre a prostituição. Nessa apresentação, já se destacam os elementos que caracterizam o lugar social de cada uma, assim como a trajetória percorrida por cada uma até que seus caminhos se encontrassem no exercício da prostituição no bairro da Luz.

A segunda seção, intitulada “Territorialidades em permanente constituição”, recupera as diversas ações e sujeitos que articularam passado e presente nas dinâmicas das territorialidades vigentes no bairro da Luz. Ressalta-se como se deu a entrada da prostituição nessa região da cidade, concluindo com a apresentação do cenário atual da prostituição na Luz frente ao contexto geral da cidade de São Paulo.

Na terceira e na quarta seções, analisa-se como as atuais trabalhadoras sexuais da área vivenciam as identidades territoriais, tanto em relação aos membros de “fora” quanto em suas relações cotidianas dentro do grupo. Adota-se a perspectiva interseccional para captar as desigualdades expressas nas interações entre os sujeitos e seus *códigos-territórios*.

Por fim, a quinta seção discute as percepções das entrevistadas sobre saúde e vulnerabilidades no contexto de trabalho, incluindo a dimensão do gerenciamento de risco ao HIV e outras IST.

7.1 As trajetórias de vida: dos lugares sociais de origem à chegada na Luz

As histórias de vida das 16 mulheres entrevistadas, embora não tenham constituído o foco central da investigação, tornaram-se inevitavelmente um dos aspectos mais densos das conversações. Ora na forma de testemunhos que procuraram demonstrar o valor das experiências que viveram, como no caso abaixo:

... Eu e minha mãe ficamos 20 anos sem nos vermos. Hoje a gente se encontrou através da internet. Graças a Deus eu moro perto da casa dela, minha irmã que me encontrou pela internet, porque já tirei foto pros direitos humanos, fizeram uma galeria com fotos, com pessoas que já tinham dormido na rua, então minha irmã me encontrou através desse trabalho que eles fizeram. (Adriana, Cor Preta, 40 anos, Praça das Árvores)

ora na forma de silêncios, desvios ou interrupções em relação a determinados assuntos:

– [...] ele me deu um murro que isso aqui do meu olho veio pra cá, essa bola do olho, assim, veio pra cá. Tinha vindo da escola, só me esperando.

– Teu marido, ou teu pai?

– Não. O pai do meu menino... [então marido] Aí pronto, vim embora e estou aqui, graças a deus. Eu criei meus filhos sozinha com Deus, Deus primeiramente e eu, sem ajuda de ninguém, nem parente [...] Sou feliz, tenho meus filhos, tenho meus netos, Deus me deu força pra criar, debaixo de trovão, relâmpago, frio, mas estão aí graças a Deus. Logo, logo eu paro com essa vida. Essa vida não vale não. Difícil era pra sustentar [os filhos], agora já estão criados, casados, então o que eu ganhar é meu. A vida continua... pode fazer as perguntas... eu vou respondendo.

– Eu estou te ouvindo...

– Pode perguntar... (Meyre, Cor Preta, idade s/e, Praça dos Bancos)

Depois a gente acabou ficando junto eu engravidei. Aí começou o martírio da minha vida [risos]. Aí depois fui saber ele foi preso eu me separei dele, fiquei aqui na rua morando, depois... aquela velha história complicada... aí tem coisa que é tão complicada que às vezes você tenta até esquecer, deixa pra lá isso daí... (Carla, Cor Preta, 57 anos, Praça das Árvores)

ou, ainda, como confidências emocionadas e tocantes como essa:

[...] um belo dia eu cheguei e ela [filha da entrevistada, com 8 anos de idade à época] era bem fortinha assim, sabe? [...] Aí, eu cheguei e senti alguma coisa errada. Quando eu mandei abrir as pernas, tava aquele negócio melado (sic), assim, eu falei: “O que é isso, Táis?”, “Nada, nada, nada”. Eu falei: “Isso não é nada. O que é isso? O que foi que aconteceu?”. Aí, ela disse assim pra mim que o marido da outra mulher colocou o pipi dentro dela [começa a chorar]. Ele tinha 23 anos. Aí eu chamei a polícia, fizemos exame de corpo delito e, graças a Deus, ela era virgem. [...]

Nossa, aquilo ali acabou com a minha vida. Nunca mais foi igual. [...] eu acho, não só comigo, mas ali ele acabou com a inocência da minha filha. Até hoje ela não mora comigo por causa disso. E a filha dele [agressor] tinha 1 ano e meio na época [...]. (Suzy, Cor Preta, 48 anos, Prédio B)

Dada a relevância que as informações sobre o passado das informantes adquiriram nas conversas, evidenciaram-se as diferenciações das experiências dessas mulheres em função dos marcadores de gênero, classe, raça/cor, geração e origem geográfica, subjacentes às suas trajetórias de vida. No subcapítulo que se segue essas histórias são recontadas pela perspectiva do meu olhar de pesquisadora, sintetizando o

relato de suas protagonistas da maneira mais fidedigna possível, porém com a lente atenta para captar quais lugares sociais essas mulheres ocupam. Ciente de que selecionar e recontar por escrito o que elas me confidenciaram em seus depoimentos já é, por si só, uma modificação de seus próprios discursos, a fidedignidade significa aqui fazer o máximo esforço para não omitir ou deduzir quaisquer informações.

Nessa análise me concentro em compreender não os porquês, mas como o trabalho sexual entra em cena na vida dessas personagens: em que momento de suas trajetórias isso ocorre? Como era a vida antes e como ficou depois? Quais as percepções que elas têm sobre a prostituição em suas vidas? Como os lugares sociais de onde vêm essas mulheres se relacionam à forma como elas experimentaram esse processo? Como essas diferentes experiências, os diferentes meios de “irem sendo” prostitutas (OLIVAR, 2013)¹⁴, levaram essas mulheres a confluírem para um mesmo local e constituírem as territorialidades hoje existentes ali?

Na discussão dos resultados, essa leitura será feita a partir da teoria da interseccionalidade e, mais especificamente, pela abordagem “intracategórica”, identificada por Leslie McCall como uma das três grandes linhas adotadas nos estudos interseccionais, para apreender a complexidade do mundo social (MCCALL, 2005, p. 1774).

[...] embora a abordagem a que chamo complexidade intracategorical tenha inaugurado o estudo da interseccionalidade, eu a discuto como a segunda abordagem porque ela se localiza conceitualmente no meio do *continuum* entre a primeira abordagem [anticategorial], que rejeita categorias, e a terceira abordagem [intercategórica], que as utiliza estrategicamente. Tal como a primeira abordagem, ela interroga o

¹⁴ Essa perspectiva de “ir sendo prostituta” como uma escolha que não se faz de uma vez, mas ao longo da vida, desvendada por Olivar (2013) a partir de suas entrevistas com prostitutas de Porto Alegre para sua pesquisa de doutorado, permitiu compreender uma das falas mais recorrentes entre as prostitutas da Luz, da mais nova à mais velha delas, a de que: “Eu estou procurando emprego, logo vou sair daqui, só fico aqui porque não encontrei nada ainda”. Nina Laurindo, que atuou durante muitos anos no Parque da Luz fazendo trabalhos de prevenção às IST, contou-me, em conversa privada realizada em outubro de 2017, que há uns bons anos, o então gerente do Parque, pessoa muito querida e respeitada pelas prostitutas, respondeu a uma delas: “Mas vem cá, você está trabalhando aqui há 20 anos! Nesse tempo todo você não conseguiu nada? Uma faxina, uma unha pra fazer, um cabelo pra cortar?”. Ela respondeu: “Ah, mas isso não paga minhas contas, né?”. A resposta ele já sabia que seria essa e continua sendo a mesma: “não encontrar nada” refere-se, no fundo, a um emprego que contemple as diversas vantagens de se trabalhar como prostituta. Não se trata de negar as desvantagens dessa decisão, mas ter carteira de trabalho assinada, com um salário mínimo mensal, para trabalhar como faxineira em uma empresa terceirizada, por exemplo, não é considerada uma boa troca por muitas delas. Além disso, o cálculo de vantagens e desvantagens passa também por aspectos subjetivos igualmente ou mais importantes do que os objetivos: os laços que se criam com colegas, com clientes, com o dia-a-dia do trabalho, com o seu lugarzinho na praça ou na rua... Então, enquanto “não encontram outro trabalho” elas vão sendo prostitutas, ora mais, ora menos – nos períodos em que até saem temporariamente para outras atividades, mas em geral acabam retornando.

próprio processo de criação e definição de fronteiras, embora essa não seja a sua razão de ser. Tal como a terceira abordagem, reconhece as relações estáveis e mesmo duradouras que as categorias sociais representam em qualquer momento no tempo, embora também mantenha uma posição crítica em relação às categorias. Esta abordagem é chamada de complexidade intracategórica porque os autores que trabalham nesta linha tendem a concentrar-se em grupos sociais específicos em pontos de intersecção negligenciados - "pessoas cuja identidade atravessa as fronteiras de grupos tradicionalmente construídos" (Dill 2002, 5) - a fim de revelar a complexidade da experiência vivida dentro desses grupos.

Nessa perspectiva, dentro do gênero feminino e, mais especificamente, dentro da prostituição de mulheres cisgênero no bairro da Luz, será explorada a questão de quais categorias diferenciam os lugares sociais e as territorialidades dessas mulheres.

O quadro 1, a seguir, detalha as principais características das entrevistadas:

Quadro 1: Características das entrevistadas

Nome	Raça/Cor	Idade de Início	Idade em 2016	Naturalidade	Data da entrevista
Adriana	Preta	9 anos	40 anos	Iguatu/CE	16/11/2016
Débora	Preta	30 anos	48 anos	São Luís/MA	07/12/2016
Janaína	Preta	- ²	- ²	BA (Cidade: - ²)	04/12/2017
Bianca	Parda	20 anos	43 anos	MG (Cidade: - ²)	17/11/2016
Léa	Branca	19 anos	59 anos	MG (Cidade: - ²)	24/11/2016
Carla	Preta	- ²	57 anos	Caraguatatuba/SP	10/11/2017
Raquel	Parda	35 anos	51 anos	Pupiara/BA	22/11/2017
Tatiana	Preta	19 anos	40 anos	Mogi das Cruzes/SP	03/01/2017
Juliana	- ¹	15 anos	55 anos	Itapevi/SP	16/02/2017
Samanta	- ¹	13 anos	70 anos	Munhoz/MG	07/02/2017
Simone	Branca	- ²	36 anos	Caraguatatuba/SP	06/12/2016
Fabiana	Parda	18 anos	19 anos	Diadema/SP	29/11/2016
Ana	Branca	27 anos	32 anos	Ribeirão Preto/SP	04/12/2016
Cristina	Branca	26 anos	36 anos	Marília/SP	29/11/2016
Gal	Preta	- ²	48 anos	BA (Cidade: - ²)	12/12/2016
Isadora	Parda	30 anos	45 anos	Belo Horizonte/MG	08/12/2016

-¹ As participantes não informaram a sua Raça/cor porque não foi perguntado, e a entrevistadora também não registrou a cor da pele observada, de forma que não conseguiu recuperar esse dado.

-² Dados que as participantes não quiseram informar durante a entrevista, sendo respeitado seu direito ao sigilo da informação.

7.1.1 Histórias pessoais-familiares

Um elemento comum na trajetória de todas as entrevistadas é ter nascido fora do município de São Paulo. Apenas Fabiana, Tatiana e Juliana são da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), mas também têm o curso de vida marcado por uma ou mais mudanças de cidade. Quanto às demais, a maioria migrou sozinha de outros estados, na adolescência ou na vida adulta, sem a companhia do núcleo familiar de origem. Adriana, Simone e Suzy vieram ainda na infância, viver com suas respectivas mães, e Carla veio para ser criada pela avó materna, após o falecimento de sua mãe.

O recorte por origem geográfica foi escolhido por dois motivos, para iniciar a compreensão do percurso dessas mulheres: em primeiro lugar, porque essa dimensão fornece um mapeamento geral do contexto em que elas nasceram e cresceram, dos valores e crenças das famílias e comunidades em que estavam inseridas, a partir dos quais se forjaram algumas concepções que perpassam as suas experiências de vida, incluindo a vivência da prostituição. Por exemplo: percebe-se nas narrativas que, de acordo com a origem das entrevistadas (em comunidades rurais ou urbanas), aparecem diferentes

concepções sobre o lugar social da mulher – as quais podem ter sido assumidas ou contestadas pelas narradoras ao longo da vida, mas independentemente disso acabam se revelando como fonte de muitas das suas percepções, decisões e ações.

Em segundo lugar, porque ficou claro nas entrelinhas, embora não tenha sido explicitado nas entrevistas, que a vinda para São Paulo foi um ponto decisivo na história de cada uma, marco de alguma grande mudança na vida pessoal-familiar.

Essa abordagem leva a distinguir três grupos na amostra: um é formado por mulheres que nasceram e se criaram em áreas rurais no interior do Nordeste ou Minas Gerais (Bianca, Suzy, Adriana, Meyre, Débora, Léa, Samanta e Raquel); outro é composto por aquelas originárias do próprio estado de São Paulo – caso de Cristina e Ana, – naturais de Marília e Ribeirão Preto, respectivamente. O terceiro segmento é o das mulheres que nasceram e foram criadas nas periferias de áreas urbanas – Fabiana, Tatiana e Juliana, na RMSP, e Isadora, em Belo Horizonte. Nesse grupo, incluíram-se também Carla e Simone, que nasceram no município de Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo, mas foram criadas desde crianças na capital e, com efeito, têm um histórico muito próximo ao das mulheres pobres das grandes cidades.

Bianca, Raquel, Léa e Suzy

Das entrevistadas que nasceram em áreas rurais, Bianca (40 anos, cor parda), Raquel (51 anos, cor parda) e Léa (59 anos, cor branca) passaram por uma infância bastante pobre, trabalhando na lavoura com suas famílias e praticamente sem frequentar a escola, pois estas eram muito distantes de onde elas moravam e porque os próprios pais também não as incentivavam a estudar.

No período do qual estamos falando, há cerca de três ou quatro décadas, no Brasil, essa era a realidade de grande parte das pessoas que viviam fora do eixo Sul-Sudeste, e sobretudo das populações do campo: em 1980, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, residente em zonas rurais, chegava a 46,3%, enquanto a taxa urbana era de 16,8% (FERRARA, 2012, p. 944). Já no Censo Populacional do IBGE de 2000, as taxas de analfabetismo entre pessoas com 10 anos ou mais haviam caído consistentemente, tanto no segmento rural quanto no urbano, mas ainda assim registravam-se 26% na zona rural contra 9% no meio urbano (IBGE, 2000).

Nas décadas de 1960 a 1980, os movimentos migratórios das áreas rurais do Nordeste e dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul em direção a São Paulo e ao Rio de Janeiro foram mais uma marca da transformação do Brasil em uma economia urbana e industrializada: o êxodo rural não foi diferente de todos os países que passaram pelo processo de industrialização desde o século XVIII, pois os centros urbanos passaram a ser o cerne de acumulação do capital em uma nova reestruturação da produção e divisão social do trabalho (OLIVEIRA; ERVATTI; O'NEILL, 2011).

Assim também se deu o crescimento populacional vertiginoso nas duas maiores metrópoles brasileiras: alimentado pela contradição espacial entre cidade e campo e acompanhado pelo constante aprofundamento das contradições sociais e espaciais dentro das próprias áreas urbanizadas. Há uma extensa e importante literatura sobre a relação entre os fenômenos das migrações internas, urbanização não planejada e pauperização no Brasil – sobretudo na área das Ciências Sociais, da Geografia e da Arquitetura das décadas de 1970 e 1980 (CAMARGO, 1975; MARTINS, 1986, 1988; KOWARICK, 1983; SANTOS, 1993) – mas aqui pretendo apenas situar tal processo como pano de fundo sobre o qual projetou-se a trajetória de vida de parte das mulheres entrevistadas para esta pesquisa.

Então, em síntese, as disparidades socioespaciais entre campo e cidade resultaram em intenso fluxo de ex-trabalhadores rurais em direção às áreas recém-industrializadas – notadamente Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, nas metrópoles onde esperavam encontrar melhores oportunidades de vida, esses imigrantes em geral deparavam-se com condições de vida também degradantes, com jornadas exaustivas e salários insuficientes para custear uma subsistência decente. O modelo de política adotado pelos poderes públicos reforçou esse cenário pois, para dar conta de abrigar um enorme contingente de pessoas empobrecidas, o Estado optou por fomentar a expansão da mancha urbana, sem garantir à população das periferias o mesmo nível de infraestrutura presente nas áreas centrais (CAMARGO, 1975; KOWARICK, 1979).

Não obstante, para além desse aspecto estrutural, cumpre ressaltar as implicações simbólicas dessas experiências tanto para os migrantes quanto para suas respectivas comunidades de origem; implicações além da ausência física, seja ela temporária ou permanente, daquele que partiu. Como analisa o sociólogo José de Souza Martins (1986; 1988; 1997), o distanciamento dos homens e mulheres retirantes é um caminho sem retorno e sem um ponto definitivo de chegada, pois o imigrado nunca instala-se de forma permanente.

Ao ser inserido nas redes e códigos de sociabilidade do seu novo local de morada, ele estará sempre na condição de estrangeiro, de não nativo. Basta notar os milhares de homens apelidados de “baiano”, “cearense”, “maranhão” que – mesmo morando na cidade há décadas – continuam sendo chamados assim e, provavelmente em muitos casos, fazem questão de manter essa referência à sua naturalidade.

Por outro lado, esse indivíduo já não ocupa o mesmo lugar em sua coletividade de origem, não reconhece as transformações e rearranjos que se deram depois de sua saída, e não se percebe mais como parte do grupo, passando a viver um conflito identitário (MARTINS, 1986).

Nas histórias familiares de Bianca, Raquel e Lea, que saíram da casa dos pais e de suas cidades de origem justamente no contexto histórico exposto acima, essas questões aparecem o tempo todo nas entrelinhas e, às vezes, mesmo nas mensagens explícitas.

Bianca (40 anos, cor parda), por exemplo, nasceu em uma cidadezinha do Estado de Minas Gerais e foi criada pela mãe, pois o pai morreu quando ela tinha apenas dois anos. Estudou pouco, segundo ela, porque morava e trabalhava na zona rural e não tinha

acesso à escola. Aos 13 anos, ela partiu em busca de melhores condições de vida, para poder ajudar sua mãe financeiramente, e veio trabalhar na casa de um casal em São Paulo. Em suas palavras: “*o casal conversou com a minha mãe e eu insisti muito, chorei muito até que ela deu autorização para que eu viesse*”.

Bianca veio sozinha, inicialmente, e depois chegou a irmã mais velha, que ela considerava sua melhor amiga. O que ocorre com a relação das duas, algum tempo mais tarde, é um exemplo desse caminho sem volta, vivido pelo migrante, como analisado por Martins (1997) e relatado por Bianca:

Nós duas éramos domésticas. Aí ela mudou de profissão e foi trabalhar numa empresa, fez novas amizades e eu me senti desprezada, pois ela não queria mais andar comigo, passear comigo como fazíamos sempre juntas quando éramos as duas domésticas. Então eu ingenuamente achei que se eu saísse da casa onde eu trabalhava, e alugasse uma casa como ela tinha feito, ela me veria com melhores olhos e voltaria a ser a minha amiga de antes. Mas eu não conseguia perceber que não era bem assim que funcionava dentro da mentalidade dela e não aconteceu, e aí eu não consegui arrumar um emprego, não conseguia pagar o aluguel, me vi numa situação que não tinha como viver. (Bianca, Cor Parda, 40 anos, Praça das Árvores)

Pelo relato, a irmã seguiu o destino de grande parte das mulheres migrantes, vindo para São Paulo como empregada doméstica; mas – ao conseguir se inserir em um mercado de trabalho mais sofisticado – parece ter ocorrido uma ruptura com sua antiga identidade, expressa pela quebra do convívio com Bianca, que passou a não caber em seu novo círculo social. Bianca ainda acreditou que melhorar seu status social resolveria o problema, mas hoje conclui que a transformação era mais profunda e ela não percebia.

Bianca fala muito pouco sobre sua vida pessoal. Apenas que não tem nenhum parceiro atualmente (“*na minha casa não vai homem*”), tem diploma de cabeleireira e manicure e estava fazendo um curso superior de psicologia. Ela tem também um filho de 21 anos, com quem ela mora e considera seu melhor amigo.

Seu primeiro trabalho como prostituta foi aos 19 anos nas ruas da Zona Sul de São Paulo, mas ao longo dos anos também trabalhou em boates, fez fotos para revistas masculinas, e depois tornou-se *stripper* em casas luxuosas, com um agenciador que vendia seus shows. É um período que ela descreve como “*uma parte muito gostosa da vida*”. Porém esse caminho foi interrompido quando ela descobriu que a babá de seu filho o agredia e então decidiu voltar para sua cidade natal para ela mesma cuidar da criança e morar com a família, pois isso diminuía muito seu custo de vida.

A chegada no bairro da Luz aconteceu depois dessa fase, mas Bianca não esclarece quando, se ela ainda trabalhou em outros locais antes de ir para lá, nem como chegou à praça em que trabalhava quando foi entrevistada.

De modo semelhante, Raquel (51 anos, cor parda), vinda da Bahia, foi criada pela mãe e pela avó junto a oito irmãos, na área rural de um município localizado no centro do Estado. Todos trabalhavam na roça e a família era humilde. Nem ela nem os irmãos frequentaram escola, pois o trajeto levava de duas a três horas e a mãe temia que acontecesse alguma coisa com eles no caminho. Raquel não era alfabetizada até poucos anos atrás, quando começou a frequentar a Educação de Jovens e Adultos (EJA)¹⁵.

Assim que nasceram os irmãos mais novos dela, um casal de gêmeos, seu pai veio para São Paulo e não voltou para casa. Ficou aqui, onde se casou com outra mulher e teve “*mais um monte de filhos*”.

Raquel também veio para a capital aos 14 anos de idade para trabalhar como empregada doméstica, profissão que manteve até os 35 anos de idade, “*porque a gente, que veio para cá que não tem muito estudo, não dá, não faz outra coisa. Então, sempre [trabalhei] em casa de família.*”, afirma. Foi aí que ela viu o pai de novo, apenas uma vez, aos 15 anos, e “*depois só no velório dele*”.

Seu irmão mais velho e uma das irmãs já viviam em São Paulo quando ela veio; os outros quatro vieram nos anos seguintes. Hoje, então, são sete irmãos morando aqui, contando com ela. O oitavo permaneceu na Bahia, e outro vive no Mato Grosso. A mãe já faleceu, mas a avó que a criou continua viva, com 103 anos.

Raquel viveu sua primeira relação sexual aos 17 anos, engravidou e decidiu ter o filho, cujo pai morreu em um acidente de carro ainda durante a gestação. A mãe dela, para quem ela não teve coragem de falar sobre a gravidez, veio da Bahia quando foi informada do nascimento, buscou o neto e o criou até os 14 anos. Somente nessa idade o menino voltou para São Paulo para viver com Raquel, até se casar.

¹⁵ As nomenclaturas que fazem referência à escolaridade das entrevistadas seguem a legislação atualmente vigente no Brasil, estabelecida pela Lei Federal nº 11.114, aprovada em maio de 2005, que determinou a extensão do ensino fundamental de 1ª a 8ª séries para um total de nove anos. Nesse sistema, o Ensino Fundamental corresponde ao período que vai do 1º ano (antigo pré-primário) ao 9º ano (antiga 8ª série). O Ensino Médio, por sua vez, continua correspondendo às três séries que antes da Lei nº 9394, de 31 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), compunham o Segundo Grau – popularmente chamado também de “Colegial”.

A primeira aproximação com o trabalho sexual aconteceu aos 35 anos, trabalhando em uma boate no bairro da República. Nessa casa ela era dançarina, mas não fazia programas; até que algumas amigas a convidaram para trabalhar em outra boate na cidade de São Bernardo do Campo:

Eu tinha umas amigas que trabalhavam em São Bernardo, aí uma delas falou: “vamos para uma casa lá em São Bernardo, que lá dá muito movimento”. Aí, eu falei para ela: “Não vou porque tem que fazer programa”. Ela falou: “Olha, chega lá, se você não quiser, você vem embora”. O dinheiro que eu estava ganhando na boate [da República] dava para pagar meu aluguel, mas eu tinha minha mãe e o meu filho para mandar dinheiro. Eu sempre pensei na minha mãe. Aí, eu falei para ela: “Acho que eu vou fazer programa porque eu preciso mandar dinheiro para casa. Só está dando para pagar aluguel” (**Raquel, Cor Parda, 51 anos, Praça das Árvores**)

Daí para a praça no bairro da Luz foi outra amiga quem a convidou, com a proposta de trocar o horário noturno das boates pelo diurno, “menos desgastante”. Desde então, Raquel ficou na praça.

Tempos depois, ela foi mãe novamente, ao adotar o bebê de uma colega com quem ela trabalha até hoje na Luz, que engravidou de um cliente e não tinha condições de criar o filho sozinha – o pai não foi citado, não sendo possível saber se ele tomou conhecimento da gravidez. Atualmente com 14 anos, o garoto conhece a mãe biológica e sabe como foi a adoção, mas segundo Raquel ele lida muito bem com a situação e considera que “a mãe de verdade” é ela, que o criou.

A terceira protagonista deste grupo é Léa (59 anos, cor branca), mineira da Zona da Mata, que também trabalhava na roça com a família desde a infância, das 5 h. da manhã até às 7 h. da noite. Sua mãe teve 21 filhos, mas “*por incrível que pareça*”, como ela mesma diz, vivos só ficaram quatro além dela, dos quais três até hoje moram na cidade em que nasceram e uma veio para São Paulo também.

Léa aguardou a maioridade para sair da casa dos pais e tornou-se empregada doméstica de uma família amiga de sua madrinha em Belo Horizonte, capital mais próxima de sua cidade. No caso dela, a necessidade financeira não foi o fator preponderante para a decisão de migrar: embora também fosse de origem pobre, Léa incomodava-se mesmo era com a “ignorância” do pai, que não deixava as filhas estudarem e queria exercer forte controle sobre elas:

Eu consegui estudar até a quarta série, e assim mesmo com os empurrões da minha madrinha, porque se a gente quisesse estudar o pai não deixava, porque ele dizia que mulher não precisava aprender a ler, porque se aprendesse era pra ficar escrevendo carta pra namorado. Uma ignorância muito grande, então eu aguentei em casa até eu completar meus 18 pra 19 anos, apesar de ser contra a vontade deles [pais] (Léa, Cor Branca, 59 anos, Praça das Árvores)

Pouco tempo depois de ela ter começado no emprego em Belo Horizonte, seus padrões vieram morar em São Paulo e a trouxeram junto, mas – quando eles resolveram retornar para a capital mineira – Léa aproveitou a oportunidade e decidiu enfrentar a contrariedade do pai, permanecendo desde então na capital paulista.

Pelo que conta, dá a entender que, em pouquíssimo tempo após a chegada, ela já estava na prostituição, por volta dos 19 anos de idade:

Fiquei [em São Paulo], e por incrível que pareça sem ter lugar nenhum pra ficar! Aí um dia eu estava andando na Avenida, né? Parou um carro perto de mim e esse cara conversou comigo, mas ele não falou nada demais pra mim, não me convidou pra sair e nem nada. Ele perguntou pra mim se eu queria ir pro centro da cidade, que ele tinha uns empregos muito bons e que ele ia arrumar pra eu trabalhar; eu besta que só, né? Aí eu vim. Quando eu cheguei aqui, sabe onde ele me jogou? Na Avenida Tiradentes, na época dos cafetão tá? Esse cara tinha naquela época, de 18 a 20 mulheres por aí... (Léa, Cor Branca, 59 anos, Praça das Árvores)

O cafetão ia ficando com o dinheiro que as meninas ganhavam na batalha¹⁶, mas Léa acreditava que ele estava apenas guardando as economias dela. Até o dia em que foi despertada: “uma das mulheres dele falou assim pra mim: ‘você sabe quando você vai receber esse dinheiro? Nunca!’”.

A ida para a Luz partiu desse episódio: ela foi enfrentar o homem e exigir o dinheiro dela. Levou “uma pá de tapa no meio da cara, que saiu até sangue”. Então, ela foi para a Luz e ele veio algumas vezes procurá-la, mas ela começou a trabalhar nos hotéis que conheceu, próximos à Praça das Árvores, e logo conseguiu alugar um quartinho em uma vila. O processo de se livrar do cafetão foi narrado como uma questão fácil, e de fato pode ter sido, mas – por outros relatos registrados sobre as relações de cafetinagem nas décadas de 1970/80 – sabe-se que as relações entre o cafetão e as suas mulheres eram um jogo complexo de interesses afetivos e financeiros.

Voltando à vida familiar de Léa, ela teve cinco filhos (dois meninos e três meninas), em dois relacionamentos. Do primeiro, aos 20 anos, teve uma menina que aos

¹⁶ Expressão usada pelas prostitutas desde longa data para se referirem ao seu trabalho.

três foi adotada e levada para o Mato Grosso, por uma família conhecida dela. Do segundo, um casamento que durou 12 anos, teve mais dois meninos e duas meninas. Os meninos morreram: um ainda bebê, vítima de uma doença não diagnosticada no intestino, e outro na adolescência, vítima de afogamento. Das meninas, uma “*sumiu no mundo*” e outra ainda tem um bom relacionamento com ela. Depois veio ainda uma filha mais nova, “*filha de tiquinho*”, como diz Léa para se referir ao pai desconhecido, provavelmente um cliente.

Esse segundo casamento terminou quando o companheiro chegou em casa, em um domingo de manhã, embriagado, e deu um tapa no rosto de Lea: “*eu não vi nada a não ser aquelas bolinhas na minha frente*”, afirma. Para se defender, ela conseguiu alcançar o cabo de uma panela de pressão que estava no fogo e atingiu o rosto do agressor. Então ela o expulsou de casa e desde então não se envolveu com mais ninguém.

Léa conta tal episódio como sendo o primeiro e único caso de ofensiva do então marido contra ela, ocorrido de uma hora para outra, e novamente pela maneira como fala parece que a situação se resolveu prontamente. Em outro trecho da conversa, porém, deixa-se entrever que houve um processo até culminar com a violência daquele domingo:

A minha primeira filha eu tive com 20 anos de idade, mas foi com aquela pessoa, que é o seguinte, que prometeu tudo e na hora não era nada daquilo [...] o outro [marido] que arrumei, com o tempo também ficou naquela situação que era só pinga, só pinga, só pinga, né? (Léa, Cor Branca, 59 anos, Praça das Árvores)

Outra entrevistada, Suzy (48 anos, cor preta), natural também de um município do interior da Bahia, veio morar no município de Carapicuíba (na RMSP) em 1979, com 11 anos de idade. Em certos aspectos, sua biografia não é muito diferente das mulheres apresentadas anteriormente, mas sua origem de classe revela-se determinante para os rumos que sua história foi tomando.

Filha de um vaqueiro, adestrador de cavalo e de gado, Suzy teve um início de infância abastado na fazenda do pai:

Sou de sangue azul, tinha-se fazenda, tinha-se gado, tinha-se muita coisa boa. Tinham-se empregados e, se dependesse, eu acho que eu e a minha mãe, a gente nunca precisaria trabalhar; eu não tava aqui pra contar essa história. Devia tá casada com um bem ricoço... (Suzy, Cor Preta, 48 anos, Prédio Santa Ifigênia)

Até que certo dia um boi atacou seu pai pelas costas, e as sequelas do desastre o impediram de voltar a montar, acabando com sua carreira. Desse ponto em diante, diz Suzy, seu pai começou a beber e foi perdendo todos os bens. A família foi obrigada a

mudar da fazenda para a cidadezinha mais próxima, e sua mãe passou a fazer doces para vender nas ruas, enquanto o pai ficava “nos cabarés e nos bares”. Foi então que começaram os episódios de violência: “*eu cresci escutando o meu pai dizendo assim pra minha mãe, ele dizendo que ele iria quebrar o pescoço dela*”, conta Suzy.

Sua mãe decidiu separar-se e migrou sozinha para São Paulo. Aqui, trabalhando como empregada doméstica, aos poucos conseguiu trazer os oito filhos para morarem com ela. Como a ordem de chegada foi por critério de idade, Suzy ficou sob os cuidados da avó materna e, por “fazer parte do grupo das mais novas”, só veio três anos depois de sua mãe. A filha caçula, que tinha apenas 1,5 ano na época, foi dada pelo pai a uma outra família, motivo pelo qual Suzy sente muita mágoa.

Suzy poderia ter começado a trabalhar como doméstica, assim como Bianca ou Raquel, assim como sua mãe, mas os estudos foram sua principal atividade até ela concluir o 1º colegial (atual 1ª série do Ensino Médio - EM), aos 18 anos de idade. Daí em diante, ela passou a ter dificuldades para conciliar os horários do curso com o trabalho que tinha iniciado, como vendedora de uma loja em um *shopping center* na zona Oeste da cidade São Paulo. Ela fez esforços para tentar solucionar o problema, como mudar da escola pública para uma escola particular, com outra opção de horário, além de recusar uma possibilidade de promoção no trabalho que exigiria dela mais tempo de dedicação, mas mesmo assim acabou interrompendo os estudos no meio da 2ª série do EM.

Mesmo sem ter concluído o nível básico de ensino, o acesso ao Ensino Médio já foi um fator de diferenciação na experiência de Suzy, manifestado na forma como ela vivencia a prostituição, conforme será discutido à frente. Mas continuando a seguir seu percurso, aos “20 e poucos” anos ela conheceu o homem que viria a ser o pai de sua primeira filha, quando trabalhava como recepcionista em uma clínica. Ele omitiu o fato de que era casado, e Suzy quis romper a relação quando descobriu, mas ao saber que estava grávida, ela cedeu e os dois foram morar juntos em Guarulhos.

Ela criava a filha sozinha e faltava dinheiro para o sustento da família. O marido continuava também com a primeira esposa e, como trabalhava em uma montadora em São Bernardo do Campo, ele dizia que ficava no alojamento da empresa. Suzy separou-se e voltou com a filha para Carapicuíba, mas menos de um ano depois seu então ex-marido recebeu uma proposta para trabalhar na cidade de São Carlos, no interior do Estado de São Paulo. Era 1995 e a família novamente se reuniu, mudando-se para lá, onde Suzy passou a vender produtos por catálogo, mas o negócio que o marido foi montar não

deu certo e ele passou a viver de “bicos”. Em pouquíssimo tempo a relação dos dois se deteriorou, a ponto de ele ter dado dois golpes financeiros em Suzy e, quando ela falou pela primeira vez em separação, ele a ameaçou com uma faca, dizendo que “*se ela não ficasse com ele, não ficaria com ninguém*”.

Depois disso, os dois ainda dividiram a mesma casa por algum tempo dormindo em quartos separados. Em seguida, a família do irmão dela foi viver um período com eles. Posteriormente, Suzy conseguiu sair da casa com a criança, até que ela se candidatou a vereadora da cidade – razão pela qual, segundo ela, eles precisaram continuar casados e voltaram a morar juntos. Contudo, quando ela perdeu a eleição, decidiu de vez se separar. Pegou a filha, “*algumas roupas*” e veio novamente para São Paulo, mais especificamente para morar em Mauá.

Uma irmã de Suzy já tinha sido trabalhadora sexual e havia 12 anos que administrava uma loja de perfumes por catálogo. Uma tia e uma prima ainda trabalhavam em boates. Foi a elas que Suzy recorreu, e então começou a frequentar uma boate em São Bernardo do Campo, para complementar a renda que obtinha na venda dos produtos junto com a irmã, e poder pagar as dívidas deixadas pelo ex-marido. Depois de dois meses, ela parou a atividade, mas logo voltou, até que se envolveu com um cliente com quem morou durante sete meses, mas não deu certo porque ele “*gastava muito dinheiro com jogo*”.

Há 13 anos começou um “caso” com o dono de uma loja, o qual Suzy afirma ser o pai de seu segundo filho. Segundo ela, o teste de DNA pedido à justiça indicou que a paternidade não é dele, mas ela não acredita, pois o homem é muito rico e poderia ter subornado alguém para ter esse resultado. Ela gostava dele, mas ele achava que “*a gente, pobre, gosta [de dinheiro], ele [o pobre] quer dinheiro*”.

Dessa vez, ela não se casou e, para sustentar a família, passou um período vendendo café, sucos e tortas na Rua 25 de Março, até o dia em que a polícia quebrou seu carrinho e todo o seu material de trabalho. A saída dessa vez foi um convite para trabalhar como “tia”¹⁷ em um dos andares de um prédio de prostituição na região da Luz, função que ela exerceu a partir de 2010, mas deixou quando se desentendeu com a cafetina por causa dos valores pagos, chegando à conclusão de que ganharia mais se atendesse clientes

¹⁷ No contexto dos prédios, “tia” é uma forma de tratamento para se referir a essa pessoa que intermedia a relação entre a dona do andar e as mulheres que trabalham nele. Numa empresa, seria o equivalente ao chefe direto, com quem o trabalhador tem uma relação cotidiana e muito mais próxima do que com o presidente/proprietário.

no próprio prédio. Foi então que ela voltou a se prostituir e, desde essa época, está conciliando o trabalho sexual com outras atividades, principalmente fazendo faxina como diarista.

Essas quatro primeiras histórias são de mulheres que vieram desde cedo construir suas vidas em São Paulo; saíram de suas cidades em busca de perspectivas “menos duras” do que tinham enquanto viviam “na roça”. No entanto, a decisão de partir mostra-se também difícil para elas, implicando em distanciamento de laços afetivos com pessoas e lugares, para enfrentarem sozinhas e ainda muito jovens a cidade grande. De todo modo, qualquer margem para a vitimização dessas mulheres se desfaz ao conhecermos suas percepções sobre a prostituição: reconhecer que seus caminhos são marcados, e até limitados, pelas injustas desigualdades de gênero, raça/cor e classe não deve embotar a compreensão de que a prostituição não é uma predestinação inescapável, mas sim uma rota possível para a realização de projetos de vida.

Já as três histórias a seguir – de Meyre (idade não informada), Débora (48 anos) e Samanta (70 anos) – falam de mulheres que também cresceram em áreas rurais, mas permaneceram em suas cidades de origem até a vida adulta, vindo para São Paulo em outro momento de seus itinerários, quando já tinham passado por casamentos e maternidade.

Meyre, Débora e Samanta

O município onde Meyre (idade não informada, cor preta) foi criada e passou boa parte da vida contabilizava, no Censo Populacional de 1970 – década provável de seu nascimento – apenas 15.235 habitantes, dos quais 91,94% viviam na área rural. Até 2010 esse percentual caiu constantemente e chegou à marca de 66,15% (IBGE, 2007). Ela passou a infância com mais 13 irmãos, sustentados principalmente pelo trabalho da mãe, que era feirante e lavadeira.

Aos 18 anos ela teve um namorado que trabalhava como gerente de um posto de caminhoneiros. Certo dia, um ônibus atingiu o rapaz a caminho do trabalho; foram avisá-la e, quando ela chegou ao local do acidente, ele morreu em seus braços. Esse acontecimento, segundo a protagonista, tornou-a absolutamente descrente e indiferente ao amor, pois a vida tirou dela o único que ela teve.

Mais tarde, entretanto, Meyre casou-se e teve uma filha, atualmente com 29 anos, cujo pai também morreu. Logo ela casou-se novamente e teve mais uma filha e um filho, de 26 e 25 anos. Foi nesse segundo casamento que um grave episódio de violência fez com que Meyre decidisse vir para São Paulo.

Ela só saiu de sua cidade aconselhada por seu pai e sua cunhada, que veio junto, após uma briga em que ela levou um forte soco no rosto e reagiu com uma facada. Embora ela não revele a idade, pelo histórico relatado dá para imaginar que nessa época ela estava com mais de 25 anos.

Ao chegar aqui, durante algum tempo, ela trabalhou em “*firmas*”, como mini-mercados, e em casas de família como diarista. Foi por meio de um amigo, segurança de uma boate em Pinheiros, que Meyre teve sua primeira experiência como trabalhadora sexual. Foi apresentada à gerente da casa, que deu orientações para ela sobre como se prevenir de IST, e já começou a trabalhar. Dali para a Luz, novamente foi levada por uma amiga, comadre de sua filha, que já trabalhava na região.

A história sugere uma migração mais precária em comparação às demais entrevistadas, sendo uma situação que ela não desejava e não planejava, além do que parece ter gerado uma cisão profunda em sua vida. Isso ficou claro na grande desconfiança que ela demonstrou durante a entrevista, dando respostas evasivas em várias questões relacionadas a seu passado, causando desconforto também em mim, de tão notável que era sua resistência em desenvolver a conversa.

Hoje, Meyre tem seis netos e seus filhos vivem com ela em uma favela da Zona Sul da cidade – *“a menina no mesmo barraco, o menino no outro barraco”*

Outra personagem desse grupo é Débora (48 anos, cor preta), nascida em São Luís do Maranhão, filha de uma mulher indígena. Estudou até a 3ª série (atual 4º ano do Ensino Fundamental I) e viveu com seus pais até os 12 ou 14 anos de idade. Foi a única mulher dos três filhos do casal, mas depois seu pai *“abandonou a mãe para viver com outra mulher”*, com quem ele teve outros filhos – o que Débora até hoje não perdoa:

Não quero [voltar para o Maranhão] porque eu estou muito revoltada com meu pai, porque a minha mãe sofreu muito na mão dele, ele deixou a minha mãe e foi morar com outra mulher, a mulher tem 8 filhos, e ele tem 10 filhos com essa mulher, tem 10 filhos! (Débora, Cor Preta, 48 anos, Praça dos Bancos)

A mãe de Débora também se casou com outro homem, de quem *“apanhou muito”*, até morrer em decorrência da violência, aos *“30 e poucos anos”*, quando Débora tinha 14 anos de idade.

Cronologicamente, na verdade, é impossível reconstituir sua história de forma linear. Ora a entrevistada diz que o pai largou a mãe quando ela tinha 14 anos e que ela foi morar com a mãe e o padrasto; ora ela diz que, aos cinco anos de idade, ela fugiu de casa e foi atrás do juizado de menores, porque o padrasto (sic) queria bater nela por causa de uma panela de arroz queimado. Essas são apenas algumas das imprecisões de sua narrativa. O mais marcante, porém, são os relatos de violência que ela sofreu tanto por parte do pai quanto por parte do padrasto e da madrasta. A mãe é a única referência que ela cita positivamente na família:

[...] da minha mãe eu gostava! Minha mãe nunca judiou da gente, nunca maltratou – nem eu, nem meus outros irmãos, porque eu tenho dois irmãos homens e só eu de mulher, [...] sempre quando estou em perigo, que eu estou aperreada, só lembrando dela [...] (Débora, Cor Preta, 48 anos, Praça dos Bancos)

Ao falar sobre a migração, ela afirma que saiu aos *“20 e poucos”* anos da casa do pai porque ele era uma pessoa muito ruim com ela, que *“só vivia batendo, só vivia xingando”*. Ela não declara para onde foi de imediato e como foi sua vida nesse período, mas ainda teve dois filhos no Maranhão – que até hoje vivem lá – até seguir para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como ajudante de cozinha durante um ano e meio. Depois disso ela veio para Guarulhos e aqui teve mais um filho com um outro homem. Para se sustentar, começou a exercer o trabalho sexual em um privê, entrando no universo da

prostituição por volta dos 30 anos de idade. No início deixava o filho, pequeno, na casa de uma babá; durante o dia trabalhava na rua e à noite, no privê, onde ela também dormia.

Nessa época, Débora conheceu uma senhora que ela considera “como uma mãe”, com quem ela e o filho moram há oito anos, na Zona Norte de São Paulo. Ela saiu do privê – pois o dono foi assassinado por traficantes – e então foi para a região de Santo Amaro. Depois chegou, enfim, ao bairro da Luz.

Mais ainda do que no caso de Meyre, a entrevista de Débora foi difícil e enigmática, deixando muitas questões em aberto sobre sua história antes da prostituição e sobre assuntos dos quais ela definitivamente não quis falar. Como foi de fato essa infância e adolescência no Maranhão? Como era a relação com a amiga que conheceu no Rio de Janeiro, com a qual veio para São Paulo e passou a viver às custas dela? E com essa mãe de criação, que “não tem nada a ver com a prostituição”, mas “anda por isso aqui tudo”, na Luz?

Ao invés de insistir em encontrar respostas a essas perguntas, questiono-me quais são os significados e motivações de tais ocultamentos, intencionais ou não, que podem ser mais eloquentes do que os fatos e experiências em si. Coincidentemente ou não, Meyre e Débora trabalham exatamente no mesmo ponto, são negras, com idades aparentemente próximas, e essa postura de poucas palavras pode ser compreendida como um indício da territorialidade vivenciada por ambas.

A última personagem deste núcleo é Samanta (70 anos, cor não declarada), a mais velha entre as entrevistadas, que veio para São Paulo após viver dois casamentos, ter dois filhos e administrar alguns bares de prostituição em cidades da região Sudoeste de Minas Gerais (onde ela nasceu) e também no Sul do país. O primeiro casamento aconteceu quando ela tinha 13 anos de idade – emancipada pela sua futura sogra – e durou até os 17, quando ficou viúva pela primeira vez.

Tal casamento, aliás, foi épico, pois ela e o namorado de 15 anos fugiram do pai dela e esconderam-se durante dias na mata até conseguirem casar no cartório, com a ajuda da família dele. Em seus termos:

O meu pai andava a cavalo com a espingarda mesmo, para matar eu e ele [o namorado com quem ela fugira para casar] [...] eu morava no interior, nós éramos de sítio. Então, o meu pai não deixava eu sair, porque ele não queria. Ele queria ver eu casar, mas casar depois, com um homem que já fosse homem mais velho, eu também, mas eu estava

estudando, aí não estudei nada, fugi de casa. (Samanta, Cor n/e, 70 anos, Avenida)

Após a morte do primeiro marido ela voltou para a casa do pai, mas não foi acolhida pois tinha se casado escondida dele: então ela foi “*para a cidade*”, cuja dimensão era a de um distrito anteriormente pertencente ao município de Camanducaia (MG), e ali encontrou um bar para alugar. Apesar de ela não ter dinheiro, o dono lhe propôs colocá-la para administrar o bar, porque conhecia o pai dela, e ali ela começou a fazer programas junto com as outras garotas que já trabalhavam no local. Dali a poucos meses, ela iniciou um novo romance e acabou indo morar com esse namorado, de família “*bem de vida*”, dona de uma serraria; mas esse segundo companheiro também morreu, assassinado em “*uma briga durante um jogo de baralho*”. Nessa época, ela menciona que já tinha os dois filhos pequenos, mas resta ambíguo se são filhos do primeiro ou do segundo casamento.

A história de Samanta tem muitas peculiaridades, entre as quais a trajetória de sua vinda para São Paulo: ela já tinha um longo histórico como prostituta e gerente de bares em Minas Gerais, quando saiu de sua cidade natal com destino a Campos Mourão, no Paraná. Passou uma temporada lá, depois seguiu para Curitiba (PR), mas retornou a Campo Mourão, sempre como trabalhadora sexual e administradora de seus próprios “bares” (termo que ela usou para se referir a seu trabalho). Decidiu vir para São Paulo só nos anos 2000, aproximadamente aos 55 anos de idade, deixando seus filhos já criados que optaram por continuar no Paraná.

Isso aconteceu há 15 anos e ela pretendia tentar viver da venda de roupas junto com uma prima que já morava aqui, pois considerava que os bares já não davam lucro suficiente para ela:

Eu deixei de tocar as minhas casas, de tocar bar de mulher, agência de garota, boate, zona, no meio do mato, no escuro com lamparina de querosene, depois veio tudo para melhor. Quando entrou um mundo melhor, que eu podia ganhar mais dinheiro, as mulheres ficaram muito ligeiras [...] elas ficavam xingando e falando que o homem gastava na casa e não dava dinheiro para elas. (Samanta, Cor n/d, 70 anos, Avenida)

Porém, logo que chegou à cidade, além do comércio, Samanta foi fazer programas no bairro do Brás, instalando-se em um dos pequenos hotéis da região, comumente usados como moradia pela população pobre que não reside nas periferias. Ela passou sete anos ali, mas se incomodava com a alta criminalidade do local, onde ocorriam muitos roubos e a polícia entrava a toda hora.

Assim, ela veio para a Luz quando conseguiu vaga para participar de uma ocupação de trabalhadores sem-teto, onde mora até hoje. No primeiro momento em que foi batalhar na avenida ao lado do prédio ocupado, em frente à Estação da Luz, “*quase foi linchada*” pelas outras mulheres que já eram dali, afirma. Para driblar a situação, ela começou a se apresentar como vendedora de roupas, fez clientela entre as próprias colegas, até que aos poucos foi aceita no ponto e lá continuou.

Adriana

Ainda dentre as entrevistadas nascidas no interior do Nordeste, Adriana (40 anos, cor parda) possui uma história muito particular dentro desse grupo, mas que representa uma realidade sabidamente presente no Brasil: nascida em um município cearense próximo a Juazeiro do Norte, ela morava com os avós e – aos nove anos de idade – entrou no circuito de exploração sexual infantil¹⁸.

Três anos depois, ela veio para São Paulo morar com a mãe, que já vivia aqui. Ficou com ela até os 15 anos de idade, trabalhando em uma oficina de costura, mas – como as duas não tinham um bom relacionamento – Adriana fugiu de casa novamente e foi dormir na rua, onde voltou à prostituição. Passaram-se duas décadas até reencontrar a mãe, graças a uma busca feita por sua irmã na internet. Hoje ela mora em uma casa vizinha à da família, no município de Guarulhos.

O período em que foi submetida à exploração sexual no Ceará e à passagem pelas ruas de São Paulo são assuntos abordados com desenvoltura e extroversão pela depoente, como mais um mero acontecimento da vida:

– *Eu dava muito trabalho, fugia de casa, até o dia que eu peguei uma bicicleta e fui andando, andando, até que cheguei numa boate e fiquei. Fiquei quase um mês numa boate. [...]*

– *No Ceará mesmo?*

– *No Ceará.*

– *E depois você veio pra cá?*

– *Foi. Aí passei um tempo [no Ceará], vim pra cá [São Paulo], morar com minha mãe. Eu trabalhava, mas quando eu fui dormir na rua, que eu fugi da casa da minha mãe, tinha meus 15, pra 16 anos, então não*

¹⁸ A diferenciação entre exploração sexual infantil, tráfico de pessoas e prostituição é uma reivindicação fundamental da militância a favor da regulamentação do trabalho sexual, no Brasil (PISCITELLI, 2008, 2012; MEIHY, 2015) e no mundo. Em contraposição, igualar essas três situações sob um único rótulo de “exploração sexual” é uma marca dos discursos que pretendem proibir o trabalho sexual exercido de forma consciente e consentida por pessoas maiores de idade.

tive o que fazer, não trabalhava [mais], dormia na rua, precisava de dinheiro e voltei a me prostituir. (Adriana, Cor Preta, 40 anos, Praça dos Bancos)

Adriana casou-se e teve um filho, que hoje está com 22 anos de idade. Ela conta que quando o menino era bebê, ficou por algum tempo na casa da mãe dela, até que o pai inventou uma história para pegá-lo e levou-o embora. Desde então ela não sabe mais onde esse filho está.

Do segundo casamento teve mais quatro filhos: uma menina, que mora com uma tia; um menino de 20 anos, casado, e outros dois, de 17 e 15 anos, que moram atualmente com ela. O pai dos quatro faleceu, e depois Adriana envolveu-se com um terceiro parceiro, com quem se relaciona há cinco anos, e estava detido na época da entrevista.

Aqui em São Paulo, o primeiro lugar em que Adriana fez programas foi na praça da Sé, aos 15 anos. Como também ocorre com outras entrevistadas, ela pagava um hotel para dormir na própria região em que trabalhava. Seus dois maridos tinham sido seus clientes e ela não parou de trabalhar enquanto esteve casada. Já com o atual companheiro, ela morou por dois anos, até ele ser preso. Ele não sabe da atividade dela como prostituta, acredita que ela só faz faxina – atividade que ela realmente exerce como complemento para a renda do trabalho sexual.

Ana e Cristina

Focando agora os casos de Ana e Cristina, percebem-se contextos diferentes dos que foram abordados anteriormente. As duas são brancas, nasceram e cresceram em polos regionais do interior de São Paulo – Ribeirão Preto e Marília, respectivamente – e seus núcleos familiares pertencem a camadas médias; eram também as únicas entrevistadas com ensino superior completo até o momento das entrevistas.

Ana (33 anos, cor branca) viveu em Ribeirão Preto com os pais e dois irmãos até os 18 anos de idade. Seu pai é funcionário público aposentado, e a mãe é dona de casa. Os irmãos tinham 35 e 18 anos na época da entrevista.

Há cerca de 12 anos seus pais se separaram, pois tinham uma relação de muitas brigas, e depois a mãe se casou com outro homem e teve mais um filho – atualmente com 8 anos. Ana foi morar com o pai porque não se dava bem com o padrasto, mas aos 25 anos decidiu vir para a capital com uma amiga, “*em busca de uma oportunidade melhor, como todo mundo vem*” – por que, então, ela também não poderia?

Chegando aqui, Ana morou com essa amiga em uma pensão, porém, dois meses depois, começou um relacionamento e foi morar junto com o namorado, que passou a ajudá-la financeiramente com a faculdade e o aluguel da casa, entre outros gastos. A relação durou ao todo quatro anos. No entanto, ela conta que “*depois de uns seis meses de convivência*” começou a ficar bastante conturbada. Ele passou a demonstrar comportamentos possessivos e agressivos, sobretudo por ciúmes da proximidade dela com um dos amigos do casal.

A situação agravou-se cada vez mais, começando com discussões tensas, às quais se seguiam dias sem falar com ela, passando por trancá-la dentro de casa, impedindo-a de ir ao trabalho, até o dia em que ele expulsou Ana de casa e ela decidiu alugar, então, a casa da mãe da mesma amiga com quem ela morou ao chegar aqui.

Da chegada a São Paulo até o fim desse relacionamento, Ana trabalhou principalmente em empresas de Recursos Humanos (área em que se formou tecnóloga), mas, antes, em sua cidade natal, havia trabalhado também como vendedora, recepcionista e secretária. A partir da separação, ela e a amiga decidiram procurar oportunidades de trabalho em boates da Rua Augusta e, assim, Ana começou a trabalhar na prostituição aos 27 anos. Escolheram uma boate para experimentar a primeira noite, mas não se sentiram bem recebidas pelas outras meninas; só depois de duas semanas voltaram à Augusta e então entraram em outra casa, onde Ana acabou trabalhando por dois anos.

Foi quando ela reatou com o ex-namorado e parou de se prostituir por algum tempo, mas o caso ainda teve várias idas e vindas. No momento da entrevista, eles estavam separados havia um ano, e ela envolvera-se com outra pessoa.

Ao retornar para a batalha, Ana foi para uma outra boate no bairro de Santana, e depois para Moema, em uma casa do mesmo dono. Depois foi trabalhar no prédio da Luz, estimulada por amigas que também estavam desistindo dessas duas boates por falta de pagamento. O argumento das colegas era de que, apesar de o programa no prédio ser muito mais barato, a quantidade acabava levando a um ganho muito maior do que nas boates.

Ana estava há três meses no prédio, impressionada com o que estava vivendo. Em suas palavras:

Quando eu cheguei lá, falei: “isso aqui é o fim, é o fim de tudo, tipo daqui eu não volto mais pra essa vida, porque é ponto final de uma pessoa!” [...] é uma coisa meia bagunçada, suja, não tem lugar pro cara tomar banho, como nas boates tem, é meio desorganizado; dá para ganhar dinheiro? Dá, mas é meio sujo o lugar, o ambiente, né?

Aquele “lava rápido” que fala, bem rápido sabe? (Ana, Cor Branca, 33 anos, Prédio Alameda)

Ela já se mostrou decidida a ir embora de São Paulo e voltar definitivamente para a cidade dos pais, dentro de cinco meses, pois já conseguira comprar uma casa para ela. Normalmente, ela passa 10 dias lá e 30 aqui. Ninguém na família sabe do seu trabalho aqui como prostituta, mas depois que saiu de casa ela considera sua relação com seus pais muito melhor, a ponto de falar com a mãe diariamente. Ana atribui essa mudança ao fim do casamento da mãe com o padrasto, pois desde então ela passou a “*prestar mais atenção aos filhos*”, incluindo cuidar da casa e do cachorro de Ana quando ela está fora.

Semelhantemente, Cristina, 38 anos, nasceu em Marília, cidade da região do Oeste paulista, onde vivia com os pais, um irmão e uma irmã até mudar-se sozinha para São Paulo, aos 19 anos de idade. Foi trabalhar como vendedora em loja de shopping, onde permaneceu durante quatro anos e, em seguida, fez faculdade de administração, passando a atuar na área de RH de uma rede de supermercados. Depois, optou por transferir de curso e formou-se pedagoga; porém, não chegou a exercer esta profissão: decidiu ser trabalhadora sexual aos 28 anos de idade, portanto dez anos antes da entrevista.

Aqui ela também conheceu um namorado, com o qual ficou por 10 anos, entre termos e reconciliações, sendo que dois anos foram morando juntos. Quando a entrevistei, contudo, os dois estavam separados havia quatro meses. No momento em que o casal se conheceu, ela ainda trabalhava em uma empresa de RH, mas pouco tempo depois perdeu o emprego e começou a trabalhar como prostituta, escondendo dele essa situação por cinco anos. Quando finalmente contou, o relacionamento terminou e os dois ficaram separados por dois (ou três) anos e ela sumiu do radar do ex-namorado.

Seu primeiro local de trabalho foi em uma clínica de massagem, onde permaneceu por um ano, tendo chegado por meio de um anúncio que viu no “jornal amarelinho”. As clínicas são geralmente localizadas em bairros nobres e atendem os clientes mais abastados e muitas vezes famosos, mas também são conhecidas entre as trabalhadoras sexuais como os locais mais rígidos para trabalhar e onde elas têm menos autonomia com relação aos clientes. Foi isso que fez Cristina sair, conforme conta:

– Você tinha que cumprir horário, senão tinha multa, das 10 da manhã às 10 da noite, segunda à sexta, sábado das 10 da manhã às 8 da noite. Nossa Senhora, eu ficava muito entediada né? Ficar fechada no lugar, não podia sair, ficava fechada no lugar, por mais que tinha tudo lá,

salão, restaurante, tudo, mas é muito tempo e, aí, meu Deus! Não aguentava mais, por mais que o dinheiro era bom.

– E você tinha que pagar por parte?

– Era assim: era R\$ 250 uma hora e daí você ganhava metade e a casa ganhava metade, mas, se você fosse fazer o programa, ele pagava mais R\$ 200. Era uma casa de alto luxo mesmo, tanto é que era uma casa, é ainda, é uma casa com 50 suítes, é muito luxuosa. O cliente vai lá e gasta, em uma hora, gasta R\$ 450 reais. Na época era isso, hoje em dia deve estar mais caro.

– E aí como que você mudou?

– Então, aí, eu já estava namorando e pra mim manter esse horário não dava certo e, aí, chegou um dia que não deu. Meu namorado, era aniversário dele, era um sábado, daí ele pegou e falou assim, ele sempre me buscava, ele ia me buscar no metrô, ele não sabia ainda o que eu fazia... Aí, chegou 8 horas da noite, eu toda pronta pra ir embora, ele ia me pegar no metrô, pra gente comemorar o aniversário dele, chegou um cliente e daí ia ficar uma hora, das 8 às 9, aí eu falei assim: “Eu não vou poder atender esse cliente”, aí deu confusão, porque o cliente [disse] “Não, eu exijo ela, que eu já escolhi, não quero escolher outra menina”. Eu falei: “Não, mas eu não vou”. A dona não gostou, achou ruim, “Então eu vou te cobrar a multa”, falei “Não, então vou pegar minhas coisas e vou embora, porque eu não tô aguentando mais, manter a mentira e esse horário”. Aí, peguei, fui embora. (Cristina, Cor Branca, 38 anos, Prédio Santa Ifigênia)

Ela não esclarece onde trabalhou nos três anos seguintes, até chegar ao prédio na Luz, no qual trabalhava havia seis anos. Em outubro de 2018, retomei o contato com Cristina, e ela tinha acabado de sair do prédio para trabalhar em uma boate no bairro da Vila Mariana, pois segundo ela o movimento já não era o mesmo. Ela também não tinha retomado contato com o ex-namorado, e tinha preferido ficar sozinha.

Embora também tenham vivenciado dificuldades em casa e relacionamentos tensionados pelas questões de gênero, como praticamente todas as mulheres vivenciam, as narrativas de Ana e Cristina deixam claro que a trajetória de ambas foi mais planejada e estável do que a das entrevistadas anteriormente citadas.

Além da origem geográfica, a classe social, a raça/cor e a geração são elementos diferenciadores dessas duas mulheres em relação ao restante do grupo: elas são mais novas do que a maioria das demais participantes da pesquisa, brancas, e formadas em um contexto urbano, oriundas de famílias de camadas médias.

Carla, Simone, Isadora, Fabiana, Tatiana e Juliana:

Outras perspectivas se apresentam pelas óticas de Carla (57 anos, cor preta), Simone (36 anos, cor branca) Isadora (45 anos, cor parda) Fabiana (19 anos, cor parda), Tatiana (40 anos, cor preta) e Juliana (55 anos, cor não declarada), cujas histórias podem ser tomadas como exemplos de mulheres criadas nas periferias urbanas e que se estabeleceram na Luz, em três gerações diferentes: Carla, Tatiana e Juliana conhecem o território há pelo menos 40 anos, trabalhando na rua; Isadora chegou nos anos 2000 e sempre trabalhou no mesmo prédio; finalmente, Fabiana chegou há cinco meses para trabalhar em outro prédio, enquanto Simone está na região há três anos,stituindo-se apenas ocasionalmente.

Carla (57 anos, cor preta), filha e sobrinha de caminhoneiros, perdeu a mãe aos quatro anos de idade e, então, foi mandada junto com seus três irmãos para São Paulo para ser criada pela avó materna. Seu pai casou-se com outra mulher, pouco tempo depois, e com ela teve mais filhos que, segundo Carla, são “*irmãos perdidos no mundo*”. Dizia o pai, falecido há cinco anos, que são 16 ao todo.

Vivendo entre primos, irmãos, tias e tios na favela, ela criou-se entre as brincadeiras e o trabalho com a família nas ruas do centro de São Paulo, já na região da Luz: “*todo mundo tem que comer, [então] todo mundo tem que trabalhar*”, diz a memória que ela guarda de sua mãe. Assim foi também com os filhos de Carla:

Quando a gente não tinha emprego, a gente ia pra Avenida do Estado vender refrigerante, depois que as crianças foram crescendo... é igual minha vó fazia, ia todo mundo no rabo da saia e vamos trabalhar junto! Num ficava ninguém dentro de casa, e nem tinha como. (Carla, Cor Preta, 57 anos, Praça das Árvores)

Carla estudou em alguns períodos, mas de forma intermitente porque as tias geralmente passavam tarefas domésticas para ela, enquanto os primos (homens) iam à escola. Às vezes, sair para a rua era ainda uma forma de escapar às tentativas de abuso sexual por parte dos tios, quando estava sozinha com eles.

Ainda bem jovem, por volta dos 20 anos de idade, Carla conheceu seu primeiro marido, com quem teve seus dois filhos mais velhos. Os meninos moraram na casa da avó paterna deles por 10 anos.

Ao se separar, ela não tinha onde morar e passou a dividir com uma amiga o aluguel de um quarto de hotel na Luz. As duas dividiam também os cuidados com as

crianças: enquanto uma ia trabalhar, a outra olhava os filhos. Carla trabalhava durante o dia, como vendedora em uma loja na Zona Sul, e a amiga ia à noite para a Luz, batalhar. Juntas, elas passaram por vários dos velhos e precários hotéis que povoam as ruas mais escondidas da Luz, Parque Dom Pedro II, Brás e arredores.

Ela ainda teve dois filhos de outros relacionamentos, “*fora as barrigas que já perdeu*”, e uma filha que morreu ainda criança, asfixiada com a mamadeira quando Carla deixou-a em casa com uma babá durante o horário de trabalho.

Atualmente Carla divide o quintal de sua casa com um de seus filhos, a nora e a neta – mas, conforme a entrevistada faz questão de lembrar, “*eu moro com meus filhos e moro aqui na rua*”. Além de passar alguns períodos morando com um homem com quem se relaciona há 10 anos, mas que ela considera como um “*ficante*”.

Acostumada a se virar desde pequena, há alguns anos ela revende bijuterias, faz café e bolos, já trabalhou como faxineira para uma empresa de terceirização de serviços, como cuidadora em clínica de repouso para idosos, mas quando aparece alguma oportunidade, ainda faz programas. De acordo com sua própria definição o trabalho sexual nunca foi necessariamente a única atividade dela:

Eu sou cuidadora, diarista, atendente de enfermagem, trabalhei em casa de repouso... tudo a gente faz um pouquinho junto e misturado. Única coisa que eu não fiz ainda foi assalto, eu sou igual Rubinho do morro, faz um pouquinho de cada coisa pra sobrevivência. (Carla, Cor Preta, 57 anos, Praça das Árvores)

Finalmente, um aspecto imprescindível que não foi tema da entrevista, mas surgiu em outras conversas nossas durante o trabalho de campo, é a militância partidária de Carla desde os anos 1980. É perceptível como a formação política traduz-se em uma leitura crítica sobre o seu contexto, trazendo por exemplo a questão da mulher negra na prostituição:

[...] na prostituição de luxo não tem mulher negra e, se aparece alguma por lá, ela tem que ser muito chique, né? Tipo assim, novinha, com tudo em cima, ou ela tem que fazer strip-tease [...] não geralmente pra se prostituir lá dentro. Então, onde você acha mais mulheres negras é tipo aqui [na Luz], é bem de baixa renda mesmo, condições bem mais inferior e pros cara chorar na cabeça. (Carla, Cor Preta, 57 anos, Praça das Árvores)

Já Simone (36 anos, cor branca) viveu até os seus oito anos com o pai, a mãe e os dois irmãos mais novos em sua cidade natal, no litoral paulista, quando a família mudou-se para Guarulhos. Quando seus pais se separaram, somente a mãe continuou em

Guarulhos com as crianças, trabalhando no comércio – foi gerente de lojas, de uma videolocadora e trabalhou em uma loja do aeroporto.

Vivendo uma relação sempre conturbada com a mãe, aos 20 anos Simone conheceu seu primeiro namorado, o “grande amor” de sua vida. Com apenas uma semana de relacionamento os dois saíram de São Paulo e foram morar juntos em um vilarejo de pescadores do Ceará, vendendo artesanatos para obter renda. Contudo, depois de 10 anos de um convívio tranquilo, ela engravidou de sua única filha e então começaram os problemas: enciumado pelo nascimento do bebê, o marido começou a usar drogas e a se tornar cada vez mais violento com ambas.

Após sofrer muitos episódios de agressão durante dois anos, Simone fugiu da casa em que morava e voltou para São Paulo com o dinheiro que tinha, trazendo junto a filha Esmeralda. Foi para a casa de sua mãe procurar abrigo, mas não foi bem recebida e, segundo ela, a família não acreditou na história sobre a violência.

A decepção amorosa e a falta de apoio familiar foram uma forte ruptura para Simone, que desde então ela passou a viver nas ruas paulistanas e começou a usar crack, estabelecendo-se nos arredores da Cracolândia. Na época da entrevista, havia quatro anos que Simone estava em São Paulo e ia poucas vezes visitar Esmeralda na casa de sua mãe, devido à relação tensa com a família e à vergonha de sua condição de vida.

A prostituição passou a ser um meio para obter drogas, e mais uma maneira de se virar na rua. Seus clientes normalmente também são usuários de crack que trocam uma pequena quantidade de droga por um rápido sexo oral na rua mesmo, ou usuários eventuais de classe média ou alta, que fornecem a droga e ainda pagam pelas relações sexuais e pela companhia dela para passar até um fim de semana nos hotéis da região.

Assim como Carla, Simone tem uma formação política e se define como anarquista, tema sobre o qual conversamos algumas vezes. Novamente, é notável como essa formação influencia as impressões dela sobre a sua própria história, a prostituição, a vida nas ruas e a maternidade, que não pode ser plenamente exercida devido à vergonha que ela sente de visitar sua filha e à interposição de familiares para dificultar o contato dela com a criança. Esses aspectos ficarão evidentes no subcapítulo a seguir, tratando das percepções sobre a prostituição.

A terceira entrevistada desse grupo é Isadora (45 anos, cor parda), que nasceu na periferia de Belo Horizonte. Uma caçula de cinco irmãs, que aos 15 anos saiu de casa para morar com o pai de seu primeiro filho. Por isso só estudou até a 5ª série (atual 6º ano do EF II). Ficou casada por três anos com esse primeiro marido, engravidou novamente e, dois meses após o nascimento de sua segunda filha, ficou viúva: “*ele [marido] fazia coisa errada, né? Ele saiu pra fazer coisa errada e não voltou, sumiu no mundo*”, relata. A declaração, desta forma, deixa ambíguo se ele de fato morreu ou se abandonou a família e sumiu.

Todavia, depois, Isadora casou-se novamente, com um policial com quem viveu durante 12 anos e teve mais dois filhos. Há 20 anos, quando seu filho mais novo tinha um ano de idade, ela se separou e depois foi morar em Vitória, no Espírito Santo. Lá começou a carreira na prostituição, trabalhando em uma boate, onde conheceu a colega que a trouxe para o prédio em São Paulo, há 14 anos.

Seu último relacionamento, com um limpador de vidros e segurança de Belo Horizonte, durou mais de sete anos e terminou recentemente porque o namorado usava drogas. Eles não chegaram a morar juntos, mas ele a ajudava financeiramente no início da relação, até parar de trabalhar e começar o uso de drogas.

Quando está em São Paulo, por períodos de um a dois meses, Isadora vive “*em função do prédio*”, conforme explica: trabalha das 9 às 18 horas, saindo às vezes para almoçar ou para ir à Rua 25 de Março. Depois desse horário, vai para seu quarto e não atende mais clientes.

Nos intervalos entre essas temporadas, ela volta para ficar com a família: o filho caçula mora com o pai, no município de Ipatinga, interior do estado de Minas Gerais, e o mais velho, na casa dela em Belo Horizonte – que ela considera como sua verdadeira casa. Os outros dois filhos são casados e também vivem na capital mineira.

Para os filhos e as irmãs, ela diz que trabalha como compradora e revendedora de roupas na Rua 25 de Março, um local tradicional de comércio conhecido em todo o Brasil – o que de fato é uma das atividades que ela realiza para complementar a renda, revendendo as peças em Minas Gerais.

A interrupção das vindas a São Paulo às vezes é longa, quando Isadora decide procurar alternativas ao trabalho sexual. Em sua última tentativa, fez um curso para tirar habilitação como motorista de caminhão e passou um ano e meio esperando ser chamada

para as vagas às quais se candidatou. Curiosa em compreender sua escolha por essa profissão, questionei e recebi uma resposta direta:

- *Por que de motorista?*

- *Porque eu vou ganhar um salário razoável que vai dar pra me manter, entendeu? Agora se eu fosse trabalhar de doméstica, sei que não vai dar para eu pagar minhas dívidas, meus compromissos, entendeu? Agora se eu for trabalhar de motorista eu sei que vou ganhar um pouquinho a mais, vou ganhar mil e poucos reais por mês, então já vai dar pra me manter, não vou precisar voltar [a exercer o trabalho sexual]. (Isadora, Cor Parda, 45 anos, Prédio Santa Ifigênia)*

Isso implica que o interesse em buscar outro ofício passa necessariamente pelo crivo de ser uma atividade com remuneração compatível aos ganhos obtidos com o trabalho sexual pois, em seus termos:

Querendo ou não tenho essa opção [com o trabalho sexual] de não ficar dependendo de ninguém, de não pedir nada pra ninguém, se eu quero comprar uma roupa eu compro, se eu quero ajudar meus filhos em alguma coisa que eles precisam, eu ajudo entendeu? (Isadora, Cor Parda, 45 anos, Prédio Santa Ifigênia)

Preocupação semelhante encontra-se latente no depoimento de Fabiana (19 anos, cor parda), a mais nova das entrevistadas, nascida em Diadema, onde passou a infância. Depois, morou por sete anos em São Bernardo com sua mãe, irmãos e padrasto, até decidir voltar a viver em sua cidade natal, primeiro com a avó materna, depois dividindo a casa com uma amiga e, por fim, sozinha, pois a amiga mudou-se para a cidade de Uberaba (MG).

Seus pais são baianos e o pai abandonou a família para voltar para lá, quando Fabiana tinha oito meses de vida, deixando-a com uma irmã mais velha para a mãe criar. Sua mãe casou novamente e teve uma terceira filha, hoje com 16 anos de idade. Sete anos depois, casou-se uma terceira vez, foi morar em São Bernardo com os três filhos que já tinha e engravidou do menino mais novo, que atualmente tem onze anos de idade. Ela já estava no quarto casamento quando foi feita a entrevista.

Fabiana trabalha desde os 12 anos de idade. Começou como ajudante na churrascaria de uma de suas tias e no bar de sua mãe, mas também fez “bicos” em outros bares, foi auxiliar de podóloga e, nos últimos empregos antes de começar a fazer programas, foi operadora de caixa em lojas e lanchonetes de shopping. Atualmente ela pensa em começar a fazer um curso superior de publicidade ou administração.

Há apenas oito meses ela começou a fazer programas e há cinco está no prédio, mas às vezes ainda vai também a boates noturnas em bairros de classe média e alta, como Vila Mariana, Santana e Vila Olímpia.

Meses antes de conversarmos, ela havia conhecido o então namorado: um cliente de 34 anos que ela atendeu no prédio e que também foi trabalhador sexual durante um período da vida, mas havia parado de exercer a atividade há cerca de 10 anos.

– *E hoje ele trabalha com quê?*

– *Ele trabalha com torres de comunicação, torre de linha telefônica de operadoras de celular: ele faz manutenção destas torres e tem uma loja de som automotivo e faz alguns relógios, tipo compra carro e revende compra casas e revende ou alguns aparelhos eletrônicos, entendeu?* **(Fabiana, Cor Parda, 18 anos, Prédio Alameda)**

Os dois passaram alguns meses sem contato depois do primeiro programa, mas quando voltaram a se encontrar iniciaram um namoro:

– *[...] no meu aniversário ele ofereceu a casa dele na praia, com piscina e tal, para fazer minha festa e eu levei minha família. Daí na volta ele me pediu em namoro.*

– *Tá, então vocês estão juntos agora há dois meses? estão começando agora?*

– *Namoro sério, sério, sério, tem 1 mês e 15 dias.* **(Fabiana, Cor Parda, 18 anos, Prédio Alameda)**

Fabiana parecia apaixonada, já fazendo planos para morar com o namorado e vislumbrando sair da prostituição para fazer a faculdade, que ele pagaria para ela, assim que ela quitasse suas dívidas e “limpasse o nome”.

Não há como saber para o que evoluiu esse relacionamento e a trajetória de Fabiana como um todo. Talvez ela de fato tenha deixado de se prostituir para viver com o rapaz, talvez para se relacionar com outra(s) pessoa(s) ou para ficar sozinha. Pode ainda não ter deixado “a vida” e estar ou não com ele, mas há algo muito interessante em seu relato, fruto do momento peculiar em que ela participou da pesquisa. Ocorriam naquele ponto duas transições importantes: a mudança da adolescência para a vida adulta e o início da vida na prostituição. O tom bem comportado de adulta responsável se misturava a uma ingenuidade juvenil ao contar seus planos para o futuro, mas de algum modo também se vislumbrava a experiência de quem sempre “*foi assim para frente, teve vários namorados (não vários namorados, mas pessoas), era baladeira, bebia [...]*”; alguém que cogitou, sem problemas morais, aceitar aos 15 anos uma proposta de um vizinho para sair com ele em troca de dinheiro (“*disse para o meu cunhado [quando recebeu a proposta]: se não*

fosse daqui e fosse de outro bairro eu até aceitaria, porque eu nunca mais ia olhar na cara dele”).

De perfil um pouco diferente, a penúltima entrevistada desse núcleo é a mais velha dentre as quatro filhas de seus pais. Tatiana (40 anos, preta) nasceu no município de Mogi das Cruzes e, até seus 20 anos, ela e sua família passaram por vários outros municípios da RMSP, como Ferraz de Vasconcelos e Poá, devido a dificuldades financeiras e “*deseestrutura familiar*”, afirma.

Apesar disso, ela descreve a casa de sua infância como um ambiente “*de música, de informação, de cultura*”, estimulado por seu pai, músico e compositor, e também por sua mãe, que apreciava muito “*essas coisas*”. Porém, por volta de seus nove ou dez anos de idade, seu pai começou a beber de forma abusiva e a entrar em um ciclo de agressões à esposa – mãe da entrevistada – que só se resolveu com a separação do casal, quatro ou cinco anos depois.

Tatiana estudou até essa época, chegando ao atual 7º ano do EF II. Depois, foi retomar os estudos e concluiu o ginásio (EF II) por meio de um curso supletivo. Parou novamente de estudar por alguns anos, mas concluiu o Ensino Médio por eliminação de matérias, pois tinha vontade de cursar uma faculdade.

Fiz eliminação de matérias em dois períodos diferentes. Aí, eu consegui o 2º grau e a faculdade, o máximo que eu cheguei foi fazer um vestibularzinho. Passei, pra começar um curso que, na verdade, não era o que eu queria [Pedagogia], mas eu vi uma possibilidade de trabalho ali, onde eu morava. Quando cheguei no primeiro de aula, não tinha formado a turma porque não tinha aluno. Ia ter que aguardar a próxima turma, a próxima chamada, e como de verdade o meu interesse não era tanto [risos] eu acabei parando por ali (Tatiana, Cor Preta, 40 anos, Avenida)

Desde os 14 anos ela trabalhava como balconista – em uma loja no Brás, em um bazar, em uma padaria... mas “*não parava em nenhum emprego porque era impaciente*”. Aos 16 anos, ela conheceu o pai de sua primeira filha. Os dois namoraram por algum tempo, aos 17 ela engravidou, e aos 18 a menina nasceu. Os três foram morar juntos em uma espécie de cortiço, mas em pouco tempo o relacionamento acabou e ele quis que ela saísse da casa, porém ela não tinha trabalho para se sustentar e também não queria retornar para a casa da mãe.

Para resolver isso, Tatiana começou a lavar e passar roupas para as outras moradoras do cortiço e assim foi fazendo amizades aos poucos, até que uma vizinha que já trabalhava na Luz a convidou para acompanhá-la no trabalho um dia.

Três anos se passaram e Tatiana estava, no final da década de 1990, morando com a mãe e as irmãs no litoral Norte de São Paulo, grávida de sua segunda filha concebida em um breve relacionamento com um cliente. Por um longo período desde então, ela não teve contato com o pai da criança, até ela pedir o reconhecimento da paternidade, o que os levou a uma certa reaproximação, mas “*sem nenhum tipo de envolvimento pessoal, íntimo, assim nesse sentido amoroso*”, conforme relata.

Em 2001 ou 2002, ela decidiu sair da casa da família novamente, e voltou a Poá com suas duas filhas, para morar em uma casa alugada por ela. Então, voltou a se prostituir na Luz, conciliando tal atividade com a rotina de ser mãe e cuidar de casa. Um novo cliente, um novo relacionamento, uma nova gravidez. Passaram a morar juntos e ela saiu novamente da prostituição. Um relacionamento difícil, entre “*muitas separações e reconciliações*”, porém com intrincadas parcerias.

Os dois permaneciam juntos até a época da pesquisa, morando em casas e cidades distantes e com dois filhos em comum – além de uma que morreu durante o parto. No período em que Tatiana passou afastada da batalha, trabalhou durante dois ou três anos em uma livraria, depois tentou gerir alguns negócios próprios, e também passou um período cuidando da casa e dos filhos. Foram 10 anos fora, até que em 2016 ela estava voltando para a “mesma” Luz.

Por fim, Juliana (55 anos, cor não declarada), nascida em uma cidade da RMSP, perdeu os pais aos sete anos de idade, dos quais tinha um irmão, além de outros cinco de um casamento anterior do pai. Praticamente sem ter estudado, aos 15 anos ela começou a se prostituir numa famosa área da Zona Oeste do município de São Paulo, aonde vão principalmente caminhoneiros. Dali foi para a Luz, convidada por uma colega que já trabalhava com ela, porém a intenção da colega era ser sua cafetina. Ela não aceitou a cafetinagem, mas conseguiu continuar na Luz até conhecer um cliente que se tornou seu marido, com o qual foi casada por 19 anos.

Enquanto durou o casamento, Juliana não exerceu trabalho sexual, mas isso não foi suficiente para o marido acreditar que não estava sendo traído. Na maior parte dos anos em que viveram juntos, ela sofreu violência de seu parceiro, mas não tinha coragem

de denunciar, pois também sofria ameaças de morte. Eles tiveram um filho juntos, além do qual ela também cuidava de dois filhos de outro relacionamento dele.

Uma vez, tentou fugir. Pegou o filho e recorreu ao seu irmão, que era agiota, para fazer um empréstimo. O dinheiro foi investido em uma borracharia e uma barraca de coco, de onde Juliana pretendia obter seu sustento e pagar o irmão. Porém, ao descobrir onde ela estava, o marido foi atrás. Ela o aceitou de volta, mas em seguida levou um golpe dele, que vendeu os dois comércios e partiu levando o dinheiro.

Foi depois disso que Juliana voltou para a Luz, onde vive hoje em uma ocupação com seus dois netos. Ela cuida das crianças, de dois e quatro anos, desde que seu filho faleceu. Além dos programas, às vezes, ela também faz algumas faxinas em casas de família, como diarista.

Em alguns momentos, de tanto ouvir relatos, ler e reler as transcrições, relembrar as personagens, parece-me que as histórias se misturam umas com as outras. A falta de acesso aos estudos; o histórico de violências na família nuclear ou nos relacionamentos afetivos; gravidezes não planejadas na adolescência; realização de abortos sem acesso a meios seguros; filhos e filhas que morrem pelo caminho ou que se distanciaram por alguma contingência da vida são todas situações recorrentes nos relatos e essa recorrência não deve ser ignorada.

Todavia, não se pode cair na armadilha fácil de se estabelecer uma relação simplória entre ser prostituta e ter essas trajetórias difíceis. Basta notar que as situações relatadas são comuns a tantas outras mulheres, em geral de origem pobre, que são vendedoras, atendentes, recepcionistas, manicures, motoristas ou cobradoras de ônibus, faxineiras, babás, cozinheiras, donas de casa, desempregadas, etc. e nunca sequer imaginaram a prostituição como uma possibilidade para si. Por outro lado, há um significativo número de prostitutas com trajetórias de vida sem nenhuma dessas experiências negativas.

Como tem sido afirmado ao longo deste trabalho, cada contexto de prostituição deve ser compreendido em suas particularidades, de modo que, para evitar generalizações e suposições, busquei aqui partir das narrativas dessas protagonistas que vivenciam e, ao mesmo tempo, constroem esse cenário específico da Luz. Portanto, na seção a seguir, discutirei as percepções trazidas pelas entrevistadas sobre a prostituição, para articular tais relatos à luz da perspectiva interseccional. A análise de como os marcadores sociais

da diferença estão associados às diversas leituras que as entrevistadas fazem sobre a prostituição na Luz pretende desvendar as noções que estabelecem a relação entre a interseccionalidade e a constituição das territorialidades.

7.1.2 Percepções sobre a prostituição

Retomando a discussão feita no Capítulo 6, lembremos que os principais discursos construídos pela sociedade moderna a respeito da figura da prostituta são baseados ora na criminalização, ora na vitimização. As duas perspectivas difundiram-se a partir do final do século XIX por meio de grupos regulamentaristas e abolicionistas, cujas ideias antagônicas naquela época não são necessariamente excludentes no senso comum atual, pois ambas derivam de uma mesma leitura médico-jurídica e moral sobre a prostituição.

Uma terceira vertente, que busca romper com o forte legado deixado pelas anteriores, constituiu-se na esteira das discussões sobre direitos humanos em meados do século XX, ao trazer para o debate duas pautas em âmbito global: a reivindicação de uma definição legal e da regulamentação da prostituição como trabalho, e não como crime, pelos Estados, e a afirmação identitária da figura da prostituta aliada à disputa pelo reconhecimento de seus direitos para além do campo trabalhista. Faz parte dessa pauta, a título de exemplo, o combate à violência e à discriminação contra prostitutas e seus filhos, bem como a luta por outras garantias sociais, como políticas de saúde, além da prevenção e tratamento ao HIV/aids, que atendam as especificidades desse segmento.

Essas três correntes estão nas origens de diversas noções sobre a prostituição, exemplificadas e discutidas ao longo desta seção com base nos discursos das próprias participantes desta pesquisa. Nesses discursos, a (auto-)vitimização é a ideia mais imediata que recorrentemente aparece nas entrevistas, e isso pode denotar que algumas mulheres não se sentiram em um ambiente de confiança, considerando que os discursos (re)produzidos em uma entrevista qualitativa devem ser analisados como reflexo da interação entre pesquisador, entrevistado e o contexto em que se dá o depoimento.

Por isso, cabe destacar que a pesquisa foi feita perto do local de trabalho das participantes. Além disso, as entrevistas ocorreram dentro de uma unidade de saúde, e esse tipo de estabelecimento tradicionalmente é visto com receio pelas trabalhadoras sexuais, devido às experiências de violência que muitas já vivenciaram nessas instituições. De forma ilustrativa, o trecho a seguir, da entrevista com Juliana (grifos meus), aborda o estigma presente nas relações entre os profissionais de saúde e as prostitutas (1), assim como a naturalização de algumas formas de violência (2):

- *Quando você vai ao ginecologista, você conta pro seu ginecologista, pro seu médico [...] que você é uma profissional do sexo?*

- *Conto.*

- *E eles?*

- *Eles falam que eu tenho que me tratar. Num dar brecha pra pegar alguma doença, né? (1) Então eu tenho que procurar o melhor pra mim...*

- *Mas num falam, não são preconceituosos, faz olhares enviesados? Você acha que é tranquilo?*

- *É, só teve um médico que eu achei que ele não foi tranquilo. Mas isso faz o que... uns 8 anos. Que... tinha cisma, tinha nojo de chegar perto, (1) [...] Foi o único que teve preconceito, mas os outros não (2), os outros são até legal, dão conselho, conversa com a gente, sabe? Fala que isso não é certo pra gente, um serviço seria melhor, que o dinheiro do trabalho é suado, mas dá, tem valor... essas coisas assim, dá conselho (2). (Juliana, Cor n/e, 55 anos, Avenida)*

Os famosos “conselhos” carregados de preconceitos morais – narrados também por outras entrevistadas – ultrapassam os limites da esfera de atuação médica (AGUIAR, D’OLIVEIRA, SCHRAIBER, 2013, p. 2288) e, mesmo que as pacientes não reconheçam facilmente essa atitude como uma violência deliberada, passam a agir de forma defensiva contra possíveis julgamentos. Uma das consequências dessa relação é não revelarem ao/à médico/a e ao serviço de saúde o fato de trabalharem como prostitutas.

Nesse mesmo sentido, considero que posicionar-se na condição de vítima, no caso de algumas entrevistadas, seja presumivelmente uma resposta antecipada à possibilidade de serem julgadas perigosas, criminosas e imorais, além do que, em outros casos, talvez possa indicar a posição que elas creem que “devam” assumir, ou porque isso lhes traz alguma vantagem, ou por espelhar a vitimização vinda do discurso dos profissionais com quem costumam interagir no ambiente da unidade – com a qual já tinham um vínculo anterior.

Ao lado desses fatores, um terceiro aspecto primordial na produção de dados por meio de entrevistas, sobretudo nas abordagens qualitativas, é a comunicação entre quem conduz e quem concede o relato. Há nessa interação um desequilíbrio de poder geralmente em privilégio do entrevistador, somado a todos os atravessamentos e desigualdades inerentes à posição social dos envolvidos – neste caso, a mulher pesquisadora, branca, jovem, paulistana, de classe média, tida como profissional de saúde, de um lado, *versus* as mulheres prostitutas, negras, pardas ou brancas, de classes baixas, em geral mais velhas e de fora de São Paulo, de outro. Então, deve-se ponderar a

relação com as entrevistadas e quais expectativas podem ter sido transmitidas a elas, a partir do convívio estabelecido com o grupo em geral e com cada uma em particular, durante todo o decorrer do trabalho de campo.

O fato é que a maioria delas, exceto as jovens sem filhos, justifica a entrada e/ou permanência na prostituição como uma necessidade premente diante da absoluta falta de alternativas de trabalho. Geralmente alegam que foi a única possibilidade que restou para “*criar os filhos*”, a fim de reforçar a gravidade da escolha feita no passado ou como causa para a prolongação da carreira. Mas a maioria também reconhece, num segundo momento, que foi uma decisão tomada em busca de maior autonomia, ganhos de dinheiro mais rápidos e uma ou outra por enxergar de fato na prostituição ganhos afetivos e emocionais.

Destaca-se uma passagem da fala de Adriana, que aborda um fator incomum sobre a decisão de se prostituir: ela vê menor risco de ser presa do que em outras oportunidades que vislumbrava para si, pois sua única perspectiva seria roubar ou traficar; mas que isso não seja interpretado como ter uma vida à toa, pois roubar ou traficar é que seria ganhar um dinheiro mais fácil, segundo o jargão “invertido” por ela.

Os relatos abaixo são apenas alguns trechos selecionados, entre diversos outros possíveis, que embasam as afirmações que acabei de apresentar. Conforme vem sendo discutido até aqui, os filhos são tema central em quase todas as falas sobre estar na prostituição, mas logo em seguida geralmente é expressa alguma ideia que deixa entrever as percepções sob essa primeira camada:

[...] eu não queria entrar nessa vida de prostituição, mas foi um jeito, não teve outro jeito, pra mim criar meus filhos eu tive que entrar nessa, porque eu não ia ter meus filhos e deixa nas costas dos outros entendeu? então pra eu poder criar meus filhos eu entrei nessa [...]
(Débora, Cor Preta, 48 anos, Praça dos Bancos)

[...] eu parei de trabalhar e passei necessidade, eu chorava para não voltar, mas eu não consegui emprego tive que voltar, então querendo ou não tenho essa opção de não ficar dependendo de ninguém, de não pedir nada pra ninguém. Se eu quero comprar uma roupa eu compro, se eu quero ajudar meus filhos em alguma coisa que eles precisam, eu ajudo, entendeu? (Isadora, Cor Parda, 45 anos, Prédio Santa Ifigênia)

- Samanta, o que significa, para você, ser uma profissional do sexo? Isso traz boas coisas, coisas felizes? Como é isso?

- Não, sai muita tristeza, eu fico muito triste, porque tem cara aí que é muito podre, muito porco, chega no quarto, já aconteceu de rasgar a camisinha e eu não ver, entendeu? [...] tem hora que eu tenho que tolerar um tipo que eu não gosto, mas eu preciso do dinheiro, porque ele fala mais alto [...]

Hoje eu não preciso mais batalhar. Eu batalho porque eu gosto. Eu gosto de batalhar e não posso parar, porque se eu parar dentro duma casa num dia, no dois acho que eu já morro, porque me dá aquela agonia! (Samanta, Cor n/e, 70 anos, Avenida)

[...] a maioria é porque necessita, tem contas para pagar, tem filhos para criar, é difícil!

[...] jamais eu vou querer roubar, jamais eu vou querer traficar para poder ganhar um dinheiro mais fácil você entendeu? não vou querer fazer isso, eu sentada ali fazendo o que eu faço eu não tenho perigo de ser presa, só se eu bater num infeliz lá que vai falar demais no meu ouvido, dou uns tapas e for presa por que policial adora levar mulher assim, mas o meu caso é desse jeito mesmo, tem dia que eu gosto tem dia que eu não gosto, aí depende né? Por causa dos clientes mesmo, os homens. [...] às vezes eu me sinto bem, me sinto à vontade, porque conheci várias pessoas, conheço, que nem eu te falei, tem homens que são muito inteligentes, já tem uns brutos que chegam e meu Deus do céu, o que eu estou fazendo nesse lugar?! (Adriana, Cor Preta, 40 anos, Praça das Árvores)

Então, a prostituição passou, assim, ela representou muita coisa na minha vida, ela me... Assim, eu não encontro a palavra agora pra colocar pra você, mas eu tinha uma questão muito grande com rejeição. Quem me levou pra prostituição não foi rejeição, foi necessidade de dinheiro e a possibilidade de ter esse dinheiro rápido. [...] e aí o tempo foi passando, eu falei: “É uma possibilidade de ter um dinheiro rápido. Não é fácil, não é simples assim, não é cor-de-rosa”. [...] mas a gente que pode escolher, a gente escolhe: vou continuar sendo prostituta ou não. Eu acho que tem essa parte, mas foi por uma questão de dinheiro, simplesmente por dinheiro, e não é simples assim, Isa. [...] Então, até ali [início da prostituição] eu tinha muitas questões, assim, pessoais, comigo mesmo, e a prostituição foi trazendo pra mim coisas que eu achava que eu não tinha. [...] eu não gostava por isso, eu não gostava de mim por aquilo, eu me achava menos, eu não me enquadrava aqui, não me enquadrava ali. A prostituição me colocou isso de uma forma diferente. [...] Aí, eu comecei me autoafirmar, porque daí eu me olhava no espelho, eu me sentia bonita, aí eu me sentia gostosa, aí o cara tinha que pagar pra ficar comigo. Você tá entendendo? E eu podia olhar pra ele e falar: “Não quero” [...] Então, de alguma forma, através da prostituição, algumas coisas acabam transformando de negativas pra positivas. Pelo menos no meu psique. (Tatiana, Cor Preta, 40 anos, Avenida)

Outra fala muito recorrente baseada na visão da prostituta como vítima é que “a prostituição já deu dinheiro, mas atualmente não tem sido mais rentável” – deduzindo-se daí que quem está na atividade entrou porque ganhava bastante dinheiro, mas agora só permanece porque não encontra trabalho.

[...] quando não tinha essa crise ainda dava para tirar um dinheiro e todo dia você levava R\$100,00, R\$ 150,00 todos os dias, porque a gente vinha quase todos os dias, e agora não tá tendo mais dinheiro, ninguém

tá tendo mais nada, e cada vez, quanto mais o tempo passa a coisa tá ficando pior [...] (Débora, Cor Preta, 48 anos, Praça dos Bancos)

No entanto, é curioso verificar que em um estudo de 1998, realizado por ocasião do projeto de reforma da Pinacoteca do Estado, uma entrevistada fez exatamente essa mesma afirmação. A historiadora Paula Janovitch foi quem fez o levantamento da transcrição da entrevista, e me mostrou em conversa informal que tivemos no dia 12 de junho de 2019. Logicamente, essa confrontação não se presta a questionar se é verdade ou não que caiu a rentabilidade da atividade, mas a indagar qual o significado de tal afirmativa para essa comunidade.

Na fala transcrita a seguir já se entrevê, ao lado da vitimização, uma sutil referência às crenças difundidas pela perspectiva criminalizante, segundo a qual a prostituta é uma mulher de origem pobre que está em busca de satisfazer suas ambições (1). Em seguida, a entrevistada associa diretamente o fato de ser prostituta a ter “*necessidade*” e estar sempre em busca de mais dinheiro, enquanto há outras “*mulheres*” (que ela não nomeia como prostitutas) que entraram na prostituição por outros motivos (2). Estas últimas necessariamente vão querer sair, pois a motivação delas não era ser prostituta – já que elas não precisavam ganhar dinheiro (3).

A prostituta é assim: enquanto ela está ganhando dinheiro, ela não vai sair da prostituição, porque ela tem os objetivos dela. Tem umas que são consumistas; ela quer gastar com roupa, ela quer gastar com joia, ela quer ter tudo que ela não teve [...] (1). Então, é difícil você falar sobre a prostituição, porque ela tem os dois lados. Ela tem um lado que a prostituta entrou lá porque ela tem necessidade e tem mulheres também que entraram lá que não tem necessidade nenhuma. Entrou na prostituição por algum motivo pessoal (2). Não é porque ela quer ser prostituta, mas algum motivo, algum fator, levou ela a ir para a prostituição, mas mesmo ela tendo situação financeira e ela entrou na prostituição, um dia ela vai sair daquilo. Ela quer sair, porque é um fator que a levou (3). (Raquel, Cor Parda, 51 anos, Praça das Árvores)

A criminalização aparecerá com cores mais destacadas em outros depoimentos, ao responderem como elas acreditam que a sociedade enxerga a prostituição. Daí se apreende a afirmação feita alguns parágrafos acima, de que se colocar de antemão no papel de vítima é uma defesa contra os julgamentos que esperam por parte de qualquer pessoa que não seja do meio.

Acredito que a sociedade tem muito preconceito e te julga muito mal, e te julga mesmo, “Ah você é garota de programa, então você usa drogas, você transa com todo mundo sem camisinha, você, nossa você tem coragem de roubar e até de matar, né?”. As pessoas julgam assim. Então ser garota de programa é ser a pior pessoa da sociedade, você tem coragem de fazer coisa pior né? Porque se você tá se vendendo,

você tem coragem de roubar, de matar, de usar drogas. [É] totalmente diferente, [mas] elas te julgam assim, como um [mau] caráter né? Julgam o caráter, tem um péssimo caráter. (Cristina, Cor Branca, 38 anos, Prédio Santa Ifigênia)

Eu não suporto a hipocrisia da sociedade de querer dizer profissional do sexo, garota de programa, se na verdade pelas costas eles dizem, em seus íntimos eles dizem “as prostitutas”. (Bianca, Cor Parda, 40 anos, Praça das Árvores)

Você sabe que te queima, né? Falar prostituta... mais fácil você xingar ladra... falar ah “fulana é ladra, fulana é traficante”. Mais fácil eles te darem um emprego quando você é ladra, traficante do que quando você é prostituta. Não sei se você já viu aquelas reportagem lá, que a mulher foi tachada... o homem tachou a mulher de prostituta ela perdeu até o emprego... (Carla, Cor Preta, 57 anos, Praça das Árvores)

Porém, apesar de predominar nos discursos a tensão entre essas duas imagens mais tradicionais, em diversos momentos irrompem reflexões que tomam a prostituição como pauta política, seja pela via de questionar o papel da mulher nas relações de gênero, ou de tomar a prostituição como trabalho/profissão e como meio para realizar outros projetos. O que não significa que a solidão, o medo da violência, as consequências do estigma, as dificuldades de lidar com a intimidade de desconhecidos e outros aspectos negativos desapareçam dos relatos. Afinal é justamente a partir dessa avaliação mais humanizada e pragmática do cotidiano que surgem as condições para o reconhecimento de uma identidade.

Eu entrei no intuito de quitar minhas dívidas, fazer cursos e melhorar minha vida entendeu? (Fabiana, Cor Parda, 18 anos, Prédio Alameda)

[...] essa minha amiga, depois que eu falei pra ela da casa de suíngue ela quis conhecer, e um dia nós fomos: eu, ela e outra amiga. Levei ela, ela viu e aí falei para ela: “a gente veio numa casa de suíngue; se é pra gente sair com uma pessoa de graça ficar aqui fazendo um monte de putaria, porque a gente não vai trabalhar com isso, unir o útil ao agradável?” E foi isso que aconteceu, a gente acabou trabalhando as duas [...]

Acho que o errado é os homens que vão lá, eu não me sinto assim, “ah, eu tô fazendo algo errado pra alguém”, eu me sinto assim: “eu tô ali ganhando meu dinheiro, prestando um serviço. Acabou, ficou ali, não teve envolvimento, nem nada” (Ana, Cor Branca, 33 anos, Prédio Alameda)

Hoje em dia as meninas às vezes optam por esse caminho por livre e espontânea vontade, porque querem, porque querem ganhar dinheiro pra comprar um carro, comprar uma casa, fazer uma faculdade e não adianta a sociedade tapar o sol com a peneira [...] é uma hipocrisia da sociedade achar que “ah, não. É errado”. Não é errado, é meu corpo entendeu? É opção minha de eu estar colocando preço. [...] a sociedade gosta de julgar né? mas é também porque a sociedade não

conhece, muita gente que julga não conhece, acha que a gente tá fazendo isso porque não quer trabalhar, tudo bem a gente prefere fazer isso porque é mais rentável, porque no Brasil você ganha muito pouco, infelizmente, né? eu trabalhei no shopping, me matava, trabalhava o mês inteiro pra ganhar R\$ 800,00, R\$ 900,00 e R\$ 1000,00. E aí você vai pagar um aluguel aí você já vai gastar metade disso, e depois sobra dinheiro pra comer e não sobra mais nada. Você não consegue juntar dinheiro para comprar um carro, não consegue pagar uma faculdade, então aqui é tudo muito difícil né? [...] então você vai levar um bom percurso até se formar, ser bem sucedido e conquistar, né? Então o que eu vejo é isso, pelo menos eu achei uma maneira mais fácil e rápida pra eu conquistar os meus sonhos entendeu? Materiais. (Cristina, Cor Branca, 38 anos, Prédio Santa Ifigênia)

[...] me traz um empoderamento que eu acho que pra qualquer mulher, independente do local que ela tá, de quanto ela cobra, não é isso. Porque, por mais que você possa entrevistar uma mulher que apareça menos, que trabalhe menos, que não tenha, assim, tantos atributos talvez que a situação exija, ela sempre vai ter aquele cliente que prefere ela, que ela sabe que ela tem um poder sobre ele. Então, a prostituição traz isso. Ela traz um empoderamento mesmo da mulher, nesse sentido. (Tatiana, Cor Preta, 40 anos, Avenida)

[...] profissional do sexo não tem orgasmo como eu tenho. Quando eu tô a fim de gozar, eu gozo com fulano [risos]. Eu preciso gozar. Eu não tenho namorado. [...] Não importa com quem é, só é interessante eu gozar, sentir prazer. Prazer não precisa se gostar, eu preciso sentir prazer, eu preciso... Bem, se não for [aqui], onde eu vou ter? Não importa se seja preto, branco, fedido ou limpo. O interessante é eu tô a fim de gozar, gostei, então vem aqui. Se eu tiver a fim de gozar, não importa se é ou não é cliente, se foi a primeira vez que ele veio, se eu tiver a fim, eu: “Vem aqui, eu tô precisando. Primeiro eu, depois você”. [risos] É assim. (Suzy, Cor Preta, 48 anos, Prédio Santa Ifigênia)

Bom, não é a profissão dos meus sonhos a profissão prostituta, certo? mas eu lido bem com essa situação. Lógico, eu gostaria e quero muito mudar de profissão e também eu tenho a crença de que nada é por acaso. Se eu estou passando por isso existe alguma causa que eu ainda não consegui descobrir exatamente qual é esta causa e superá-la. (Bianca, Cor Parda, 40 anos, Praça das Árvores)

Eu nunca tive vergonha de mim, porque eu sempre tive o meu dinheiro, as minhas roupas e tudo que eu quis, os meus bons remédios, que eu tomo, manipulado... é caro, minha filha! Eu pago tudo, nunca precisei de pedir dinheiro para os meus filhos. (Samanta, Cor n/e, 70 anos, Avenida)

De acordo com as análises discutidas ao longo desta seção, a construção das subjetividades das entrevistadas em relação à prostituição passa, sobretudo, pela intersecção entre geração e origem geográfica. As mulheres de origem urbana com até 40 anos de idade (Tatiana, Simone, Cristina, Ana e Fabiana) percebem a prostituição como um trabalho em seu sentido mais estrito, e como um meio para atingir outros objetivos em suas vidas. Já Ana e Fabiana, mais jovens, planejam sair rapidamente da atividade,

enquanto Cristina e Tatiana parecem já ter passado dessa fase e assumido a prostituição como carreira.

Por outro lado, mulheres de origem rural nessa mesma faixa etária (Bianca e Adriana) incorporam alguns discursos mais tradicionais sobre se prostituir, embora já exponham certas rupturas com essas concepções, dado que usam os termos “*trabalhadora do sexo*” e “*profissão*” para se referirem à sua atividade. Também não apresentam grandes conflitos morais por serem prostitutas, diferentemente do que se passa com algumas participantes mais velhas, acima de 40 anos (Carla, Débora, Isadora, Juliana, Léa, Meyre, Raquel, Samanta e Suzy), as quais, independentemente da origem urbana ou rural, geralmente têm discursos sobre a prostituição mais permeados por culpa, repulsa e desaprovação. Ao contrário das mais jovens, estas têm maior resistência a reconhecer a atividade como trabalho e algumas chegam a dizer inclusive que “além de ser prostitutas, procuram trabalho”.

Como foi assinalado no final do capítulo anterior, as percepções sobre a prostituição foram discutidas aqui para indicar a relação entre a perspectiva interseccional e a produção de territorialidades. Deste modo, concluindo esse raciocínio, as análises elaboradas acima demonstram que a intersecção entre marcadores sociais da diferença se associa à constituição de diferentes subjetividades sobre o “ser prostituta”. É quando essas subjetividades se manifestam nas formas de agir tanto individual quanto coletivamente que se definem as territorialidades, fechando o ciclo. Contudo esse ciclo está em movimento ininterrupto: a própria experiência de viver a territorialização transforma o contexto e as subjetividades, produzindo assim outras formas de agir, consequentemente modificando as territorialidades.

7.2 Territorialidades em permanente constituição

Muda o mundo e, ao mesmo tempo, mudam os lugares. Os eventos operam essa ligação entre os lugares e uma história em movimento. O lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente [...] Mas, os limites à escolha de comportamentos num lugar pode se dever aos interesses sediados em outro. (Santos, 2005, p. 158)

Ao discorrer sobre os diferentes ciclos de ocupação e uso do Parque da Luz desde o início do século XIX, na seção a seguir, pretendo sinalizar como algumas das transformações ocorridas nessa área no Centro de São Paulo remetem a mudanças derivadas do processo de formação da metrópole e de outros eventos relacionados ao contexto econômico-político-cultural da época.

Como alguns exemplos de mudanças estruturais que se refletiram no entorno e dentro do Parque, destacam-se a construção da ferrovia Santos-Jundiaí, em 1867; a crise econômica de 1929 e a decorrente decadência da agricultura cafeeira do Oeste Paulista; a consolidação da urbanização brasileira a partir de 1940; a substituição do transporte ferroviário pelas rodovias e automóveis após a II Guerra Mundial, e o “desdobramento” de novas centralidades em direção ao quadrante sudoeste da cidade de São Paulo, ligadas ao desenvolvimento do setor terciário moderno (FRÚGOLI JR., 2001, p. 53).

Levo em consideração as críticas de Magnani (2002) às abordagens tradicionais sobre o urbano, que olham para a cidade à distância e como um objeto em si, com questionamentos que não penetram nos múltiplos universos de relações sociais e espaciais vividas dentro dela. Mas considero que a compreensão do acúmulo histórico contido nas dinâmicas socioespaciais do presente é indispensável, pois para qualificar quem está ali é preciso saber como chegou/está e por que chegou/está.

7.2.1 O Jardim e o Bairro da Luz: uma breve história de sua ocupação

Idealizado para ser um jardim botânico, o atual Parque da Luz foi inaugurado em 1825, no bairro então conhecido como Campo do Guaré – periferia do pequeno núcleo urbano de São Paulo à época, quase restrito à mesma colina histórica onde se originou a ocupação da vila no século XVI.

De acordo com Raquel Rolnik (1997), a ocupação predominante nessas áreas distantes eram chácaras que serviam como residências onde se associavam pequenos cultivos, pedreiras e olarias. A expansão da agricultura cafeeira e a construção das

primeiras ferrovias paulistas, por volta de 1860, promoveram a intensificação da ocupação urbana e o impressionante crescimento de São Paulo a partir de então (Matos, 1958), que resultou na sua transformação em uma das cidades mais populosas do mundo, hoje com mais de 12 milhões de habitantes, e principal economia do país.

A motivação da construção da primeira ferrovia – Santos-Jundiaí – era interligar as cidades das regiões de Campinas e Ribeirão Preto, que começavam a desenvolver a agricultura cafeeira, ao porto de Santos, no litoral sul do estado de São Paulo, de onde se escoava a produção para o mercado internacional.

O projeto original da Estação da Luz foi elaborado em 1856 por iniciativa de Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá) que, ao lado de José Pimenta Bueno (Visconde de São Vicente) e José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre), criou a *The São Paulo Railway Company Ltda.* para financiar a construção da linha em troca do direito de concessão da ferrovia por 90 anos, de acordo com uma lei de incentivo aprovada em 1855 pela Assembleia Provincial de São Paulo. Porém a estação só saiu do papel em 1867, e ainda ocupou uma parte do Jardim da Luz, que fora cedida pelo governo.

O primeiro trecho da linha ficou conhecido como a “Estrada de Ferro Inglesa”, e ligava a Luz ao porto de Santos. Em 1872, o traçado estendeu-se até Jundiaí, atingindo o objetivo final do projeto, e “São Paulo começou a sentir as benéficas conseqüências desse grande empreendimento”, na interpretação de Matos (1958, p. 67).

Isso porque, até então, a comercialização do café para o mercado externo era feita no porto do Rio de Janeiro, que estava mais próximo à região do Vale do Paraíba, no Leste do Estado de São Paulo, do que o porto de Santos. Porém os custos do transporte até lá se tornaram muito elevados quando os polos produtores em ascensão passaram a se concentrar no Oeste, inviabilizando economicamente essa alternativa e favorecendo, então, os investimentos na infraestrutura de transportes da própria Província de São Paulo. Todavia, ao mesmo tempo, as estradas de ferro acabaram por cumprir também um importante papel para o transporte dos imigrantes que desembarcavam em Santos e seguiam para a capital, assim como para possibilitar a circulação de pessoas e mercadorias (além do café) com uma facilidade que inexistia até aquele momento.

Como consequência dessa facilidade,

[...] transformou-se São Paulo num importante centro comercial. Passou a ser o verdadeiro ‘fulcro’ da vida econômica da província, aproveitando-se de sua situação geográfica e da ligação ferroviária com o porto de Santos. Através dela escoavam-se as riquezas destinadas à

exportação, como por ela passava tudo quanto a importação fornecia para a província (MATOS, 1958, p. 73).

De fato, houve um aumento tão intenso do fluxo de passageiros atraídos pela Estação da Luz que, em 1895, menos de 30 anos depois de sua construção, o prédio original teve que ser demolido para dar lugar a um maior, que foi inaugurado em 1901. No ano seguinte, fora fundada também a Estação Júlio Prestes, da Companhia Sorocabana.

A toda essa aceleração no dinamismo econômico, como não poderia deixar de ser, correspondeu um intenso crescimento populacional na Província de São Paulo: em 1872, eram 31 mil habitantes, de acordo com o recenseamento nacional realizado naquele ano; em 1886 um censo realizado somente na Província apontou 47.697 habitantes e em 1900 esse número saltou para 239.934 (ROLNIK, 1997), ou seja, quase cinco vezes o valor da contagem anterior. Para dar conta dessa nova situação a cidade teve que se expandir para além das fronteiras da colina.

Assim começou o loteamento das chácaras e sítios situados ao redor do “triângulo” central (formado pelas atuais ruas São Bento, Direita e Quinze de Novembro) e as diferenciações entre as camadas sociais passaram a se expressar na organização espacial da cidade. As terras localizadas nas orlas ferroviárias, próximas ao Rio Tamanduateí – como os próprios Bairros da Luz, Bom Retiro e Brás – transformaram-se predominantemente em bairros operários, enquanto as áreas situadas a Sudoeste (como Campos Elíseos) tornaram-se restritos às residências das elites, que dispunham de recursos para adquirir lotes maiores e em locais beneficiados por melhorias de infraestrutura financiadas pelos próprios proprietários, como a abertura de ruas e alamedas menos estreitas do que as vias existentes no centro (MATOS, 1958; ROLNIK, 1997).

Mesmo assim, até a década de 1960, parte da região central continuou sendo uma referência para as elites, embora não mais como local de residência: o setor de comércio e serviços e os equipamentos culturais da cidade ainda estavam fortemente concentrados em duas áreas: no triângulo (“centro antigo”) e, sobretudo a partir da década de 1940, também nas ruas entre o Vale do Anhangabaú e a Praça da República (que configurava o “novo centro”).

O abandono dessa região pela população de maior poder aquisitivo, evidente a partir dos anos 1990, de fato só começou a se acentuar na década de 1980, quando a

atividade industrial perdeu sua hegemonia econômica e as novas atividades de ponta, relacionadas ao setor terciário, deslocaram-se em direção à Avenida Paulista.

No entorno da Estação da Luz – e de forma geral em todos os bairros da orla ferroviária – a degradação tem sua origem vinculada mais diretamente às intervenções realizadas pelo poder público diante das novas exigências decorrentes do processo de expansão urbana, do que às transformações na estrutura da economia.

Basicamente, a partir da reestruturação da circulação viária proposta no Plano de Avenidas, apresentado pelo prefeito Prestes Maia em 1930, paulatinamente a circulação rodoviária passou a ser priorizada como modelo tanto para a distribuição da produção quanto para a mobilidade das pessoas. Daí se originou o ostracismo e consequente deterioração das orlas ferroviárias, que se tornou cada vez mais irreversível nos anos seguintes, pela soma de outros fatores gerados em decorrência da desvalorização dos bairros, conforme analisam Meyer e Izzo Jr. (1999, p. 27)

[...] os bairros centrais [...] começaram a partir dos anos 60, sem ter resolvido suas crônicas questões de acessibilidade, a sofrer um acelerado processo de degradação urbana, agravado com a instalação da Estação Rodoviária na praça Júlio Prestes na década de 70. A frágil malha rodoviária do bairro de Santa Ifigênia, implantada um século antes, não suportou o impacto de um equipamento de transporte rodoviário da proporção da nova estação. O elevado número de linhas terminais que acessavam a rodoviária acabou por degradar de forma irreversível as ruas adjacentes. A transferência das atividades da Estação Rodoviária para o Terminal Tietê, em 1982, não logrou uma reversão do quadro de decadência instalado na região. A inauguração da primeira linha do metrô, com as estações Luz e Tiradentes localizadas na região, também não chegou a alterar o processo geral de declínio. O índice de imóveis ‘cortiçados’ aumentou e a nociva atividade do tráfico de drogas se instalou em algumas ruas do bairro.

Obviamente, a intensa degradação chegou também ao Jardim da Luz, que passou a ser considerado como um dos locais mais inseguros da região central para a circulação da população de camadas médias e, ao mesmo tempo, abrigava uma grande quantidade de crianças e adolescentes em situação de rua (SILVEIRA *et al.*, 2009, p. 172).

Desde o fim da época áurea do café o Bairro da Luz como um todo tornara-se desvalorizado frente aos novos pólos de desenvolvimento, no quadrante Sudoeste da cidade de São Paulo, que atendiam de forma mais eficiente às exigências e interesses dos setores econômicos em ascensão (FRÚGOLI JR., 2001; ROLNIK, 1997).

Todavia, de forma quase concomitante à decadência da área – seguida pela evasão de empresas e moradores, bem como pela deterioração das instalações dos prédios públicos e particulares –, os governos de nível Municipal, Estadual e Federal, assim como

segmentos da sociedade civil e grupos empresariais, iniciaram tentativas de parcerias para fomentar novos usos daquele espaço. Desde então, esporadicamente ressurgem propostas com conceitos muito parecidos aos dessas primeiras tentativas, com novos títulos e representantes.

O primeiro desses projetos data de 1974, encomendado pela antiga Coordenadoria Geral de Planejamento (atual Secretaria Municipal de Planejamento), ao escritório Rino Levi Arquitetos Associados, por ocasião do início da operação da Linha 1 (Norte-Sul) do metrô. Com base no diagnóstico técnico e mapeamento do perímetro formado pelo traçado da ferrovia, das Avenidas do Estado / Cruzeiro do Sul, do Rio Tietê e da Rua Prates, naquela época já se apontava a necessidade de estimular o adensamento populacional e valorizar o patrimônio urbano da área (MEYER; IZZO JR, 1999).

Em seguida, o Projeto Luz Cultural (1984), da Secretaria de Estado da Cultura, propôs estimular o uso cultural e valorização de alguns equipamentos da área de abrangência da proposta – como a Oficina Cultural Oswald de Andrade, a Pinacoteca do Estado e o Parque da Luz.

Em 1996 realizou-se o “Concurso Nacional de Ideias para um Novo Centro de São Paulo”, organizado pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município e apoiado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (Departamento de São Paulo), pela Fundação Banco de Boston e pela Associação Viva o Centro.

Em 1997 o bairro da Luz passou a integrar também o Programa Monumenta, fruto de uma parceria firmada pelo governo Federal com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o financiamento de intervenções em centros históricos de diversas cidades brasileiras, mediante uma contrapartida dos governos Municipal e Estadual de cada cidade contemplada.

Em decorrência desses projetos, na década de 1990, investimentos de grande vulto promoveram algumas transformações em certos equipamentos públicos da região, entre as quais destacam-se a reforma da Pinacoteca do Estado, dentro do Parque da Luz, e a transformação de parte do prédio da antiga Estação Júlio Prestes em uma sofisticada sala de concertos (a Sala São Paulo), que tornou-se sede da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESF).

Esses aportes, sem dúvida, contribuíram para voltar a atrair a população de rendas média e alta aos equipamentos, onde são oferecidas programações culturais

voltadas para esse público, mas não promoveram necessariamente uma mudança positiva da sociedade na sua relação com o bairro como um todo:

[...] é comum que as pessoas cheguem à Sala São Paulo em seu automóvel, assistam ao espetáculo e vão embora sem o menor contato com o bairro, o que contribui para maior segregação e uma espécie de museificação, com o objetivo apenas de valorização imobiliária, e não humana, das regiões em questão (Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade, 2005)

Quando essas mudanças aconteceram, os usuários de *crack* já haviam chegado ali, e viriam a ser conhecidos em todo o país por meio dos noticiários impressos e televisivos, transformados em ícones da degradação e da miséria (FRÚGOLI JR.; SPAGGIARI, 2010; RUI, 2014). O fato é que a presença desse novo grupo – novo não só na região, mas como tema social – impactou todas as sociabilidades exercidas até então naquele território, e isso também diz respeito ao *modus operandi* da prostituição (SILVA, 2000).

Por isso, ao analisar as territorialidades referidas pelas entrevistadas na presente pesquisa faz-se necessário, antes, retomar sucintamente como a história da prostituição na cidade de São Paulo se entrelaça às dinâmicas discutidas até aqui, e abordar duas questões principais: (a) como, quando e por que a prostituição chega ao bairro da Luz? (b) quais foram as modificações nas territorialidades das trabalhadoras sexuais no Parque da Luz e entorno, ao longo do século XX, em resposta às mudanças observadas no contexto da cidade como um todo?

Algumas pistas dessas respostas aparecem nos relatos das entrevistadas mais velhas e serão devidamente consideradas, porém a principal fonte de que se dispõe para essa investigação é a bibliografia sobre o histórico da prostituição na cidade de São Paulo e sobre a trajetória de ocupação do bairro da Luz ou, mais amplamente, do centro de São Paulo. Ao chegar no contexto atual, as entrevistas e as anotações do caderno de campo serão o foco principal da apreciação.

7.2.2 A Luz das prostitutas

Realçando algumas ideias já expostas, a nova estrutura econômico-política que se gestou desde cerca de 1850 até o fim da segunda década do século XX, alicerçada no êxito das exportações de café para a Europa e os EUA, desencadeou o processo de desenvolvimento urbano de São Paulo. As primeiras tentativas de planejamento para

direcionar o crescimento da cidade seguiram os moldes das cidades modernas europeias – especialmente a Paris haussmanniana, que vivia o auge de seu vigor na época.

Segundo Margareth Rago (2008), a prostituição, atividade até então incipiente por aqui, a partir de fins do século XIX será um elemento que ajudará a adequar a sociabilidade dos homens e das mulheres pertencentes à nova elite paulista aos costumes burgueses e aos discursos médico-jurídico-policiais difundidos no velho continente. Nos bordeis de luxo, os homens conheciam produtos e comportamentos refinados, no contato com as francesas e italianas; conversavam sobre as notícias da Europa, e também praticavam os atos sexuais proibidos pelo código moral a ser preservado dentro do casamento. Por sua vez, as mulheres burguesas, mesmo sem viver dentro desse universo, indiretamente recebiam sua influência: aprendiam a não se comportar ou se vestir como prostitutas, e a serem boas esposas, vigilantes quanto à etiqueta da sexualidade.

Não obstante, o meretrício foi e é considerado pela maior parte da sociedade e pelo Estado, na melhor das hipóteses, um componente a ser ocultado da paisagem. Sua localização, portanto, esteve sempre suscetível às mudanças dos interesses em jogo no processo dinâmico e acelerado de produção da cidade. Não demora a se prescrever que a *zona* seja subjugada e recolhida aos locais menos valorizados e menos visíveis da urbe, apesar de ter efetivamente se instalado, em um primeiro momento, nos locais nobres frequentados pela sociedade burguesa paulista: ruas Líbero Badaró, Senador Feijó, da Esperança, Caixa D'água e da Conceição (RAGO, 2008).

A reforma urbana de São Paulo de 1911, por exemplo, iniciada pelo prefeito Antônio Prado e finalizada por Rogério Duprat, simplesmente varreu as mulheres do quadrilátero formado por algumas dessas ruas, que desde então passou a ser a Praça da Sé. Resistindo, elas reacomodaram-se em três núcleos: as que podiam cobrar mais caro pelos serviços foram para as ruas Ipiranga, Timbiras e Amador Bueno; o baixo meretrício se instalou entre as ruas Senador Feijó, Riachuelo, Ladeira Riachuelo, Ladeira São Francisco até o Piques, e as mais marginalizadas foram para o Brás (RAGO, 2008).

Nas décadas de 1920 e 30, já existia um cenário de prostituição no Bom Retiro que era reduto quase exclusivo das polacas, como ficaram conhecidas as mulheres vindas do Leste Europeu. Muitas delas eram enganadas por aliciadores e trazidas para São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires ou Nova York (Rechtman, 2015), onde eram obrigadas a se prostituir sob exploração de cafetões ligados a máfias de tráfico internacional de pessoas, como a Zwi Migdal (RAGO, 2008). Contudo, em um segundo momento, a partir de 1940,

a prostituição no bairro mudou de perfil, quando o interventor de São Paulo sob a ditadura do Estado Novo (1937-1946), Adhemar de Barros, determinou o confinamento das casas de baixo meretrício em uma pequena área situada a poucos quarteirões do Jardim da Luz.

Milhares de prostitutas e travestis foram enquadradas nessa área, e todos os dias a polícia de costumes despejava novas levas de moças que insistiam em vagar por outras ruas. Apesar da expulsão dos cafetões judeus, permaneceram algumas polacas que se instalaram por conta própria na Zona, às vezes tornando-se elas mesmas cafetinas. Todavia, a maioria das mulheres eram brasileiras imigrantes do interior de São Paulo ou outros estados (RECHTMAN, 2015).

A extensão da Zona de Baixo Meretrício (ZBM), como era chamado oficialmente o confinamento, compreendia as estreitas ruas Aimorés e Itaboca¹⁹, onde um alto paredão de pedra ainda hoje delimita a divisão entre a rua e a estação de trem, acabando no trecho final da Rua Ribeiro de Lima.

Essa localização foi estratégica para cadastrar todas as mulheres e obrigá-las a realizar exames para detecção de “doenças venéreas” periodicamente, em especial a sífilis, assim como para a repressão policial e para o apagamento da prostituição nos caminhos pelos quais as elites transitavam – não que seus integrantes não soubessem exatamente como desviar até as ruelas tomadas pelas garotas, na calada da noite.

A ZBM existiu até 1954, quando o novo Governador Lucas Nogueira Garcez decretou seu fechamento, discutido desde 1951, e obrigou à saída das mulheres para promover a ocupação comercial da área. Mas a essa altura, segundo registros históricos, muitas delas não queriam sair do local por diversos motivos. O desalojamento gerou resistência e se tornou mais um ato de autoritarismo e violência do Estado, empurrando esses corpos malquistos pela cidade de acordo com a conveniência do momento para os grupos de poder (RECHTMAN, 2015).

Por outro lado, rapidamente se desencadeou o processo de re-territorialização da prostituição no centro de São Paulo: parte dispersou-se para o Jardim da Luz, para os arredores da Estação de trem, e para as ruas da “Boca do Lixo”, no miolo da Santa Ifigênia. No final dos anos 1950, quando a repressão policial tornou-se constante na Boca,

¹⁹ Por triste ironia, o nome atual da rua é Rua Professor Cesare Lombroso, em homenagem ao criminologista que propiciou embasamento teórico para justificar políticas eugenistas na Europa e no Brasil. A homenagem foi proposta em 1957 por um vereador da ala ligada ao prefeito de São Paulo, por meio da Lei 5.497, cuja aprovação pela Câmara Municipal de São Paulo ocorreu em 1958.

ocorreu novo deslocamento das trabalhadoras para as avenidas São João e Duque de Caxias, depois para a República – ruas Major Sertório, Rego Freitas, Araújo – apelidada com o tempo de “Boca do Luxo” (PERLONGHER, 1987, p.71-72).

Até meados de 1970, a circulação de possíveis clientes na região da Luz, Bom Retiro, Campos Elíseos e Santa Ifigênia foi intensa, devido à presença do terminal rodoviário municipal na Praça Júlio Prestes. Com a transferência do terminal para o Tietê, em 1982, piorou o quadro de abandono da área pelo Estado e pela comunidade e, conseqüentemente, confluíram para lá populações socialmente marginalizadas.

Embora se possa dizer que a violência policial é uma constante na história da prostituição em São Paulo, os dois períodos de ditadura vividos no país – Estado Novo e Ditadura Civil-Militar – foram particularmente difíceis para as mulheres que exerciam o *trottoir*²⁰, sob a ameaça de ações legalmente amparadas. O inciso VII do artigo 59 da Lei de Contravenções Penais, de 3 de outubro de 1941, foi um desses dispositivos legais usado nos dois regimes para extorquir e prender trabalhadoras sexuais sob a acusação de “vadiagem”.

A constante ameaça à vida dessas mulheres pelo Estado, por sua vez, deu poder para os cafetões oferecerem a elas guarida contra os agentes públicos, em troca da qual exigiam contrapartidas sexuais e financeiras, em relações também marcadas por diversas formas de violência e afeto.²¹

A essa altura, algumas das mulheres entrevistadas já estavam em cena:

- *As mulher na Luz ia presa. As putas da rua ia presa, apanhava de borracha na bunda [risos] assinava até [a lei da] vadiagem quando o “povo” [polícia] pegava por aí, viu? Era um trelele danado! [...]*
- *E aí você já trabalhava aqui na Luz?*
- *Trabalhava também. A gente trabalhava e fazia os programinha que aparecia, pra lucro, né? A gente morava de diária, tinha que fazer*

²⁰ Em tradução literal, *trottoir* é uma palavra de origem francesa que significa “calçada”. No universo da prostituição o termo é usado para se referir à caminhada das mulheres que ficam passeando de um lado a outro em um trecho de rua para atrair clientes.

²¹ A respeito das idealizadas relações entre cafetões e “suas mulheres”, Olivar (2013) faz uma ampla reflexão, referente ao contexto de Porto Alegre nos anos 1980. Provavelmente há algumas diferenciações em relação a São Paulo, mas interessa destacar a profundidade que o autor capta nessas relações multifacetadas, que no senso comum são vistas apenas na dicotomia entre “criminoso/explorador/violento” versus “vítima/apaixonada/subjugada”. Com a honestidade de publicar os relatos que demonstram as desigualdades de poder em certas formas de cafetinagem, Olivar os interpreta por outra chave, trazendo à tona a aliança que estrutura tais relações em torno de interesses afetivos e financeiros de ambas as partes. Conclui que a relação entre o cafetão e sua esposa, e dela com as “boias” (esposas secundárias, também prostitutas), naquele contexto, é entendida como uma relação de parentesco, sendo a prostituição um negócio familiar em que cada um cumpre sua função.

dinheiro pra comer, pra dormir[...] (Carla, Cor Preta, 57 anos, Praça das Árvores)

Esse quadro permaneceu até o fim da década de 1990, com alguma melhora após a entrada em vigor da Constituição de 1988, na esteira da qual se iniciaram as discussões sobre intervenções do poder público para a “revitalização”, “renovação”, “requalificação”, “recuperação” ou “intervenção” urbana no Centro de São Paulo. O Jardim da Luz – só então renomeado oficialmente como Parque da Luz – e todo o entorno da estação de trem foram alvo de diversos investimentos, com destaque para as obras de restauro da Pinacoteca do Estado, em 1998, e da reforma da estação Júlio Prestes, iniciada em 1997 e entregue em 1999.

Entretanto, por estarem desvinculados de planos de ação capazes de responder às questões sociais e econômicas associadas ao processo de declínio da região, esses projetos contribuíram muito pouco para promover a esperada mudança, até mesmo no sentido mais estrito contido nos referidos projetos, ou seja, de trazer coisas novas ao centro.

Note-se ainda que a maioria dos planos ignorou a riqueza existente na diversidade ímpar dos grupos permanentes ou temporários que animam a área central da cidade, como trabalhadores, população da rua, moradores de classes populares, comerciantes, turistas e agora também usuários de crack, que transformaram novamente as territorialidades constituídas até então.

7.2.3 O pedaço da Luz no circuito atual da prostituição em São Paulo

“Pedaço” e “circuito” são duas das cinco categorias – incluindo “mancha”, “trajeto” e “pórtico” – propostas por Magnani (2002; 2014) para o estudo das sociabilidades urbanas, conforme apresentado nos referenciais teóricos. Não obstante, privilegio essas duas categorias, circuito e pedaço, pois a partir delas se estabelecem dois níveis de leitura: no primeiro nível, interessa traçar um contorno das diferenciações da prostituição no pedaço da Luz em relação ao circuito paulistano da prostituição; no segundo, a escala de observação é mais próxima, com foco na análise dos códigos e territorialidades vivenciados pelas mulheres que são trabalhadoras sexuais dentro desse pedaço.

O pedaço da Luz, aqui considerado, é a área de baixo meretrício espacialmente formada pelo Parque da Luz, mais o quadrilátero delimitado pela rua Mauá, e avenidas Duque de Caxias, São João, Ipiranga e Cásper Líbero (Mapas 1 e 2).

Início, todavia, essa análise com um olhar mais ampliado, com destaque para algumas informações sobre o circuito atual da prostituição em São Paulo, a começar pela constatação de que ele é uma rede de estabelecimentos e pontos de rua muito diversificados e difundidos pela cidade, mas organizada em torno de alguns focos de centralidade, assim como ocorre com outros setores de comércio e serviços.

Para citar alguns desses focos, na região Sudoeste há o bairro de Moema e a avenida Indianópolis; na Zona Sul, as redondezas do Largo Treze; no Centro, rua Aurora, praça da Sé, terminal Parque Dom Pedro II, bairro da Luz e da Liberdade; na Zona Oeste, rua Cardeal Arcoverde, bairros da Barra Funda e da Lapa e avenida Lineu de Paula Machado; na Zona Leste, os arredores do parque do Carmo e bairro da Vila Prudente; e na Zona Norte, rua Jovita e ruas próximas à estação de metrô Santana.

Essa distribuição, sem dúvida, é definida de acordo com uma certa lógica, e os tipos de estabelecimentos variam desde os mais regrados e luxuosos até os mais desestruturados, não necessariamente seguindo uma escala de qualidade, mas geralmente de preços de programa: clínica de massagem, atendimento individual em flats, boate, privê, balneário e prédio (ou “vintão”) são as principais classificações das casas. Elas diferem, por exemplo, quanto aos horários de funcionamento, a duração do programa, os acordos de pagamento e de divisão dos ganhos entre a trabalhadora e o estabelecimento, a interferência ou não da gerência nas negociações com o cliente, a obrigatoriedade ou não de cumprir horários de trabalho e ter exclusividade com o estabelecimento.

- [O cliente] escolhia por foto, era um book, quem fazia era uma fotógrafa que fazia as fotos da coelhinha da Playboy, ficava cinco fotos de cada menina numa sala e aí o cliente escolhia por foto, e aí você já ia direto pra sala, anunciava. Lá dentro tinha restaurante, salão de beleza, você ficava numa sala assistindo tevê, lendo, e aí eles anunciavam, “Cristina, sala 20”, e você ia direto para sala e lá que você conhecia o cliente, aí você ia fazer a massagem primeiro e depois fazer o programa. [...] Lá eu fiquei um ano, porque assim, você tinha que cumprir horário, você não podia faltar, se faltasse tinha que pagar multa, você tinha que cumprir horário das 10 da manhã às 10 da noite. [...] O que eu gosto do prédio é que nos outros lugares você tem que cumprir o horário, você não pode faltar, você não pode fazer o que você quer e no prédio eu vou o dia que eu quero, às vezes eu fico na praia 10, 20 dias e não vou trabalhar, quando não quero trabalhar não vou, quando eu quero sair mais cedo eu saio, não tenho que cumprir horário se eu quiser chegar a uma da tarde e ir embora às 5,

às 6 ou às 7 eu vou. **(Cristina, Cor Branca, 38 anos, Prédio Santa Ifigênia)**

*[...] uma amiga, essa minha amiga que saiu da noite e casou agora, me chamou e falou: “olha, tô numa casa em Santana”; Santana é bem conhecida, né? Na xxx, é uma rua onde tem várias casas, só que o programa era bem mais barato porque na Augusta a gente fazia o nosso preço, normalmente eu não ia pro quarto por menos de R\$150,00 ou R\$ 200,00. Então, quando ela falou dessa casa que era R\$50,00, eu falei “nossa, amiga, R\$50,00 é muito pouco! imagina fazer todas essas coisas por R\$50,00?! Eu falei “não vou, não”. Ela foi trabalhar lá e começou a ganhar dinheiro, fazia R\$ 500,00, R\$600,00, R\$700,00 por dia e aí eu resolvi ir, no primeiro dia que eu fui já ganhei R\$ 500,00 e aí resolvi continuar. Eu vi que o cara fica assim 10 minutinhos já vai embora, tem lugar para tomar banho, tinha almoço, janta, fiquei morando nessa casa com ela uns 6 meses mais ou menos. A gente ficava bem dizer dentro da casa, nem saía. [...] **(Ana, Cor Branca, 33 anos, Prédio Alameda)***

Os pontos de rua também têm suas diferenças, a depender do bairro em que estão e do local onde ocorrem os programas (podendo ser no carro, em hotéis ou motéis mais luxuosos, por exemplo). Não é improvável encontrar clientes que frequentam as boates mais luxuosas da cidade e também gostam de circular pelos privês e ruas da Luz. Os homens de baixa renda provavelmente se limitam aos locais mais baratos, mas por não disporem de recursos financeiros.

*Tem rapaz ali que é de várias profissão, né? Tem deles que são metalúrgicos, tem um deles que é metalúrgico, outros trabalham com... tem um senhor já de seus 60 anos, mas não aparenta não, quando ele falou que tinha 60 anos eu não acreditei não, ele é pedreiro profissional, então ele vem de vez em quando por causa do trabalho. **(Adriana, Cor Preta, 40 anos, Praça das Árvores)***

*Já foi cara que tem loja no Brás. Tem um cara que eu saio lá, ele é da, eu não lembro, é de outro país. Ele é muito bonito, ele tem uma loja no Brás e, quando ele vai, fica meia hora, me dá caixinha. Ele vai tipo uma vez por semana e ele tem loja. Tem os bolivianos também que tem alguns que trabalham por conta, são autônomos; tem os africanos, alguns são traficantes, né? A maioria são traficantes, mas eles também vendem: vende tênis, vende roupa... já foi pedreiro, [...] então tem pedreiro, já foi estudante, já saí com um cara que diz que fazia Mackenzie né? **(Ana, Cor Branca, 33 anos, Prédio Alameda)***

As prostitutas também circulam entre diferentes meios ao longo da carreira, e esses trânsitos, que carregam informações de um lado a outro, reordenam constantemente os diferentes pedaços e o circuito como um todo – questão que será retomada adiante.

Ora, observando o pedaço da Luz nesse cenário, registra-se ser uma área com alguma diversidade de estabelecimentos fechados (prédio, privês e balneário), mas com forte presença da prostituição de rua, concentrada nos arredores do parque e nas ruas da

“boca do lixo”. O padrão, tanto nas casas quanto nas ruas, é o que se chama de “baixo meretrício”. Considerando toda a área, contam-se certamente mais de 2000 mulheres trabalhadoras sexuais e uma profusão de estabelecimentos e indivíduos ligados a atividades de hotéis, botecos, comerciantes ambulantes (de roupas, remédios, preservativos, etc.), traficantes de drogas, serviço de saúde, agentes de prevenção e outros.

Apesar de suas diferenças internas, existe significativa interação entre as trabalhadoras dentro do pedaço, mesmo que não se conheçam pessoalmente. As notícias entre elas correm rapidamente de um lado a outro, sobretudo com relação a casos de violência.

[...] tem meninas que vão atender em motéis, hotéis do centro, próximo, né? Não, mas eu não vou. Não confio. Já vi muita coisa assim, não de ver literalmente, mas a gente ficar sabendo, né? De meninas que vão atender fora e o cara se transforma, o cara fica agressivo, insiste pra transar sem camisinha, tem fetiche de bater... Então, eu não confio... (Cristina, Cor Branca, 38 anos, Prédio Santa Ifigênia)

Para fora do pedaço, a Luz tem fluxos mais intensos com pontos como o Largo Treze, o Terminal Parque Dom Pedro II e outros municípios da RMSP, onde a prostituição possui características semelhantes, mas ocorrem também alguns trânsitos com boates de médio padrão de bairros como Pinheiros ou Vila Mariana, principalmente por parte das trabalhadoras dos prédios.

Apresentado esse cenário, sobre o qual se aprofundará a análise das territorialidades, a seguir apresentam-se breves considerações sobre os pontos onde foram feitas as observações de campo.²²

Parque da Luz: com uma área de 113.400 m², conserva ainda algumas construções que permaneceram como marcas do que foi, um dia, um dos locais mais importantes do nascente núcleo urbano de São Paulo: o Coreto, a Casa de Chá e a Casa do Administrador.

Da entrada principal, localizada em frente à estação de trem da Luz, à direita, avista-se uma pequena alameda que leva até a entrada da Pinacoteca do Estado de São

²² Os dois prédios da área da pesquisa não entraram no roteiro de observação direta, devido à dificuldade de operacionalização desse tipo de abordagem naquele ambiente. Fazer a observação lá dentro demandaria demoradas e difíceis negociações e, se bem sucedida essa primeira etapa, a empreitada demandaria ainda uma série de preparos e cuidados. Porém as entrevistas concedidas por trabalhadoras desses locais e algumas visitas acompanhadas por agentes de prevenção durante a rotina de distribuição de insumos permitiram certa aproximação. Em cada uma dessas duas visitas feitas a cada prédio, passamos cerca de duas horas entre conversas com as prostitutas, cafetões e cafetinas, e gerentes dos andares.

Paulo, onde ocorrem exposições permanentes e temporárias. À esquerda, fica a alameda principal, que divide o parque ao meio, cruzando-o até o portão que dá acesso à alameda Ribeiro de Lima. Tomando essa referência, à direita está a Casa do Administrador e à esquerda a Casa de Chá (também conhecida como Ponto Chic, seu antigo nome) e o Coreto. São construções do início do século XX e foram pontos de encontro da elite paulistana da época, formada principalmente pelos cafeicultores do Oeste do Estado.

Atualmente, na Casa do Administrador estão alocadas a administração do parque e o Grupo Mulheres da Luz, que atende e orienta as prostitutas na prevenção às IST, em questões de seguridade social, encaminhamentos médicos, etc. O Coreto e a Casa de Chá são utilizados raramente para eventos. Além disso ainda há dentro do parque uma escola municipal de ensino infantil (EMEI João Theodoro) e um grande lago em frente ao Coreto.

Estação de trem: Em contraste com o ambiente tranquilo e arborizado do interior do parque, a estação de trem da Luz é marcada pelo movimento incessante de pedestres que embarcam em alguma das linhas do sistema de trens metropolitano, ou então cruzam a passagem de cerca de 100 m que liga o Parque da Luz à rua Mauá, por cima das plataformas. Nessa ponte, dentro do prédio da histórica estação, ficam as mulheres mais idosas, misturadas aos outros transeuntes. Chama a atenção também a presença de homens encostados nos batentes das portas do lado de fora observando o movimento da rua, raramente falando com alguém. Pelas dinâmicas percebidas no campo, imagina-se que possam ser traficantes de drogas, policiais à paisana, cafetões ou gigolôs.

Avenida Cásper Líbero e Praça da Estação: Na avenida Cásper Líbero, logo em frente à saída da estação, veem-se dois cenários: de um lado da calçada destaca-se uma banca de jornais, com duas pequenas lojas de roupas femininas atrás dela. As prostitutas ficam sentadas em pequenas banquetas de madeira em frente a essas lojas, quando o movimento está fraco, ou conversam em pé ao redor da banca, em períodos de maior movimento.

Ainda na mesma calçada, alguns metros adiante fica a Praça da Estação, ao lado de uma das entradas do metrô. É um amplo e árido espaço cercado por grades, com chão cimentado, poucas árvores e alguns bancos, onde geralmente se encontram homens velhos sozinhos, ou às vezes conversando ao pé do ouvido com garotas muito jovens. De acordo com a informante que acompanhou o campo, é um lugar onde há muitos furtos.

Do lado de fora da praça ficam encostadas às vezes quatro ou cinco mulheres que fazem ponto sempre ali, das quais duas foram entrevistadas.

O outro cenário é o lado oposto da avenida, tomado por inúmeras lojinhas que vendem de roupas femininas a equipamentos eletroeletrônicos, passando por produtos naturais e açougue. A quantidade de itens expostos em cabides pendurados chegam a causar confusão mental. Há ainda uma loja grande de calçados, assim como muitos *botecos* e diversos hotéis decadentes, onde tanto as mulheres do parque quanto das ruas atendem seus clientes. Essas hospedarias são usadas também por usuários de crack e pela população de rua em geral, quando querem tomar banho ou passar uma pernoite.

Rua Mauá: Por fim, o quarto lugar onde fiz observações foi o conhecido paredão da estação de trem da Luz: um muro de tijolos mantido praticamente como a construção original do século XIX, que separa a linha do trem e a rua ao longo de duas quadras. A calçada é predominantemente ocupada por usuários e usuárias de crack e, à noite, também por travestis que se prostituem. Os pedestres evitam passar por ali, mesmo quando vão entrar na Estação, preferindo o outro lado da rua onde há o movimento do comércio.

7.3 Como entrar em cena? A administração da vida dentro e fora do pedaço

Até aqui me utilizei das categorias de *circuito* e *pedaço* para definir o recorte espacial do estudo. A partir desse momento, dialogando com as entrevistas, o intuito é compreender mais a fundo as territorialidades expressas nessa área, como a partir do seguinte fragmento da entrevista com Bianca:

Ent - Você diria que há uma vida da Gardênia como trabalhadora do sexo e outra vida com o seu nome de RG, da sua vida privada? Você acha que essas duas vidas são diferentes?

Bia - São. Em algumas situações, em termos são diferentes. Porque assim, Gardênia ela é uma personagem, como a atriz que tem o seu personagem, entendeu? Que é diferente do personagem com a pessoa do RG. A Gardênia é desinibida ao conversar com os homens, é mais desinibida em tudo entendeu? Há uma concentração de quando a pessoa, a minha pessoa do RG sai de casa até o trajeto do trabalho, há uma certa concentração. Igual quando o artista vai representar um personagem, ele também se concentra para fazer bem, desempenhar bem o seu papel.

Ent - Entendi.

Bia - Então eu também me concentro para desempenhar bem o meu papel como Gardênia, porque Gardênia precisa ser amorosa, carinhosa, desinibida e também precisa ser uma pessoa forte no sentido de quando precisa ser defensiva, quando precisa se defender. Mas a Gardênia também tem o seu lado afetuoso, né? Afetividade, carinho,

que é o lado que eu também tenho, que é o lado de amar as pessoas, aprender com as pessoas, eu aprendo muito com a Gardênia. Eu gosto muito de observar as pessoas, seu comportamento. Então às vezes as pessoas observam também a Gardênia que fica a maior parte [do tempo] quieta num canto esperando seus clientes. Às vezes aproximam-se colegas, conversam, aí vão dar uma volta, eu Gardênia vou dar uma volta, quando eu vejo que não tá bom, [e] já ouvi [as colegas]. Encontro outras pessoas, às vezes encontro cliente. Aí clientes me ligam porque eu tenho um telefone que é só profissional, raramente liga nesse telefone algo particular – e tem o meu telefone particular, que eu não dou para os clientes – então cliente me liga eu marco horário, vou atender, [se] dão uma volta não me acham, às vezes me ligam. [...] eu esqueci o nome que eu queria usar que diferencia a atriz da pessoa, meu lado pessoal. Na minha casa não vai homem, quando eu saio do meu trabalho de Gardênia, meu personagem, eu sou extremamente tímida. Por exemplo: quando eu estou indo pra casa na condução que eu vejo algum homem olhando muito para mim, nossa... aquilo parece que eu estou me sentindo nua e que todo mundo está vendo e eu fico extremamente tímida, tanto que eu sempre procuro estar na condução lendo ou fazendo alguma coisa ou atividade para não ver quem me olha, para você ver o contraste das duas pessoas.

Ent - *e aí esse momento de transição é esse do trajeto pro trabalho, trajeto mesmo, deslocamento?*

Bia - *sim, sim tipo assim, até eu chegar no trabalho quando eu chego que eu desço daquela condução é um meio de transição e aí quando eu entro lá naquele local eu já sou a Gardênia.*

Ent - *E você fala que você se concentra. Você pensa coisas específicas? O que que você faz para se concentrar como que é esse processo e concentração que você falou?*

Bia - *bom, eu normalmente pode até ser pecado, mas eu peço ajuda de Deus de Jesus Cristo para que eu possa exercer o meu trabalho com humildade, que eu tenha a humildade de atender bem aqueles clientes que vêm me procurar em busca de carinho, de afeto, de atenção; que eu possa ser uma boa pessoa com eles e que eu possa transmitir coisas boas e que eu tenha força para ser desinibida para conseguir fazer o que eu preciso fazer entendeu? então eu me concentro assim, aí as coisas vêm eu me torno a Gardênia, não deixo de ter o caráter que a pessoa da minha parte pessoal tem, porque caráter a gente pode levar para todos os lugares, porque a Gardênia não é vilã, assim como eu, ela é mocinha.*

Ent - *certo, e você já falou um pouco mas se você quiser complementar: em que essas duas vidas são diferentes?*

Bia - *Eu acho que a diferença está na desenvoltura que ela tem com os homens, que a Gardênia tem com os homens, e na timidez que a minha pessoa, pessoal, meu lado pessoal tem com os homens. Então eu na vida pessoal sou muito tímida; a Gardênia já é mais desenvolta, ela tem uma desenvoltura, é mais desinibida, ela é, como posso dizer menos séria então ela tem um parceiro sexual, Gardênia tem vários parceiros sexuais embora ela é muito profissional sempre, mas a pessoa do RG não tem, então a pessoa do RG não tem parceiro sexual, ela não tem*

um homem a quem ela dedica todo seu amor, então acho que essa é a diferença. (Bianca, Cor Parda, 40 anos, Praça das Árvores)

Esse trecho da fala de Bianca, que escolheu o poético codinome “Gardênia” para falar sobre sua personagem, descreve de forma quase literária as duas mais significativas descobertas, para o objetivo deste trabalho, em relação às prostitutas da Luz: primeiro, a delicada relação entre como elas agem e acreditam ser vistas na vida pessoal e na vida profissional; e em segundo lugar, a expressão desses dois âmbitos em termos de territorialidades.

Em síntese, Bianca explica: Gardênia desabrocha durante o caminho de ônibus para o trabalho. Surge a mulher que tem vários parceiros sexuais, que sabe ser amorosa, carinhosa, desinibida e humilde para fazer “o que tem que fazer” e oferecer o que seus clientes buscam. Contudo, ela também deve estar pronta para se defender, provavelmente da iminente violência que ronda seu dia-a-dia. No entanto – justifica-se ela para a entrevistadora – a incorporação dessa personagem não implica mudar o caráter nem tornar-se vilã: Gardênia e Bianca são duas facetas de uma mesma mulher.

Nesse jogo entre a esfera privada, em que assumir a prostituição é um tabu, e a esfera profissional, onde se despem os preconceitos, o trajeto no transporte público é o movimento que chega até o último limite da fronteira entre as duas vidas. Somente quando descem do ônibus, do metrô ou do trem – e são bem precisas para definir que é nesse momento – elas se sentem de fato na *batalha*²³. Esse percurso concreto e simbólico da casa ao trabalho, e vice-versa, vincula a entrada e saída do contorno do *pedaço* também à encarnação ou desencarnação da personagem, como se evidencia no seguinte relato:

Outro dia peguei o trem, a linha amarela, o metrô, eu desço, tô sem o dinheiro do metrô... entra uma muié "nossa! a Luz tá ruim pra programa, hein?". Botei os dois fone de ouvido no ouvido, sabe? Aumentei até o volume do celular, fiquei bem assim... e todo mundo olhando pra cara dela, e eu... nem tchum. Daí quando eu desci ela desceu na mesma estação. Ela: "nossa, você não dá palavra com ninguém". Eu digo: "rapaz, vou te dizer pra tu: desde quando eu vou pro ponto pegar condução esse lugar pra mim é morto. Não existe. Nem conheço, não sei nem onde é, nunca passei por aqui." [...]

Aí eu peguei falei pra ela “na tua terra condução é lugar de se falar disso aí?” Eu quase perguntei pra ela, sabe? "Você acha que tá certo isso aí? Rapaz, quando a gente sai daquele local ali... dentro de qualquer condução a gente é outra pessoa." (Meyre, Cor Preta, idade s/e, Praça dos Bancos)

²³ Expressão usada pelas prostitutas desde longa data para se referirem ao seu trabalho.

Entretanto se, por um lado, há certa tendência das entrevistadas salientarem a construção da personagem apenas como uma necessidade para conseguirem cumprir seu trabalho, por outro, Tatiana complementa que interpretar também permite assumir comportamentos e ocupar lugares que são proibidos ou mal vistos fora daquele contexto:

- *No nosso dia a dia de cidadão, a gente não vai sair por aí seduzindo todo mundo. [risos] A gente não pode, mas, assim, enquanto Tatiana, ali naquele espaço que eu sou Tatiana, então, eu posso me colocar daquela forma.*

- *Entendi.*

- *Você entendeu? Dentro daquele espaço. Saí dali, eu sou outra pessoa. Então, eu tenho que montar e desmontar o personagem todo o tempo, mas eu empresto pra Tatiana o que é meu. Acho que é como um personagem mesmo. (Tatiana, Cor Preta, 40 anos, Avenida)*

Essa mesma indicação, aliás, aparece nas entrelinhas do próprio relato de Bianca quando ela diz que a extrema timidez dela com os homens se dilui quando ela assume a personagem Gardênia, e então ela se permite ter parceiros sexuais, enquanto na vida pessoal “*na casa dela não vai homem*”.

Tal mudança acontece também com os homens, naquele espaço em que assumem o papel de clientes: Suzy relata que alguns amigos seus, para quem contou que se tornara “*garota de programa*”, pagaram para “*comê-la*”, sendo que antes ela não “*daria*” para eles: “*uma coisa é lá dentro, outra coisa aqui fora*”. Ana passou pela mesma situação com um ex-colega de empresa, que a encontrou por acaso na boate em que ela trabalhava e declarou: “*Desde aquela época eu queria te pegar, agora eu vou poder!*” *Aí nós fomos pro quarto, fiquei uma hora com ele*”.

Uma mesma pessoa pode, além disso, comportar-se de acordo com as regras de “dentro” ou de “fora” do *pedaço* de acordo com seu objetivo naquele espaço naquele momento (PERLONGHER, [1987] 2008). Trata-se, portanto, de um limite espaço-temporal. Juliana (Juliana, Cor n/d, 55 anos, Avenida) e Samanta (Samanta, Cor n/d, 70 anos, Avenida), por exemplo, vivem em ocupações do movimento social dos sem-teto que ficam na mesma rua em que trabalham. Para Juliana, é a fronteira espacial do prédio para dentro que delimita seu posicionamento; para Samanta, é principalmente o horário do dia – como se vê, nos recortes abaixo:

- *E na ocupação eles permitem que vocês façam programa lá, ou não?*

- *Não. Lá tem que ter respeito. E mesmo que permitisse também eu não levaria, né? Eu tenho meus neto, então eu tenho que [me] por no meu lugar. (Juliana, Cor n/e, 55 anos, Avenida)*

Bar eu quase não frequento, porque lá só rola o que não presta. Para mim, não serve. [...] Eu fico até umas sete, oito horas. Para mim, já é tarde. Porque eu tenho muito medo, porque eu tenho oito anos ali, e graças a Deus, nunca aconteceu nada comigo porque eu tenho o meu horário: é de dia, é dia. De noite, para mim, pode correr milhão, para mim não representa nada porque eu não sou ladrona, eu não ponho remédio para ninguém, eu não uso droga. (Samanta, Cor n/e, 70 anos, Avenida)

Já Isadora fica hospedada dentro do prédio em que trabalha e, quando está em São Paulo, “vive em função do prédio”. O mesmo quarto onde faz programas é como se fosse sua casa a partir das 18h30 ou 19h.

- Você trabalha quanto tempo por dia? como é que você separa o momento de trabalho e o momento que, não, eu tô aqui dentro do prédio, mas eu não tô trabalhando? ou isso não existe?

Ah, não, existe! Quando eu paro de trabalhar, tipo assim, eu paro às 19:00 hs, parei, parei; aí eu tomo meu banho, vou pro quarto, fecho a porta e só vou trabalhar no outro dia, aí eu parei, é como se eu estivesse em casa, pode chegar o cliente que for, eu não atendo mais, parei, parei. (Isadora, Cor Parda, 45 anos, Prédio Santa Ifigênia)

Da mesma forma, um homem pode passar na rua de manhã a caminho do trabalho, e no final da tarde ter encontro marcado com uma prostituta na mesma rua, de onde seguirão para algum dos hotéis, ou ficarão algum tempo em algum dos bares na calçada.

E qual a percepção delas a respeito de como são vistas pelos outros, de fora do pedaço?

As entrevistadas na faixa de 40 a 45 anos destacam a condição de donas de casa, boas mães, dedicadas a sustentar os filhos (Bianca, Adriana, Isadora, Tatiana e Juliana) – identidade que assumem perante a família e nas vizinhanças onde moram. Já na Luz apresentam-se como mulheres que oferecem carinho aos homens, mas também que precisam pagar as contas, “correr atrás” do sustento.

As mais velhas acreditam que sua imagem não está associada a papéis centralizados no lar. Com filhos criados e sem marido, Léa diz que no seu bairro é considerada “*senhora, mulher trabalhadeira, e ninguém me vê de outro jeito nem a pau!* [...] *eu sou tão bobinha, saio de casa de manhã, chego à noite tão cansada...*”. Carla, cujos filhos também já estão entrando na vida adulta, diz que sua imagem é positiva para todos, pois ninguém sabe que ela de prostitui e devem pensar que “*ela faz o que quer na hora que quer*”.

Finalmente Fernanda, com seus 18 anos, tem uma percepção muito particular relacionada à transição de sua condição de adolescente para a vida adulta: *“os meus amigos me tratam com muito carinho sabe? brincam e tal. E lá no meu trabalho não, eles [os clientes] me tratam mais como mulher, porque para minha família eu sou mais menininha e no trabalho sou mais mulher, entendeu?”*.

Em que pese a clara manifestação, nas falas acima, de contrastes geracionais nas representações das entrevistadas acerca do lugar em que são colocadas pela sociedade, vale considerar como outras variantes podem estar projetadas nessas imagens.

Léa e Carla, por exemplo, são da mesma geração, ambas com quase 60 anos de idade, e entendem ser vistas em um mesmo lugar de mulheres não ligadas às funções de mãe e dona de casa. Mas Léa, branca e de origem rural, acha que é considerada uma senhorinha que passa o dia todo trabalhando, enquanto Carla, negra e de origem urbana, acha que é tida como mulher descompromissada.

Por outro lado, Raquel, Fabiana e Cristina, de gerações diferentes, acham positivo o fato de parte de suas famílias e amigos saberem que elas são trabalhadoras sexuais, e acreditam que sua imagem não foi desabonada. Mas contam apenas para pessoas muito bem selecionadas.

Ana vive muitos conflitos em relação a ser prostituta, relatando ao longo da entrevista muitas situações em que correu o risco de ser descoberta por seus amigos e familiares. Embora até vislumbre a possibilidade de ser compreendida por algumas pessoas, o que mais a preocupa é a vergonha que isso lhe causaria.

As entrevistadas, aliás, são unânimes sobre o profundo estigma social e humilhação social que enfrentam, inclusive por parte de seus clientes, conforme indicado na apresentação das percepções sobre a prostituição, no capítulo anterior:

Acredito que a sociedade tem muito preconceito e te julga muito mal. Ah, você é garota de programa? Então você usa drogas, você transa com todo mundo sem camisinha, você, nossa você tem coragem de roubar e até de matar né? As pessoas julgam assim, então ser garota de programa é ser a pior pessoa da sociedade, você tem coragem de fazer coisa pior né? Elas te julgam assim, como um mau-caráter né?
(Cristina, Cor Branca, 38 anos, Prédio Santa Ifigênia)

[...] teve uma vez que uma outra sobrinha minha cabeça doida, que ela andou por aí [na Luz]. Mas era tanto comentário lá na vila! [onde ela mora] "Ah, tá lá na estação Luz, dando o rabo". Elas juntou lá... tem umas mulherada lá né, desse pessoal da invasão que queria bater nela, porque ela era prostituta. Todo mundo quer espancar prostituta, né? Como você tá vendendo seu corpo, comendo do seu rabo, os outros

quer te bater... os outro que não tá te dando nada, você é o lixo do lixo. (Carla, Cor Preta, 57 anos, Praça das Árvores)

Nunca foi uma mulher ali, de chegar assim, de família, que não seja do sexo e criticar: mas por que que você não faz isso? porque você não sai dessa vida? que não sei o que... Teve uma moça lá, uma bem mais idosa, que teve um homem que chegou nela e chamou ela, perguntou o preço, parecia que ia sair, daqui a pouco começou esculachar ela: Ah, mas você com essa idade? você não tem vergonha nessa cara não? A maioria que critica é homem, e não sai dali, não sai dali, fica ali passeando, olhando, a maioria tudo homem que critica; nem tá com mulher. (Adriana, Cor Preta, 40 anos, Praça das Árvores)

Por fim, é indispensável ao menos registrar a influência das religiões, sobretudo a católica e as neopentecostais, nas auto-representações depreciativas dessas mulheres.

[...] eu me acho um lixo; me considero, de verdade! Acho isso uma coisa tão suja! Porque eu acho que não tá certo – tô falando que o que eu tô fazendo tá errado. É comigo, meu, a minha relação com Deus. [...] Eu sou evangélica, eu já fui da igreja, então eu sei que tá errado, acho feio, não gosto, mas esse não gostar não tem nada a ver com fulana fazer ou não fazer ou até mesmo eu fazer. Não acho certo. Não me sinto bem, faz mal pra minha saúde – minha saúde, quer dizer, sociedade. A sociedade só critica, só mete a mão, quer dizer, aqui é feio, aqui no prédio é feio, mas lá no gabinete da prefeitura é bonito, lá tá cheio. (Suzy, Cor Preta, 48 anos, Prédio Santa Ifigênia)

Não sigo religião, porque eu acho que, quando você está num caminho errado, fica difícil para você realmente seguir um... mas eu nasci na Igreja Católica e sou católica. Então, tenho Deus no coração. Então, nunca vou abandonar a minha religião. (Raquel, Cor Parda, 51 anos, Praça das Árvores)

7.4 Os pedaços do pedaço: territorialidades e interseccionalidades projetadas no espaço

Aprofundando a discussão a respeito de territorialidades, é importante considerar a relação entre as *partes* e o *todo* do que chamou-se de *pedaço da Luz*. Este *todo* pode ser decomposto sob diferentes recortes, em subgrupos de sujeitos que formam novas *totalidades*, porém continuam sendo frações do conjunto mais abrangente.

Com esse argumento quero dizer que a totalidade em análise na presente pesquisa – “*pedaço da Luz*” – é entendida como um universo heterogêneo formado por indivíduos/sujeitos sociais dinâmicos e multifacetados. Das fronteiras para dentro, há outras demarcações simbólicas delineando subgrupos cujas distintas relações e posições perante os demais são traços mais detalhados da identidade geral que distingue quem é e quem não é do *pedaço*. O trecho a seguir, de uma das entrevistas, traduz isso muito bem:

É, eu acho que ali, no geral, a gente tem o mesmo perfil. Todas nós temos o mesmo perfil. Pode ter uma coisa ou outra diferente, vamos

colocar: a garota que fica, que trabalha no bar, por exemplo; então, ela tem ali uma disposição de conversar com o cliente, de tomar uma cerveja com o cliente, porque ela gosta e tem aquele cara que gosta de tá no bar e que gosta de tomar alguma coisa e quer a companhia da garota! [...] Então, a garota tá ali pra isso: pra tomar a cerveja dele e também ter o cliente dela. Eu acho que a única coisa que pode diferir é isso, porque no geral a gente tem o mesmo perfil. [...]

Se chegar uma garota que faz programa com deputado, ela não tem o perfil de uma garota da Luz, da forma que ela se comporta, que ela se veste, o preço que ela vai cobrar. Então, se eu vestir uma roupa diferente, pra mim é diferente, quiser fazer um personagem diferente, a pessoa vai ficar em dúvida: “Será que ela faz programa?”, mas na hora que eu encostar no hotel, vou estar um pouco diferente, mas ela faz programa e o que difere ali é só o local que a pessoa, que a mulher se sente mais à vontade de trabalhar, por qualquer motivo. (Tatiana, Cor Preta, 40 anos, Avenida)

No âmbito das relações, essas demarcações são definidas por trilhas e outras referências espaciais onde os sujeitos transitam, se encontram, se evitam, se estabelecem, intensificam ou impedem fluxos de trocas. Enquanto no tocante às posições diante dos outros, as divisões baseiam-se em classificações êmicas que denotam diferenciações comportamentais e sociais.

Analogamente ao caso dos michês, quando as prostitutas se deslocam entre a rua e os prédios de prostituição; entre diferentes pontos na rua; de um prédio a outro, ou entre os andares de um mesmo edifício, elas seguem suas disposições pessoais, ou seja, seus interesses racionais e subjetivos: consideram-se como critérios os atributos dos clientes, a afinidade com as colegas e “tias”²⁴, ou as regras do lugar.

Em contrapartida, os movimentos também podem ser barrados ou reorientados em função das relações com outros sujeitos. É comum que conflitos pessoais com uma colega ou cafetina impeçam o trabalho em toda uma rede; que o encontro com um vizinho ou conhecido obrigue a uma mudança inesperada de ponto; ou que determinada forma de trabalho simplesmente não seja condizente com sua vontade.

Mas junto à força das disposições pessoais, existem as disposições sociais, que influem nas experiências desse mesmo sujeito em função dos marcadores sociais a ele atribuídos e dos significados que o grupo constrói em torno desses marcadores. A análise interseccional é uma ferramenta para desvelar tais significados e, assim, captar como as

²⁴ Apelido pelo qual são chamadas as cafetinas que intermediam a relação entre as trabalhadoras sexuais e as donas do estabelecimento. As tias a priori são responsáveis por controlar o pagamento da diária, acompanhar a “produtividade” das trabalhadoras e regular seus comportamentos, mas também podem atuar como aconselhadoras, ajudar na mediação de conflitos com clientes, e defender interesses das mulheres sob sua supervisão junto à cafetina.

desigualdades de poder internas ao grupo se expressam nas vivências e percepções de seus membros.

7.4.1 Cotidiano de trabalho

Analisando as anotações de campo e os relatos das entrevistadas sobre o cotidiano delas em diferentes pontos do pedaço da Luz, notam-se claras diferenciações dos “códigos-territórios” dentro desse espaço – noção também trazida por Perlongher, para definir situações em que o deslocamento espacial implica mudanças no espectro do código e, conseqüentemente, reposiciona os indivíduos perante ao grupo.

O cotidiano de trabalho é a dimensão fundamental em torno da qual se expressam vivências ligadas aos *códigos-territórios*, distinguindo os pontos de rua entre si e em relação aos prédios de prostituição.

Começando pelo Parque da Luz, há duas gerações de trabalhadoras: uma na faixa dos 35 a 45 anos e outra na faixa de cerca de 60 a cerca de 70 anos. A maioria delas trabalha de terça-feira a sábado, começando por volta das 10 horas da manhã até o fechamento do parque, às 5 da tarde. Em dias de bom movimento, chegam a atender quatro ou cinco clientes, cobrando uma média de R\$ 30 por programa, mas às vezes, segundo dizem, não conseguem nenhum cliente e acabam no prejuízo, pois precisam pagar o transporte e a refeição. Os domingos e as segundas-feiras são reservados à vida pessoal ou a trabalhos complementares, geralmente de faxineiras.

As mulheres da geração mais antiga do parque são discretas, usam roupas despojadas e geralmente pouca maquiagem. Podem tranquilamente passar despercebidas pelos visitantes desavisados. Já a geração entre 30 e 40 anos tem três perfis: o primeiro é de mulheres recatadas assim como as mais velhas, mas que são mais arrumadas e maquiadas – usam sapatos com salto, roupas elegantes, e cabelos impecáveis. O segundo grupo é um pouco mais ousado: vestem blusinhas justas e calças *legging* ou jeans, e se maquiam com batons destacados. E um terceiro grupo adota o clássico estereótipo estigmatizado como perfil do “baixo meretrício”: maquiagem carregada, roupas extravagantes, como vestidos super curtos e decotados, calças justas com tops e salto, ou até algumas apelam com seios à mostra e saias sem calcinha por baixo.

Mas é indispensável considerar que, se por um lado os adjetivos usados nas descrições possuem uma correspondência com as observações em campo e com as classificações construídas pelas próprias trabalhadoras sexuais, por outro eles foram inevitavelmente traduzidos pelo meu filtro de mulher de classe média, não prostituta, e pesquisadora.

A correlação entre esses códigos e a divisão dos usos do espaço dentro do parque é de difícil apreensão. Nota-se que o local mais cobiçado como *ponto* é a alameda principal que passa em frente ao coreto e à casa de chá, onde todos os bancos são ocupados e demarcados por alguém, geralmente da geração mais jovem. Mas há mulheres distribuídas por todo o parque e no lado de fora, próximas à entrada principal. É comum encontrá-las em duplas ou trios conversando, ou sozinhas quando estão disponíveis para a aproximação de clientes.

Contrariando a ideia de convívio harmonioso que todas declaram nas conversas formais, sabe-se que há cafetões e cafetinas; que muitos parceiros ficam observando suas esposas, seja para protegê-las, seja para controlá-las; que não basta chegar de um dia para outro e começar a se prostituir dentro do parque; e que há disputas por áreas de atuação de cada uma. Captei diversas situações que insinuaram esses contextos em diálogos informais. Porém é tudo extremamente velado, com algumas poucas aberturas de quem se dispõe a falar.

... uma que olha pela outra, mas é desse jeito, teve um tempo atrás que eu soube que tinha do outro lado da Praça umas três moças que tinha um cafetão e dizem até que ele batia muito nelas [...] e essas moças nunca mais vi elas, não sei se é porque elas eram de boate, tava ruim na boate e foram pra lá com o cafetão delas né? mas ali que eu saiba, dentro da praça não tem cafetão, nem cafetina, a gente não dá dinheiro para ninguém não. (Adriana, Cor Preta, 40 anos, Praça das Árvores)

Finalmente, outros públicos fazem parte do cotidiano no Parque da Luz e interagem direta ou indiretamente com as trabalhadoras sexuais. O que não se vê, definitivamente, são usuários de drogas ou pessoas em situação de rua, cena que foi comum por ali há não muitos anos.

Na Pinacoteca do Estado vão estudantes e adultos de classe média/alta intelectualizada, sobretudo aos fins de semana; mas o prédio é praticamente um mundo à parte de toda a região. Como fica de costas para o parque, ele possui uma área de estacionamento isolada e um portão de acesso direto ao edifício.

Já nas alamedas, em todas as visitas vi alunos de colégios particulares da região, casais de adolescentes e adultos namorando nos bancos, muitos homens sozinhos, bem como homens e mulheres adultos fazendo atividades físicas, entre eles vários coreanos,

da comunidade existente no bairro do Bom Retiro. Além, é claro, das prostitutas fazendo *trottoir*. E eventualmente alguma travesti perto do lago²⁵.

O cotidiano e os códigos dentro do parque e nas ruas do entorno durante o dia são parecidos: as trabalhadoras chegam por volta das 10:00 ou 11:00 horas da manhã e ficam até o final da tarde, ou no máximo às 19:00 ou 20:00 horas. De forma geral, as mulheres mais velhas dominam o espaço do corredor dentro da estação de trem, e as mais jovens ocupam a calçada esquerda da avenida Cásper Líbero.

Imagem 1: Estação da Luz, Parque da Luz e Pinacoteca do Estado

Da esquerda para a direita, vê-se o arco sobre a passagem que liga a Rua Mauá ao Parque da Luz, algumas árvores do parque e a lateral do prédio da Pinacoteca do Estado.

Fonte: Acervo pessoal, 02/2008

A segmentação dos pontos de prostituição de acordo com a raça/cor das mulheres chama a atenção, pois dentro do parque há bem menos prostitutas de cor preta do que na rua. Porém, dependendo das relações estabelecidas com as prostitutas mais antigas, algumas trabalhadoras circulam durante o dia entre o parque e a estação, entre a estação e a avenida, ou entre os três pontos. Outras se fixam em apenas um local, seja por escolha própria, seja por conflitos territoriais.

eu fico mais ali embaixo daquelas árvores ali, dou uma voltinha na Praça, depois sento um pouquinho e depois dou uma voltinha, porque meus clientes sabem onde é que eu fico né? (Débora, Cor Preta, 48 anos, Praça dos Bancos)

²⁵ Diário de Campo do dia 10 de novembro de 2016.

...não porque as meninas me aceitaram de imediato, não. De jeito nenhum. Se não fosse uma e outra menina que “Não, eu conheço ela”, eu não ficava. Não ficava mesmo. Então a gente tem a Cásper Líbero: a gente tem a calçada do metrô e a gente tem a outra calçada. Então, é tudo setorial. E a gente tem a Estação, que são as mulheres que estão ali há mais tempo. Então, elas que determinam quem vai ficar ali ou não. [...] (Tatiana, Cor Preta, 40 anos, Avenida)

Minha querida, eu não tenho paradeiro, eu não paro pra ficar parada num canto, a não ser que eu tô conversando com alguém, eu tô olhando alguma coisa ali, igual na estação eu paro ali, mas se caso eu entrar ali pra conversar com alguém, eu tô ali, eu dou minhas voltinhas no parque, muitas vezes na rua [...] (Léa, Cor Branca, 59 anos, Praça das Árvores)

- Você fica na Estação também ou só no Parque?

- Também fico, não tenho problema nenhum com as meninas da Estação. Também fico na Estação. Só que, como eu estudo à noite, é meio difícil. Normalmente durante o dia, eu fico lá na praça e vou embora. Mas, às vezes, eu paro na Estação durante o dia também. (Raquel, Cor Parda, 51 anos, Praça das Árvores)

Mas a partir das 17h, junto com o fechamento do parque, rearticula-se toda a dinâmica da rua Mauá e avenida Cásper Líbero: algumas mulheres do parque vêm para a calçada da Praça da Estação conversar com as colegas que passaram o dia ali, ou tentar ganhar mais algum cliente; do outro lado da avenida, em frente aos bares, a calçada se enche de homens, que param para tomar cerveja com garotas em geral mais jovens e usuárias de crack; na porta da estação vão encostando as travestis, e mais à frente no paredão ficam também usuárias de crack.

As ruas ficam agitadas enquanto o vai e vem de trabalhadores e trabalhadoras se dirige às estações de trem e metrô, e é nesse horário que muitas prostitutas também vão para casa. Conforme escurece e o fluxo vai diminuindo, os códigos de reconfiguram mais uma vez: ficam somente as travestis e as trabalhadoras da noite, que podem se vestir com roupas mais ousadas, usar maquiagem mais pesada, beber, e ser mais explícitas na abordagem de clientes. O ambiente também fica mais tenso e por isso muitas mulheres preferem ir embora:

Por que eu vou embora cedo? Que eles quer, às vezes, um dinheiro, a gente não tem, é perigoso dar até um trem [droga] pra gente. Então, eu não fico à noite. Eu fico até umas sete, 8 horas. Para mim, já é tarde. Porque eu tenho muito medo, porque eu tenho oito anos ali, graças a Deus, nunca aconteceu nada comigo porque eu tenho o meu horário: é de dia, é dia. De noite, para mim, pode correr milhão, para mim não representa nada porque eu não sou ladrona, eu não ponho remédio para ninguém, eu não uso droga. Então, para mim, ali de noite não serve. (Samanta, Cor n/e, 70 anos, Avenida)

As usuárias de crack, que em sua maioria vivem nas ruas ou nos hotéis da região, permanecem nos *botecos* da esquina da rua Mauá com a avenida Cásper Líbero, geralmente controlados por traficantes. São jovens na faixa dos 20 a 35 anos, que diferentemente da ideia de desleixo à qual são associadas, arrumam-se para conquistar os homens.

Não é possível falar exatamente que elas tenham uma rotina de trabalho, pois fazer programas, para elas, é uma condição atrelada ao contexto de uso da droga. Uma usuária definiu bem essa diferença, ao se definir:

– Eu não sou profissional do sexo, porque não tenho profissionalismo. Elas [referindo-se às que ficam do outro lado da rua] sim têm toda uma técnica de como tratar o cliente. Eu quero só dinheiro para comprar droga²⁶.

Também há aquelas que roubam os clientes, sob o pretexto de fazer programa. Os relatos tanto das usuárias quanto das não usuárias dão conta de que quando algum homem não é bem visto, elas o empurram para as garotas que são conhecidas por roubar. Em contrapartida, quando se trata de um bom cliente, ele é protegido para não se aproximar dessas garotas.

- aquela coisa né? você está lá na Rua Mauá, chega, por exemplo, você um carinha bem arrumado e não sei o que, tá lá com a carteirona, põe em cima da mesa, aquele monte de dinheiro na carteira e aí as meninas estão ao redor e aí o que você vai fazer? vai jogar sua sensualidade para atrair o cara e pegar o dinheiro dele, a malandragem, as “noinhas” mesmo já têm a má intenção de roubar o cara, aí a outra que já saiu com o cara e sabe que ele vai pagar tudo pra ela, o cara é legal, o cara trata ela bem e tal, e ele ainda paga uma extra pra ela, uma coisa assim, o que ela faz? ela não vai deixar o cara ser roubado, ela vai esse aqui não, não só tava olhando, não, sai daqui sua filha da mãe, você vai pegar um otário, um que merece passar por isso, mas esse aqui não! (Simone, Cor Branca, 36 anos, Rua)

O crime organizado é o mais forte influenciador na definição das territorialidades, aparecendo quando há rupturas na ordem estabelecida, como no caso relatado a seguir:

- E tem briga por espaço? Assim...
- Não, só uma tal de XXX lá que queria ser dona do espaço. [...] Ela fez uma confusão danada... diz que ia cortar o rosto da menina, e que a menina fosse, e se eu fosse tirar a menina, separar, que ela passava a faca em mim. [...] foi até os cara da boca. Ele falou um monte pra ela: "eu conheço ela aqui, conheço essa aqui, a morena [Meyre], ela sempre foi de ficar quieta no lugar dela. Você tem pouco tempo que tá aqui, tá caçando essas confusão com as pessoa. E que aval que você tem pra dizer que vai cortar o rosto das pessoas? E vai cortar a

²⁶ Diário de Campo de 20 de novembro de 2016.

peessoa, vai furar?". [...] O homem olhava pra mim, eu olhava pra cara do homem, [ele] disse [para a XXX]: "Você tá chegando aqui, tá mexendo com ela. Você vai ficar lá embaixo, que elas vão ficar aqui, nem olhe pra elas, não. Porque senão você vai ver que vai acontecer. Ela: "tá". Agora já tá voltando de novo, num tem jeito, não. (Meyre, Cor Preta, idade s/e, Praça dos Bancos)

Mas há disputas consideradas normais dentro dessa ordem, nas quais eles não se envolvem, como o conflito das mulheres consideradas “profissionais do sexo” com as “nóias”, que são usuárias de crack desprestigiadas dentro da própria comunidade de usuárias. É o que demonstra o depoimento de Simone, que é usuária:

- [...] um traficante estando ali de cafetão da menina, pra ele já é bom, o sexo, o sexo e a droga, então ele já tá ganhando bem ali entendeu? isso acontece e muitas meninas já são pilantras, muitas profissionais do sexo de verdade não gostam de ficar perto, elas dão umas bicudas, elas se batem mesmo porque? porque elas conquistaram o espaço, elas são profissionais do sexo e até um tempo atrás queriam colocar como profissão, elas têm como esse direitos né? então conclusão, essas que levaram a sério, elas arrebatam essas nóias, essas que aparecem, porque? acaba sujando a imagem delas [...] eu lembro quando eu cheguei ali, eu encostei num lugar e chegou uma do nada e ela bateu no meu peito, feito uma louca, aquela cara pintada, os olhos tortos, toda virada, não sei como ela aguenta né? porque querendo ou não ela é uma guerreira, ela merece um troféu, porque a vida delas não é fácil, todo dia não é fácil e também não é fácil pra mim [...] (Simone, Cor Branca, 36 anos, Rua)

Outras formas de hierarquia, ainda, se estabelecem à margem do tráfico e de forma tênue, como no caso relatado por Tatiana sobre uma colega que a ajudou a mediar a relação com uma cafetina que não queria deixá-la trabalhar no ponto:

fui buscar ajuda de uma que já me conhecia de 20 anos atrás, realmente ela ia, ela conversava, ela discutia e [quando] ela virava as costas, a danadinha lá ia brigar comigo de novo. "Você pode me chamar" e eu me valia disso! [...] "Pô, conversa com ela, por favor! Vocês se conhecem há muito tempo; você me conhece há muito tempo, quem sabe ela não entende e tudo?" e, de fato, ela foi algumas vezes sim, conversou com a outra moça, mas não teve resultado. Só que isso começou a ficar uma coisa que realmente, eu cheguei e falei: "Olha, tá aqui um almoço pra você", "Obrigada", "Você saiu de onde você estava pra me ajudar numa situação". Então, uma mulher de, seguramente, 70 anos, que eu sei qual o trabalho dela ali, que às vezes chega no fim do dia, e realmente não tem o que comer e ela me assistiu numa dificuldade minha. Só que isso [pedir o almoço] começou a ficar usual, até que eu comentei com o meu companheiro, daí todo dia ele me ligava: ele ficava me monitorando o dia inteiro, porque a gente nunca sabia o que ia acontecer. Aí, eu falei: "Hoje, a fulana de tal me pediu dinheiro, eu não dei". "De novo?!". Aí, ele veio, conversou com ela, desde então ela nem olha pra mim, mas, assim, é uma pessoa que eu sei que eu tenho que tomar cuidado com ela. (Tatiana, Cor Preta, 40 anos, Avenida)

Interessante destacar que a desigualdade de gênero, no que esse caso indica, é mais forte do que o fato de a mulher estar lá trabalhando há 20 ou 30 anos, pois quando o companheiro de Tatiana entrou na história, a ex-colega pelo menos temporariamente se intimidou.

Por fim, os dois prédios ocupam lugares muito parecidos na expressão dos códigos: ambos funcionam das 9:00 h às 21:00 h todos os dias, e algumas mulheres moram nos apartamentos, o que é uma prática comum em várias casas de prostituição. Cada andar tem um/a dono/a, que por sua vez contrata uma “tia”²⁷ com a função de gerenciar o dia-a-dia – controlar os pagamentos, o tempo de cada programa, a produtividade, etc. Mas a relação das “tias” com as “meninas” muitas vezes envolve laços de proteção e acolhimento.

A priori qualquer mulher trabalha nos horários e dias que quiser, e claro que essa relação não está isenta dos conflitos presentes em todos os contextos de trabalho norteados pela lógica do lucro: por exemplo, às donas

interessa ter mulheres para atender mais clientes ao mesmo tempo e receber mais diárias, às trabalhadoras interessa ter menos concorrentes para atenderem mais clientes. No meio desse jogo, as “tias” podem defender ou prejudicar as trabalhadoras.

[...] o que é meu é meu, o que é de César é de César. Agora, eu não posso dar “ave, César” e ficar sem nada. [risos] Então, eu faço assim: eu divido fixo, eu não consigo fechar, eu não divido o meu dinheiro. Domingo: domingo foi o único dia que eu consegui fazer 100 conto. É 100 dela [tia] e 100 meu. Eu não vou dar 120 [valor da diária] pra ela e vou ficar com 90 (sic). Então, eu costumo dividir [no final do dia], eu não costumo dar o [dela] primeiro.

- Você consegue chegar nesse acordo ou dá briga, dá estresse?

- Não [chego em acordo], mas não dá briga. Não dá briga porque a tia que cuida lá, ela já me conhece há muitos anos, mas a outra [dona do andar] que fica buzinando, eu já discuti com ela essa semana [...]
(Suzy, Cor Preta, 48 anos, Prédio Santa Ifigênia)

O programa básico, de no máximo 15 minutos de duração, custa o mesmo valor cobrado na rua e no parque, porém pela metade do tempo; a trabalhadora recebe diretamente do cliente, e repassa a parte da “tia” até ter pago o valor da diária. Atingido

²⁷ No contexto dos prédios, “tia” é uma forma de tratamento para se referir a essa pessoa que intermedia a relação entre a dona do andar e as mulheres que trabalham nele. Numa empresa, seria o equivalente ao chefe direto, com quem o trabalhador tem uma relação cotidiana e muito mais próxima do que com o presidente/proprietário.

esse valor, os demais pagamentos ficam integralmente com a trabalhadora. Negociações de valores são feitas diretamente entre o cliente e a prostituta, sem interferência da “tia”.

Cada andar tem dois apartamentos, sendo cada um deles dividido em uma espécie de antesala, diversos quatinhos com cama de casal, e um só banheiro com chuveiro. As trabalhadoras, porém, ficam nas escadas e nos corredores de cerca de 3 metros que separam os apartamentos, interagindo com os homens que sobem e descem à pé ou vêm direto pelo elevador; os limites de espaço são devidamente marcados por linhas fictícias.

As mulheres, independentemente da idade, vestem apenas trajes eróticos que vão desde lingerie, biquínis, cintas-ligas e fantasias, até vestidos translúcidos sem nada por baixo ou apenas calcinhas fio dental. Essas roupas têm também uma funcionalidade para além de excitar os homens: agilizam o tempo de programa.

Por outro lado, estar *montada* atrapalha a saída para a rua depois de iniciar o expediente, então muitos vendedores atendem diversas demandas lá dentro, ofertando comidas, bijuterias, roupas, cosméticos, remédios, e uma infinidade de badulaques. Elas só saem quando combinam de pernoitar ou passar algumas horas com certo cliente em hotel, motel ou outro local.

Em todos esses aspectos o Prédio Santa Ifigênia e o Prédio Alameda são iguais. Mas há também dessemelhanças entre eles, e internamente entre os andares.

O Santa Ifigênia é administrado por um grupo de mulheres e pareceu um ambiente menos tumultuado em todas as visitas realizadas²⁸, principalmente pela ausência de música e pelos espaços mais amplos. Um dos andares é considerado como o andar do “arrastão”, onde há alta rotatividade de mulheres e reclama-se dos mesmos problemas dos bares da Luz: roubos e enganação de clientes.

[...]lá pra cima é mais tranquilo, mais pra baixo, as meninas, igual lá do [xxx] andar as meninas trabalham no arrastão pega o cliente arrastando entendeu? tem umas lá que ainda dizem que roubam sabe? geralmente tem confusão, tipo assim você entra com um preço e quando chega lá e as meninas faz o cara pagar outro preço, mas geralmente é lá no [xxx] andar, agora lá pra cima é mais tranquilo, porque é as mesmas mulheres, então é bem mais tranquilo, entendeu? (Isadora, Cor Parda, 45 anos, Prédio Santa Ifigênia)

No Alameda, a maioria dos cafetões e administradores são homens, e diversos elementos criam uma atmosfera frenética: as músicas em altíssimo volume, que se misturam entre os andares e chegam ao outro lado da rua; a quantidade de trabalhadoras

²⁸ Caderno de campo

e clientes em trânsito nos corredores e escadas; os pequenos botecos montados nas antessalas dos apartamentos, onde se vende cerveja; a visível precariedade das instalações, como relata Ana:

(No prédio) são pequenos quartos e é muito rápido, são 15 minutos mas às vezes o cara fica 5 ou dez minutos. Só que assim: não troca lençol, é uma coisa meia bagunçada, suja, não tem lugar pro cara tomar banho, como tem nas boates, é meio desorganizado; dá para ganhar dinheiro? dá, mas é meio sujo o lugar, o ambiente né? Aquele 'lava rápido' que fala, bem rápido sabe? [...] (Ana, Cor Branca, 33 anos, Prédio Alameda)

Lá não se fala em andares considerados como redutos das usuárias de drogas, como no Santa Ifigênia, mas usar drogas é uma prática comum.

[...]tem menina que usa ali pra ter o dinheiro para se drogar, tem muitos que fazem isso né? usam só pra isso, às vezes é uma dependência. (Ana, Cor Branca, 33 anos, Prédio Alameda)

- E tem uso de drogas lá dentro?

- Tem,

- Como que é?

- Eu acho que tem bastante, assim tipo, não é exposto, mas você sabe que tem, muitas meninas usam maconha e daí lá no prédio as tias não autorizam, então elas ficam na frente, lá na rua fumando. E aí você percebe quando a pessoa usou cocaína e tal, essas coisas e algumas falam também que usam, mas lá tem bastante (Fabiana, Cor Branca, 18 anos, Prédio Alameda)

Os temas da violência e do uso de drogas serão discutidos à parte na análise sobre cuidado e itinerários de saúde, pois tratam-se de dois eixos centrais na percepção de risco das prostitutas sobre sua atividade, trazidos e enfatizados em todas as entrevistas.

A análise das territorialidades evidenciadas pelas entrevistas e observações, e apresentadas ao longo desse capítulo, aponta a interseccionalidade entre os marcadores sociais de raça/cor, geração e escolaridade²⁹ como fator de restrição à mobilidade das mulheres entre os códigos-territórios.

Diretamente vinculados a esses marcadores há comportamentos que conferem prestígio às mulheres dentro do *pedaço*. O ideal esperado, comum à rua, ao parque e aos prédios, é o da mulher que não abaixa o preço do programa, não usa drogas nem se junta

²⁹ O nível de escolaridade foi adotado como fator para estratificação de classe social das entrevistadas. Essa correlação é validada por uma série de estudos que demonstram a relação entre a falta de acesso à educação formal e a perpetuação da desigualdade social. Ver GUZZO, & EUZEBIOS FILHO, 2005.

às usuárias de crack, não tem cafetão, é discreta, não rouba, não fica nos bares, *nunca* faz sexo sem camisinha, e não tira clientes das outras.

- [...] A gente sabe que o roubo, que o consumo de droga, o uso de droga ali [no paredão da estação], o comportamento das meninas, tanto dos travestis como as garotas, não são todos claro, mas a gente sabe que predomina ali é o uso de droga e roubo. Eu não quero tá vinculada a isso de forma nenhuma e, assim, a pessoa que trabalha ali, ela já se coloca de uma forma que, meu, denigre muito a mulher. (Tatiana, Cor Preta, 40 anos, Avenida)

Mas essas representações e as justificativas que as acompanham revelam mais sobre os atos inconfessáveis que fazem parte da realidade cotidiana, do que sobre as regras em si. Geralmente algumas condições se sobrepõem, e as decisões são tomadas com base nas possibilidades do momento. Se a mulher decide ir aos bares à noite por não ter feito clientes durante o dia, acaba convivendo com as usuárias de crack e entrando no código delas, por exemplo. Carla descreve outra situação clássica, que é quando se aceita o sexo sem camisinha:

Tem uns cliente que não quer usar [camisinha] de jeito nenhum. E às vezes a menina pode estar sei lá muito necessitada, dependendo daquele dinheiro mesmo, aí o cara fala assim "não, eu vou sair com você, mas eu não vou usar camisinha", aí tem umas que aceitam. E tem outras que não aceitam. Ou você vai ficar pensando assim "caramba! eu tô precisando, meu filho tá com fome, eu tô aqui o dia inteiro, não arrumei aquele dinheiro, tô devendo pra alguém... eu vou ter que transar com esse cara sem camisinha! (Carla, Cor Preta, 57 anos, Praça das Árvores)

Nessa hierarquia, as “nóias”, em sua maioria jovens de fora de São Paulo, com origem negra e pobre, que tiveram poucas oportunidades de escolha na vida, estão na pior posição, pois essa condição por si só as coloca no lugar de “não profissionais do sexo”, e sim criminosas que usam a situação do programa para roubar ou explorar os homens. Os espaços destinados a elas são estigmatizados entre as “verdadeiras profissionais do sexo” como locais onde não se deve ir – os bares e uma parte da calçada da estação de trem, no caso da rua, ou determinados andares, como foi observado no caso dos prédios. Enfrentam ainda a violência dos traficantes/cafetões.

Simone é usuária de crack, mas explica a diferença entre ela e uma “nóia”: ambas provavelmente recebem o mesmo valor por um programa, mas as “noinhas” querem na verdade uma oportunidade para furtar, enquanto ela faz o combinado, ganha o dinheiro justo:

[...] por eu usar droga e estar nessa situação que eu estou, não me dão muito valor sabe? não pagam tanto assim, então às vezes tem que fazer

muito para ter alguma coisa [...] como você vê eu sou simplezona e não sei como eles me olham, porque a maioria das profissionais do sexo se pintam, se maqueiam, põe roupa curtíssima e andam até pelada pelo meio da rua e eu não, tenho esse meu jeitão, de praia, sei lá porque eles se atraem por mim [...]

Mas essas outras são noinhas que por R\$ 5,00 dão uma chupada, R\$ 10,00 uma transa, sexo anal, R\$ 15,00, 20,00 vai, não sei, e de repente o cara “mosca” ela bate a carteira dele e leva, quer dizer, sujou a imagem da garota de programa, quer dizer não é garota de programa é uma ladra sexual, é uma sem vergonha. (Simone, Cor Branca, 36 anos, Rua)

No outro pólo, mulheres brancas, jovens e escolarizadas podem circular praticamente em todos os códigos, incluindo boates mais caras de fora do pedaço. Algumas preferem os prédios às boates por causa do horário diurno, que é considerado menos desgastante e mais compatível com uma rotina “normal” de trabalho. A rua, por outro lado, é um espaço muito temido por elas, pela percepção de exposição à violência e de ser a última opção disponível na carreira de uma prostituta.

[...] Sempre casa fechada, eu nunca trabalhei na rua, também não pretendo, acho muito arriscado, rua, site, Hotel, são coisas que prefiro evitar. (Fabiana, Cor Branca, 18 anos, Prédio Alameda)

[...] tem alguma boate, eu acho que assim, a gente se sente um pouco mais protegida, porque tem a pessoa que fica ali próximo aos quartos, o tio a tia do quarto que fica ali, que se a gente gritar tem alguém, agora na rua, eu nunca trabalhei e não trabalharia, porque eu entro no carro de um desconhecido, você não sabe pra onde ele vai te levar, se vai te levar pro motel, pra onde vai te levar, se vai te fazer algum mal, então eu acho que na boate você sente um pouco mais segura em trabalhar (Ana, Cor Branca, 33 anos, Prédio Alameda)

Eu só não me submeto a trabalhar na rua, não uso drogas de forma alguma, nenhuma, bebo socialmente, só, mas não uso nada de drogas, e assim não trabalho na rua, não gosto de trabalhar em boate também porque tem muita droga entendeu? (Cristina, Cor Branca, 38 anos, Prédio Santa Ifigênia)

As mulheres negras jovens ou com escolaridade mais alta conseguem frequentar o parque ou os prédios, mas realmente são minoria nesses espaços.

[...] vê se alguém tipo assim bahamas... na prostituição de luxo não tem mulher negra, e se aparece alguma por lá ela tem que ser muito chique, né? tipo assim novinha com tudo em cima ou ela tem que fazer strip-tease é igual tipo os travesti, trabalhando em show, faz strip, faz uma coisa... não geralmente pra se prostituir lá dentro. Então onde você acha mais mulheres negras é tipo aqui [na rua], é bem de baixa renda mesmo, condições bem mais inferior e pros cara chorar na cabeça [pedindo desconto]. É negra não merece XXX [prédio]. E já é um lugar... Até o XXX é um lugar que mulher negra não ganha dinheiro. Porque que você acha que eu não chego pra ser cafetina? Mas pra ser

traficante, ladra, ainda mais se ela for negra, né, porque é o trabalho que aparece pra ela. (Carla, Cor Preta, 57 anos, Praça das Árvores)

Então, eu já tenho o fato de ser negra. Então, o fato de ser negra, negra, raça negra, coloca a gente sempre em qualquer situação, em qualquer lugar menos, Isa. Menos. Então, quando eu, sabe, o homem é branco, ele é classe média, ele tem 30 anos, então o homem de 30 anos não para pra ficar admirando uma garota de programa. Se é um homem de 50 anos, sim. Ele vai olhar a mulher como mulher. (Tatiana, Cor Preta, 40 anos, Avenida)

As negras de origem pobre e baixa escolaridade são as que ficam mais restritas à calçada esquerda da avenida Cásper Líbero (caso de Meyre e Débora) e, logo, mais fixas a um código. São as que mais se aproximam da figura imaginária da prostituta-vítima: extremamente simples na forma de se vestir, olhares cismados de quem aprendeu com a vida a se defender de tudo, falam da prostituição, ao menos na entrevista, como um fardo que foram obrigadas a carregar.

A condição de classe é o ponto primordial para essa situação, mas me pergunto o que diferencia o lugar de Meyre e Débora em relação a Carla, também negra, pobre e com baixa escolaridade. Suponho que é a intersecção com a origem geográfica, pois Carla foi sociabilizada desde criança na metrópole, enquanto as outras duas foram crescidas em um Nordeste muito mais distante dessa realidade, econômica e culturalmente, do que é hoje.

As mulheres mais antigas na área – em geral brancas, mas de escolaridade muito baixa e acima de 60 anos – também têm um lugar mais restrito à passagem da estação de trem, mas têm a seu favor a autoridade conquistada com o tempo, que as torna respeitadas e possibilita sua circulação no parque e nos demais pontos da rua.

Interessante pontuar a questão de que se essa geração de mulheres brancas está ali há mais tempo, pois é um indicativo de que a partir de um dado momento a chegada das mulheres negras mudou o cenário existente.

Seguindo para o último capítulo, agora que foram descortinados os principais aspectos de como essas mulheres vivenciam e dão sentido à parte que lhes cabe na metrópole, torna-se fácil compreender como o tema das percepções sobre saúde e vulnerabilidade atravessa permanentemente esses códigos-territórios.

7.5 Percepções sobre saúde e vulnerabilidades

O eixo que suscitou inicialmente essa pesquisa foi a busca por compreender melhor como se produz a vulnerabilidade ao HIV/aids e outras IST em diferentes cenários de prostituição, usando como suporte a investigação das territorialidades.

Muitas vezes ao longo do trabalho utilizou-se a expressão “vulnerabilidade *ao HIV/aids e outras IST*”, ou somente “vulnerabilidade *ao HIV*”, a depender do contexto. Mas ao concluir que os códigos-territórios da prostituição na Luz são fruto de uma dinâmica complexa entre resistências, enfrentamentos, fragilidades e impotências frente a diversos riscos, como por exemplo a violência, passei a refletir a respeito da vulgarização do conceito de vulnerabilidade nos círculos de discussão sobre a aids.

Em 2003, dez anos após a publicação do livro onde se definiu a concepção de vulnerabilidade que viria a ser mais conhecida no campo da saúde pública (MANN, TARANTOLA & NETTER, 1993), constatava-se que grande parcela dos profissionais da saúde ainda não tinha familiaridade com ela (AYRES *et al.*, 2003, p. 117). Mas nos dias atuais, ao contrário, é difícil encontrar quem não tenha se deparado com algum debate sobre vulnerabilidade em seu cotidiano de trabalho, no âmbito da aids, ao passo que as ideias de grupo de risco e comportamento de risco gradualmente defasaram-se.

Essa mudança foi fruto principalmente da luta dos movimentos sociais engajados contra o preconceito (AYRES, 2016), mas também do aprofundamento dos conhecimentos sobre a epidemia (HIGGINS; HOFFMAN; DWORKIN, 2010).

Porém, os argumentos elencados a seguir são alguns indícios de que a difusão ampla da noção de vulnerabilidade gerou a simplificação de seu conteúdo mais profundo, e às vezes isso implica em distorções do sentido original da noção. Nesse processo se deu a reprodução de estigmas que o próprio conceito pressupõe combater, e a despolitização das discussões sobre o HIV/aids.

O primeiro indício a embasar esse argumento é que no uso corriqueiro da expressão, o aspecto da culpabilização de grupos ou indivíduos, presente nas nomenclaturas de “grupos de risco” ou “comportamentos de risco”, muitas vezes é apenas substituído pela vitimização implícita nas concepções mais utilizadas atualmente, como “populações mais vulneráveis” ou “contextos de alta vulnerabilidade”.

Quando o HIV/aids se alastrou inicialmente entre gays, usuários de drogas injetáveis, haitianos, prostitutas e travestis, imputou-se a esses segmentos socialmente estigmatizados (“grupos de risco”) a culpa pela existência da infecção (AYRES, 1996).

Depois, a epidemia atingiu a população heterossexual, e descobriu-se que poderia ser prevenida por meio de “comportamentos seguros” – uma noção bastante ampla, que justificou desde discursos progressistas como a redução de danos no uso de drogas até a recomendação de abstinência sexual como forma de prevenção. De forma geral, já que bastava adotar tais comportamentos, a culpa passou para os indivíduos que não seguissem os preceitos indicados (AYRES, 1996).

Finalmente, a noção de vulnerabilidade foi um avanço para desconstruir os estigmas das relações imediatas estabelecidas entre as ações individuais e o risco de infecção. E, além disso, tornou patente que a individualização do risco escamoteava o viés social e político de epidemia.

Porém, a classificação generalizada de populações mais vulneráveis ou contextos de alta vulnerabilidade dissolveu a agência dos indivíduos, e mesmo dos grupos sociais, em meio ao cenário do qual fazem parte. Tudo o que resta para essas populações mais vulneráveis é receber ou buscar ajuda para se proteger.

HIGGINS, HOFFMAN & DWORKIN captaram bem esse movimento sintetizando-o na seguinte proposição: “Mais recentemente e de forma mais notável, a face principal da aids é uma mulher do Sul global – uma face que merece simpatia e apoio, se não mesmo salvação” (2010, p. 436, tradução minha)³⁰.

Como pontuam os autores, a perspectiva de fragilização, presente no “paradigma da vulnerabilidade”, contribui para a invisibilidade dos homens heterossexuais como alvo de ações para prevenção ao HIV, uma vez que as nossas concepções sociais de gênero não permitem enxergar suas fragilidades (2010, p. 436). Ou como diz Tatiana, com base em suas experiências, “*os homens de 40 anos, 45 anos, eles perguntam mais se faz o oral sem o preservativo, mas de 45 pra 50, esse perfil de homem que não gosta de usar preservativo pra tudo [...] a gente percebe que eles têm até uma dificuldade mesmo, que tá tudo uma maravilha, pôs o preservativo, acabou o homem*”.

³⁰ No original os autores escrevem “More recently and remarkably, the primary face of AIDS is a woman from the global South – a face deserving both sympathy and support, if not rescue”, baseados no filme *Women: The face of aids*. 2007.

A incorporação dessa ideia em expressões como “grupos de alta vulnerabilidade”, de forma automática e sem crítica, tende a deixar de lado a perspectiva relacional da dimensão sexual e enfatizar o direcionamento das ações preventivas apenas para um dos polos da relação. Por isso os homens heterossexuais raramente são foco de estratégias para prevenção ao HIV com suas parceiras sexuais, incluindo as prostitutas, e mesmo de investigações relacionadas ao exercício da sexualidade e auto-cuidado. Em vez disso, reforça-se somente a responsabilização das trabalhadoras sexuais por não contrair o HIV, culpabilizando-as pelo grande número de “homens de família” que potencialmente se infectariam por meio do sexo desprotegido com elas.

O segundo indício é que novos jargões tornaram-se senso comum para as pessoas que lidam com a temática do HIV/aids, e foram usados para explicar contextos genéricos, da mesma forma que os conceitos anteriores. A categoria social das “trabalhadoras sexuais”, por exemplo, deixou de ser classificada como grupo de risco para ser chamada de população (mais) vulnerável³¹, mas se manteve a prática de desconsiderar suas situações particulares para além desse rótulo. Dito de outra forma, quase toda mulher que se declara como trabalhadora sexual em um serviço de saúde continua sendo avaliada em função dessa identidade: estigmatizada como uma pessoa com maiores chances de ter/contrair HIV em decorrência de seu comportamento sexual presumido, muito provavelmente ela terá sua saúde reduzida à necessidade de aprender a manejar o uso de preservativo para diminuir sua vulnerabilidade ao HIV/aids (VILELLA & MONTEIRO, 2015).

O terceiro é que a vulnerabilidade ainda tem sido interpretada correntemente, por profissionais e gestores da saúde, simplesmente como um critério de hierarquização dos sujeitos sociais – tal qual a categorização dos níveis de risco dos comportamentos sexuais – embora a aplicação do conceito demande conhecer em profundidade as interações dos aspectos sociais, programáticos e individuais em cada situação particular.

O cerne dessa discussão é demonstrar que o paradigma da vulnerabilidade ao HIV/aids, na forma como tem sido apropriado nas práticas de saúde, em especial no contexto brasileiro, pode obscurecer a agência do sujeito em relação ao próprio corpo,

³¹ Essa nomenclatura tem sido amplamente utilizada em relatórios e documentos oficiais do Ministério da Saúde do Brasil, da Organização Mundial de Saúde e do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), por exemplo.

bem como as positivities que existem nas mais diversas experiências e contextos de vida.

Da análise das entrevistas realizadas para o presente estudo extraem-se algumas dessas questões. O relato de Fabiana transcrito a seguir, por exemplo, elucida a questão da autonomia na relação médico-paciente:

- *Mas aí quando você precisa, em que situações você procura um médico? ou que você procura serviço de saúde? você lembra da última vez que você procurou? Como que foi?*
- *A última vez que eu procurei foi quando eu estava, quando estourou a camisinha comigo, mas assim, sobre minha saúde, assim, ginecologista já tem as datas marcadas.*
- *Você sempre marca lá no seu serviço?*
- *Sim, eu vou num dia e já marca o próximo dia, o dia que eu vou, já marco o outro e assim sucessivamente...*
- *Você vai... de quanto em quanto tempo você marca?*
- *De mês em mês,*
- *Todo mês você vai no ginecologista?*
- *Um mês e meio, porque como ela sabe que eu sou garota, ela me dá uma atenção especial, foi assim o que eu gostei lá, porque parece que a pessoa tem uma preocupação maior. (Fabiana, Cor Branca, 18 anos, Prédio Alameda)*

Embora os atendimentos agendados para cada um mês e meio na Unidade Básica de Saúde (UBS) sejam percebidos por ela como um “cuidado especial”, convém ponderar que não existe qualquer recomendação baseada em evidências de que intervalos curtos entre consultas ginecológicas tragam benefícios para trabalhadoras sexuais. É questionável se a autonomia da paciente para avaliar suas próprias necessidades está sendo respeitada e incentivada ou se, pelo contrário, há um excesso de intervenções em detrimento de ações para que Fabiana avalie sua própria saúde sexual e reprodutiva, e possa recorrer ao cuidado médico somente quando julgar necessário.

Mas é indispensável notar que, assim como o excesso de intervenções configura uma forma de discriminação para algumas mulheres, outras enfrentam a falta de acesso aos recursos existentes e recomendados, em decorrência do mesmo estigma. É o caso de Débora, de 48 anos, que nunca fez o exame para rastreamento de câncer do colo do útero, sendo que tinha passado pela última consulta ginecológica dois anos antes da entrevista, sem que o médico o prescrevesse.

- *E você costuma se consultar com ginecologista?*
- *Faz tempo que eu não vou no ginecologista.*

- *Faz quanto tempo? Você tem uma ideia?*
- *Já tem uns dois anos que eu não vou, preciso ir.*
- *E a última vez que você foi, você foi pra quê?*
- *A última vez que eu fui foi pra ver como estava o meu útero, porque às vezes eu sinto dor no útero e deve ser inflamação, a última vez que eu fui morava lá em Guarulhos.*
- *Você foi também no posto de lá?*
- *Fui, eu sentia muita dor no pé da barriga, até hoje ainda sinto, às vezes eu penso que é alguma coisa, mas não, eu acho que é inflamação, porque essas camisinhas tem bastante óleo, a gente passa gel, então aquilo tudo ali vai pra dentro, aí eu preciso fazer de novo.*
- *Tá e aí você foi lá em Guarulhos e você conseguiu agendar? Como que...*
- *Eu agendei, aí marcou pra uns 2 dias, 3 dias e aí eu voltei lá de novo, fui e já fiz.*
- *Então você conseguiu bem rápido?*
- *Foi bem rápido*
- *Mas você falou pro ginecologista que você era profissional do sexo?*
- *Falei, falei a verdade.*
- *E foi tudo bem?*
- *Foi, foi tudo bem.*
- *E em que outras situações assim você procura ginecologista? Como que você faz... por exemplo, você falou dessa dor no útero, não sei se você já teve alguma dor, ferida, corrimento?*
- *Não, não tenho, Graças a Deus não tenho.*
- *Você nunca precisou de algum tratamento nesse sentido?*
- *Não, não.*
- *E para fazer o exame de papanicolau, mamografia?*
- *Eu nunca fiz. (Débora, Cor Preta, 48 anos, Praça dos Bancos)*

Tais reflexões não se limitam a este trabalho. Ao contrário, dialogam com discussões acadêmicas e dos movimentos sociais sobre o tratamento dado à questão da vulnerabilidade na área de saúde (HIGGINS; HOFFMAN; DWORKIN, 2010; GJENGEDAL *et al.*, 2013), de forma mais ampla, e nas respostas à epidemia de HIV/aids, em particular (ABIA, 2013; LEITE *et al.*, 2015). GJENGEDAL *et al.* argumentam, por exemplo, que:

Como seres humanos em geral e como pacientes em particular nós somos expostos a riscos objetivos e, logo, à vulnerabilidade objetiva. No entanto, cada um de nós pode reagir de diferentes formas quando o adoecimento nos atinge. Nossa resposta à doença varia, e não há necessariamente uma relação entre doença (ou outras formas de injúria)

e o sentimento subjetivo de vulnerabilidade. (2013, p. 128, tradução minha³²)

A partir daí pode-se considerar que, mesmo nos vendo em uma situação de suscetibilidade objetiva à infecção pelo HIV e outras IST, nem sempre teremos a sensação subjetiva de vulnerabilidade a essas doenças. Ao passo que outras dimensões de nossas vivências afetivo-sexuais podem sim causar esse sentimento, inclusive nos levando a priorizar os riscos dos quais queremos nos proteger – o exemplo clássico seria tomar pílula anticoncepcional para não engravidar, abrindo mão do preservativo; mas penso também na vulnerabilidade que podemos sentir ao correremos o risco de nos apaixonar por uma nova pessoa, de sair com um/a desconhecido/a, ou de amar e expor profundamente nosso ser a um outro.

A re-análise dos dados empíricos à luz dessas considerações trouxe à tona interessantes percepções e experiências das entrevistadas. Por um lado, a forma como elas percebem a própria saúde contradiz a ideia de fragilidade. Por outro, as vulnerabilidades que realmente as preocupam no trabalho, na vida afetivo-sexual e na saúde não são geralmente relacionadas ao HIV e outras IST.

Sobre as percepções em relação à própria saúde, é curioso que algumas entrevistadas enfatizam a distinção entre ter problemas de saúde e estar doente/ter alguma doença, pois a palavra “doença” é muito utilizada como um eufemismo para HIV/aids, conforme demonstram os dois excertos abaixo. Como o risco de ficar com esse estigma talvez seja o maior temor que ronda a imagem e a carreira delas, a diferenciação é muito importante.

- Peguei uma dor de estômago, fiz muita endoscopia, muita coisa. Hoje eu não bebo mais, porque se eu for tocar bar eu tenho que beber e eu não posso. Porque eu passei muito mal e agora eu tenho pressão alta, tenho as coisas que eu não tenho a saúde mais normal. Tenho uma saúde [sic], porque isso aí não é doença. Em vista das doenças que tem aí, que eu conheci uma menina aí na [nome do lugar], será que eu posso falar?

Eu falo assim para ela: “Por que você fica fazendo sem camisinha, fulana?”. “É porque eu estou precisando, porque eu larguei do meu marido, eu tenho quatro filhos”. Eu falei: “E daí? Você tem quatro, eu criei dois sozinha e do meu filho, que tem cinco, eu ajudo até hoje” – eu falei – “Eu nunca precisei de fazer sem camisinha, você vai? Aqui

³² Original: “As human beings in general and as patients in particular we are exposed to objective risks and thus to objective vulnerability. However, we all may react differently when illness strikes. Our response to illness will vary, and there is therefore no necessary relation between illness (or other forms of harm) and feelings of subjective vulnerability”

não presta para isso”. Pois ela está aí. Hoje, ela está aí doente, mal, acho que quase morreu essa noite. Diz que veio pedir encaminhamento para o Emílio Ribas... (Samanta, Cor n/e, 70 anos, Avenida)

Nunca tive problema com nenhuma doença, graças a Deus! Nunca! [...] no mês de julho, eu tive um problema de saúde porque comecei a perder o apetite, comecei a ficar ruim para comer e eu sempre tive a imunidade baixa, sempre. Eu pego resfriado muito fácil. Então, eu fui fazer um check-up, que todo ano eu faço hemograma completo, de exame de sangue, de papanicolau, todos os exames, e nesse de sangue deu que eu estava com anemia. (Raquel, Cor Parda, 51 anos, Praça das Árvores)

Um desafeto pode arruinar a vida de qualquer uma delas com uma acusação – verdadeira ou falsa – sobre ter HIV, se não houver a proteção de uma rede de relações contra a disseminação da informação. Independentemente de local de trabalho, ou de qualquer outro marcador social, eis aí um aspecto ao qual todas parecem se sentir vulneráveis: não propriamente o de contrair alguma infecção por não usar preservativo, mas o de ser descoberta pelas outras ou ser alvo de alguma calúnia, que pode ser traduzido como o medo de antecipação de estigma (FERRAZ, *et al.* 2019).

Mas os sentidos que as participantes da pesquisa atribuem à saúde e ao adoecimento também aparecem, por vezes, muito relacionados ao lugar social que ocupam. Nesse aspecto, o retrato apresentado por Suzy foi o mais denso e impactante entre as entrevistadas. Em uma só fala, ela revela que: o seu auto-julgamento baseado na religião e o preconceito da sociedade influenciam sua saúde, por causar mal-estar em relação ao trabalho sexual; o estigma da prostituição não atinge igualmente qualquer trabalhadora sexual, pois tem intersecção com o status social; suas vivências de violência de gênero no casamento eram seu único problema de saúde.

Eu me acho um lixo; me considero, de verdade, acho isso uma coisa tão suja, porque eu acho que não tá certo [...] eu sou evangélica, tal, eu já fui da igreja, então eu sei que tá errado, acho feio, não gosto[...]. Não acho certo. Não me sinto bem, faz mal pra minha saúde – minha saúde, quer dizer, sociedade. A sociedade só critica, só mete a mão, quer dizer, assim, aqui é feio, mas lá no gabinete da prefeitura é bonito, lá tá cheio.

Depois que eu separei do pai da minha filha, eu nunca mais tive doente. Nunca mais fiquei doente. O meu problema era ele. (Suzy, Cor Preta, 48 anos, Prédio Santa Ifigênia)

Meyre considera que perder a saúde a colocaria em uma situação ainda mais difícil na vida:

Pode me oferecer o mundo e o fundo... sexo sem camisinha? Vou não. A gente com saúde, a gente já passa o que passa... E sem saúde? Sem saúde... (Meyre, Cor Preta, idade s/e, Praça dos Bancos)

Quanto às outras formas de vulnerabilidade que as preocupam, Tatiana apresenta uma excelente explicação sobre o que significa gerenciar riscos na sua profissão.

Eu, de verdade, já deixei de fazer alguns tipos de serviço, não pela condição do trabalho, mas eu sabia que ia me tirar mais do que eu ia ganhar. Ia me colocar numa condição de trabalhar que eu ia ficar menos tempo dentro de casa ou ia me colocar numa condição de trabalhar que talvez eu não me sentisse tão segura, ficasse mais exposta. E eu não volto pra boate, não trabalho mais em lugar fechado nunca! A questão da internet, a gente não tem mais privacidade. Antes eu podia subir num palco, porque eu era stripper, podia dançar, podia sentar do lado de um homem, cliente, tomar alguma coisa – porque é o sustento das casas noturnas – e ficava tudo ali. Hoje não fica mais. No mesmo instante tá na rede. Não existe local seguro mais no mundo. Eu subo num palco, no mesmo instante minha filha tá abrindo o YouTube e tá vendo. Então, trabalhar à noite pra mim não serve mais; me expor numa boate como dançarina, eu não faço mais. Então, muitas vezes eu abri mão de ganhar mais na minha condição de profissional do sexo porque eu ficava pesando, eu falei: ‘Tá, eu vou ganhar mais e seria bom que eu ganhasse mais, mas o que isso vai me tirar?’. Então, eu falei: ‘Não, vamos continuar aqui [na Luz] porque aqui me traz mais segurança, eu conheço, eu domino, consigo manter as coisas mais ou menos equilibradas’. (Tatiana, Cor Preta, 40 anos, Avenida)

O extremo cuidado com a preservação do anonimato não é à toa, pois as consequências de serem identificadas pela família, pelo companheiro ou outra pessoa próxima podem ir desde a difamação moral pública até o espancamento ou assassinato. Segundo relatos, algumas mulheres já foram vítimas desses crimes na própria região da Luz.

[...] teve uma vez que uma outra sobrinha minha cabeça doida, que ela andou por aí, mas era tanto comentário lá na vila... ‘ah, tá lá na estação Luz, dando o rabo’. Elas ‘juntou’ lá, tem umas mulherada lá né, desse pessoal da invasão que queria bater nela, porque ela era prostituta. Todo mundo quer espancar prostituta, né? Como você tá vendendo seu corpo, comendo do seu rabo, os outros quer te bater... os outro que não tá te dando nada, você é o lixo do lixo. (Carla, Cor Preta, 57 anos, Praça das Árvores)

Qualquer informação, qualquer um que chega perguntando pra mim, ‘ah, você conhece fulana de tal?’ eu: ‘ai, moço, a primeira vez que eu tô chegando aqui’. ‘Ah, você não conhece, não?’. ‘Ah, tô é nova aqui’. Eu não dou informação, não. [...] Você não sabe se é o marido da mulher, você não sabe o que é que você vai dar. Aí quando eu vejo ela eu só digo assim: ‘olha, tem um homem assim, assim, assim, cobrando por tu’. ‘Tá onde, lá?’. Já cansei de livrar muitas, né? De tomar pancada ou ser morta, né? (Meyre, Cor Preta, idade s/e, Praça dos Bancos)

Aliás, o espectro da violência, em suas diversas acepções, é um elemento onipresente no cotidiano dessas trabalhadoras e uma fundamental dimensão na construção dos *códigos-territórios*. A escolha dos locais onde vão trabalhar, dos clientes que vão atender, do quanto vão cobrar, de como vão agir... tudo é permeado pelo cálculo do quanto cada situação as coloca em risco de sofrer alguma violência versus a possibilidade de escaparem se algo acontecer e o benefício que podem tirar daquela oportunidade.

Adriana, por exemplo, escolheu seu *ponto* em um local mais reservado da praça onde trabalha para ter menos chance que alguém da família a encontre, e já tem em mente o pretexto caso, mesmo assim, seja vista. Em contrapartida, ela também tem menor visibilidade para potenciais clientes, justamente por ficar em um lugar com menor circulação de pessoas.

[...] fico mais preservada, eu tenho muitos parentes né? as pessoas que trabalham pra cá e entregam, então eu fico com medo né? de me ver aqui, uma vez um caminhoneiro de onde meu sogro trabalhava me viu né? e aí acho que ele me conheceu e aí eu já corri, tava sem celular, já corri ligar pra minha sogra, onde você tá minha filha? ah eu tô aqui perto da Luz entregando folheto na rua, aí que bom que você achou trabalho, eu já corri, porque se ele falar eu vi tua nora lá na Luz, ela vai falar, não ela tava lá entregando folheto, tava trabalhando; lá é um bairro comum, não é só porque é conhecido por causa das moças que ela tá lá fazendo programa. (Adriana, Cor Preta, 40 anos, Praça das Árvores)

Tatiana mantém-se alerta aos seus próprios comportamentos e aos dos clientes para se precaver contra qualquer possibilidade de ser atacada.

A pessoa mais carinhosa comigo, Isa, pode ter um rompante de agressão, de loucura, eu não sei. Então, eu posso sair com a pessoa seis meses; o gesto dela diferente, uma conversa dela diferente, eu fico atenta todo o tempo. Todo o tempo. Eu falo: eu tenho um script, eu sigo esse script todinho, da hora que eu entro no quarto até a hora que eu saio. Mesmo com as pessoas que eu conheço, porque eu não sei [o que a pessoa vai fazer]. (Tatiana, Cor Preta, 40 anos, Avenida)

Léa tem suas reservas na escolha de clientes, que atribui a uma capacidade de intuição que não sabe de onde vem, mas provavelmente é fruto de sua experiência de 40 anos lidando com os homens no mesmo território.

Tem umas pessoas que ele pode tá normal, mas parece que eu vejo alguma coisa errada na mente dele, esse cara vai querer me zuar lá dentro tudo, sabe? Eu tenho medo, não gosto e muitas vezes eu já conversei com pessoas assim e amigas minhas saíram e se deram mal, saiu de lá sem receber e ainda apanharam dentro do quarto até o porteiro chegar você tá entendendo? Então eu olho assim, elas vêm conversar, nossa aquele cara ali me chamou pra sair, mas alguma

*coisa me disse ‘não vai’, eu não fui, eu tenho um pensamento sei lá...
(Léa, Cor Branca, 59 anos, Praça das Árvores)*

As mulheres que trabalham nos prédios, por sua vez, consideram-se em maior segurança do que se estivessem na rua. Mas os episódios de violência que relataram são igualmente graves. Nesses momentos, os laços de solidariedade e confiança garantem a sobrevivência:

- Olha, no prédio é bom porque lá o quarto é semi-aberto, se alguém bater com muita força na porta dá pra abrir, então assim, se algum cliente me agredir, fizer alguma coisa, eu posso gritar que rápido vão me socorrer. Boate, eu sempre evito boates que não tem ninguém nos corredores dos quartos porque eu sou muito cismada com esse negócio de cliente querer fazer alguma coisa comigo, quando eu vejo que tem alguma boate que não tem ninguém nos corredores, que tá vazio, eu não frequento mais aquele lugar, a maioria dos lugares que eu vou tem sempre uma tia ou algum segurança no corredor entendeu? E tem que prestar muita atenção assim nas pessoas, porque depende do jeito você percebe que a pessoa está bêbada, drogada então é melhor evitar, são essas as preocupações que eu tenho.

- Já aconteceu alguma situação que você tenha passado por algum apuro, alguma?

- Já aconteceu de o tempo ter acabado e o cliente querer continuar, só que aí eu fui e cobreí a mais, ele pagou tranquilo, no começo eu fiquei com medo, porque ele era maior que eu, inclusive não entendia muito bem a minha língua, porque ele falava inglês, não entendia muito bem o português e tal, daí foi só isso. Mas assim eu já tive perto de várias situações, como por exemplo eu já trabalhei em Minas, nos prédios de Minas, e lá tem os seguranças e tal, mas um cara tentou matar uma menina enforcada no quarto, daí lá no prédio já teve um cara que agrediu a menina, quebrou o dedo dela, semana passada o cara foi bater na menina a gerente foi na frente, o cara bateu na gerente. Já ouvi dizer que as meninas de lá foram para o hotel com cliente e foi com duas meninas, o cara interceptou uma menina e a outra conseguiu fugir, então eu fico com medo, nunca aconteceu comigo mas sempre aconteceu perto de mim. [...]. Eu ando sempre com uma máquina de choque na bolsa. (Fabiana, Cor Branca, 18 anos, Prédio Alameda)

- Mas vocês têm algum mecanismo de se proteger, de se ajudar?

- Aí as putas se ajudam. Elas em si. Aí, a gente não chega muito nisso [morte] não... outro dia quase chegou, a minha amiga queria matar um cliente que saiu comigo, ele ficou comigo uma hora e não queria me pagar, não quis me pagar. Eu já tinha tomado uns Domeq, tava muito doida, nervosa, de noite, aí ele não queria, não me pagou, não, e eu pedi pra ir embora. Minha colega veio, já pegou a peixeira, já queria ir pra cima do cara [risos]

- Eita nós!

- Bichinha de 1,5 metro de altura, a bicha é... e a outra pegou num cabo de vassoura que era ‘desse tamanho’, falei: ‘Não faz isso’. Eu tive que arrancar. Ela deu um empurrão nele que ele caiu e eu: ‘Calma’ – falei: ‘Vai embora. Para com isso’. Conversei com ele, de boa, o cara não

quis me pagar e eu não perdi a cabeça. Queria deixar embora mesmo, não deixaram. Aí, foi essa confusão porque eu tive que pegar essa minha amiga e jogar ela na cama porque ela queria porque queria enfiar a peixeira no filho da puta. Bem que merecia, mas por isso não vale a minha vida. (Suzy, Cor Preta, 48 anos, Prédio Santa Ifigênia)

Teve uma menina que falou para mim uma vez, que o cara transou com ela e não pagou e ela não fez nada, porque ele mostrou uma arma pra ela e falou 'eu sou policial, você vai querer me cobrar? Senão, lá fora eu te pego' e aí ela fez com ele e ficou sem receber e aí quando uma vez ele passou no corredor, eu até brinquei, 'ei vamos namorar', porque a gente brinca com o pessoal que passa no corredor, ela falou 'não chama esse cara não, esse cara não paga o programa' (Ana, Cor Branca, 33 anos, Prédio Alameda)

A geração é outro interessante marcador para se analisar o tema da violência, junto às territorialidades. Como se sabe, as relações de poder dentro da prostituição mudaram significativamente no Brasil nos últimos 30 anos, com o fim do regime militar e a conquista de alguns direitos civis das trabalhadoras sexuais. A diminuição da violência policial foi uma dessas mudanças, que por sua vez implicou em fortalecimento das mulheres frente à exploração de cafetões e cafetinas.

Como algumas das entrevistadas fazem parte da trajetória desse território há bastante tempo, seus relatos rememoram esse passado, nem tão distante na perspectiva histórica.

- As mulher na Luz ia presa... as putas da rua ia presa apanhava de borracha na bunda (ri) assinava até vadiagem quando o povo pegava por aí, viu? era um trelelê danado! (Carla, Cor Preta, 57 anos, Praça das Árvores)

Um dia eu tava andando na Avenida né? parou um carro perto de mim e esse cara conversou comigo, mas ele não falou nada demais pra mim, não me convidou pra sair e nem nada né? Ele perguntou pra mim se eu queria ir pro centro da cidade, que ele tinha uns empregos muito bom e que ele ia arrumar pra mim trabalhar, eu besta que só, né? Aí eu vim, quando eu cheguei aqui, sabe onde ele me jogou? Na Avenida Tiradentes na época dos cafetão tá? Esse cara tinha naquela época, ele tinha de 18 a 20 mulheres por aí... (Léa, Cor Branca, 59 anos, Praça das Árvores)

Embora não se tenha explorado suficientemente essa intersecção nas entrevistas, é possível dizer com razoável segurança que ao longo do tempo os códigos-territórios se reconfiguraram em função das novas correlações de poder.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista teórico mais amplo essa pesquisa discutiu como se articulam as diversas consequências das desigualdades de poder resultantes das hierarquias sociais entre os sujeitos. O foco da abordagem seria a relação entre territorialidades da prostituição e vulnerabilidade ao HIV/aids e outras IST; mas outras dimensões relevantes se manifestaram à medida que se aprofundou o entendimento sobre as especificidades do universo das trabalhadoras sexuais.

Considerar essas novas dimensões trouxe alguns desafios ao longo do processo de pesquisa, como a necessidade de reconsiderações metodológicas, teóricas e analíticas.

No tocante ao enfoque teórico-metodológico, a opção pela etnografia urbana demandou uma abordagem sobre territorialidade adequada à escala de análise antropológica. Os conceitos de territorialidade oriundos da geografia, considerados em um primeiro momento, pautavam-se principalmente em identificar como os grupos exercem controle sobre outros grupos dentro de certas fronteiras espaciais. Mas descrever essas dinâmicas mostrou-se difícil porque esse controle também se exerce por meio de pactos de silêncio intransponíveis.

Essa questão foi solucionada com a adoção do conceito de “códigos-territórios”, já utilizado em um estudo semelhante sobre a prostituição viril em São Paulo, cuja proposta é observar não só os limites impostos aos deslocamentos físicos dos sujeitos entre fronteiras, mas principalmente a interdependência entre os códigos de comportamentos e os trajetos espaciais. Para o indivíduo, as incursões para além de seu território implicam em rearranjos de condutas e mudanças da sua posição hierárquica, em função do encontro com outras identidades. Para o grupo como um todo, esses fluxos de indivíduos representam a reconfiguração das “fronteiras dos códigos”, flexibilizando os limites das relações entre identidades e territórios.

Com o olhar voltado para captar as flutuações entre divisas espaciais e de condutas, tornou-se possível avaliar indiretamente, nas entrelinhas das vivências ordinárias captadas no campo, as regras que mediam essas relações de poder.

Do ponto de vista analítico, por sua vez, os relatos das entrevistadas não permitiriam ignorar a importância dos marcadores sociais da diferença na produção das territorialidades. Foi imprescindível apropriar-me de algumas das principais referências bibliográficas sobre interseccionalidade e incorporá-las à interpretação do material

empírico, a fim de estabelecer nexos entre as referências feitas às relações de gênero, raça, classe social e origem geográfica. Sem dúvida, os detalhes registrados no diário de campo, a diversidade no perfil das entrevistadas e a possibilidade de realizar outras três entrevistas em outubro de 2017 supriram a falta de perguntas explícitas sobre esse tema no roteiro de entrevista, e garantiram embasamento para as análises interseccionais pretendidas ao longo do percurso.

O cotidiano de trabalho mostrou-se como dimensão fundamental em torno da qual se expressam os *códigos-territórios* atuais na área de estudo, distinguindo os pontos de rua entre si e em relação aos prédios de prostituição.

As diferentes intersecções entre os marcadores geração, raça/cor e escolaridade mostraram-se relevantes para a demarcação dos *códigos-territórios*, assim como para determinar a fluidez com que as mulheres circulam entre eles. As jovens (mulheres com menos de 40 anos), brancas e com maior escolaridade têm as melhores condições para se adequar a diferentes rotinas, e com isso ganham mais flexibilidade para escolher os locais e as condições de trabalho de acordo com suas preferências. Geralmente circulam entre prédios e boates, pois temem trabalhar nas ruas.

Já os outros arranjos de intersecções entre esses três marcadores configuram situações geralmente mais precárias de trabalho, sendo que as mulheres acima de 45 anos, negras ou pardas e com baixa escolaridade estão na base da pirâmide. As negras ou pardas conseguem entrar no parque ou nos prédios, por exemplo, se forem jovens ou tiverem escolaridade mais alta, caso contrário ficam mais limitadas ao espaço da Praça da Estação; as mulheres mais antigas na área – em geral brancas, de escolaridade muito baixa e mais velhas – também têm um espaço mais restrito à passagem da Estação de trem, embora tenham a seu favor a autoridade adquirida ao longo do tempo em que estão lá.

Paralelamente a esses fatores, o uso de crack é outro marcador que diferencia e estigmatiza as mulheres, independentemente dos demais atributos. O uso da droga, por si só, define o lugar social das “não profissionais do sexo”, consideradas pelas demais prostitutas como criminosas que usam a situação do programa para assaltar os homens. Mas o perfil das usuárias já tem forte intersecção entre raça/cor e classe social. Os espaços destinados a essas mulheres – os bares, no caso da rua, ou determinados andares, no caso dos prédios – são estigmatizados entre as “verdadeiras profissionais do sexo” como locais onde não se deve ir.

Segundo os discursos ouvidos tanto na rua, como no parque e nos prédios, a “boa” prostituta não abaixa o preço do programa, não usa drogas nem se junta às usuárias de crack, não tem cafetão, é discreta, não rouba, não fica nos bares, *nunca* faz sexo sem camisinha, e não tira clientes das outras. Qualquer aspecto que a torne mais suscetível a algum desses comportamentos, portanto, é visto como um fator de desprestígio.

Mas é importante destacar que os marcadores sociais assumem diferentes papéis de acordo com o aspecto considerado.

As três jovens brancas mais escolarizadas demonstram segurança em relação a todos esses comportamentos, e não se sentem vulneráveis ao HIV/aids por considerarem que têm domínio técnico e psicológico para lidar com a prevenção (consultam ginecologistas com frequência, sabem explicar detalhes sobre a importância de cada insumo, conhecem nomenclaturas e funções de medicamentos para tratar algumas doenças). Porém, quando se trata de vulnerabilidade à violência por parte de clientes, elas são as que expressam maior sensação de desproteção, o que faz sentido se considerarmos a pouca experiência e pouca idade como fatores que tendem a facilitar a ação dos agressores.

Portanto, a pesquisa corroborou que as vivências em um mesmo contexto de prostituição podem ser muito diferentes para cada sujeito e até para um mesmo sujeito em diferentes momentos. Essa complexidade não pode ser ignorada, como tem sido muitas vezes ao se discutir a relação das trabalhadoras sexuais com a temática do HIV/aids e outras IST. A contribuição da análise interseccional para esse objetivo é justamente destacar as múltiplas facetas das experiências na vida em sociedade.

A forma como as entrevistadas percebem sua condição de exposição às IST, por exemplo, contradiz a ideia de fragilidade, mas a violência e os estigmas são dimensões que realmente as preocupam com maior ou menor intensidade, seja no trabalho, na vida afetivo-sexual ou na saúde. E as vitórias obtidas na conquista de alguns direitos pelas trabalhadoras sexuais no Brasil, além de serem insuficientes para mudar esse cenário, ainda precisam ser consolidadas, dado que os processos históricos são uma constante disputa entre as forças de inércia e ruptura contidas nas experiências acumuladas ao longo do tempo.

Se no período de 2000 a 2017 houve relativa estabilidade na presença das prostitutas no Parque da Luz, na Estação e nas ruas próximas, nem por isso as tensões

com a presença indesejada dessas “mulheres da vida” foram esquecidas. Como já nos alertara o então administrador do Parque, em 2016:

– Eu já estou aqui há 10 anos! Olha, vocês [prostitutas] estão aqui [dentro do parque] por gratidão (sic) minha, porque se dependesse da Prefeitura não tinha mais o trabalho de vocês, não!

A atual gestão da Prefeitura (2016-2020) está envolvida na repressão violenta aos usuários e usuárias de crack para expulsá-los do bairro, e na concessão do Parque da Luz à iniciativa privada. Lembrando outros processos ocorridos na história da cidade (intervenção urbana de 1911 e fechamento da Zona de Baixo Meretrício do Bom Retiro, em 1954), é de se esperar que as atuais intervenções impliquem em ações de dispersão das prostitutas de seus locais de trabalho.

Somado a essas ações locais, o cenário político é também favorável para a aprovação do projeto de lei federal (PL377/2011) que proíbe o pagamento por serviços sexuais, tornando-se um instrumento jurídico que acarreta a criminalização indireta da prostituição. Se isso acontecer, as consequências serão desastrosas para as trabalhadoras sexuais de todo o Brasil.

Como registro desse momento, seria interessante abordar a dimensão histórico-geográfica do processo de formação desses códigos-territórios atuais, por meio de uma investigação mais ampla que abrangesse como o marcador de origem geográfica foi perpassando as experiências das prostitutas no bairro da Luz desde o final do século XIX e quais heranças ficaram dessas gerações de meninas e mulheres polacas, francesas, italianas, do interior de São Paulo, do Nordeste e de Minas Gerais. Mas não foi uma empreitada possível nesse trabalho.

Como síntese das belas reflexões que essa pesquisa/experiência de vida me proporcionou sobre as relações de gênero, principalmente, articuladas a outros marcadores sociais da diferença, transcrevo abaixo uma frase de cada entrevistada. Uma homenagem e forma de agradecimento pelas trocas:

Acho que é importante independente do ponto de vista das pessoas (se [chamam de] prostitutas, garotas de programa, profissionais do sexo), é respeitar a profissão delas, da gente né? de um certo modo também sou, então não sou de muitos anos, mas precisei estar aqui. Ainda bem que conheci mulheres também tão guerreiras maravilhosas e me ensinaram muitas coisas boas, porque se eu fosse por essas de quinta categoria já tinha corrido desta vida faz tempo. Não, elas me fortaleceram, que a gente tem que impor respeito, se eles querem tem que pagar, somos capazes de fazer o que eles querem, desde que tenham respeito, usem camisinha [...] (Simone, Cor Branca, 36 anos, Rua)

Então... eu não tenho um companheiro fixo, carinhosamente chamo os meus clientes de maridos instantâneos [...] como tudo que é instantâneo é prático, eu, como gosto muito de miojo também que é aquele macarrão instantâneo então eu assimilei, é prático, rápido para fazer, comeu acabou, então não temos compromisso, Entendeu? (Bianca, Cor Parda, 40 anos, Praça das Árvores)

[...] o cara às vezes não gozou naquele tempo, e às vezes ele fala, eu não gozei não vou te pagar, aí eu falo, 'ah! não vai me pagar, não?!', a gente chama as meninas e aí junta aquele monte de mulher e acaba fazendo o cara pagar, aí acaba ele pagando de qualquer jeito (Isadora, Cor Parda, 45 anos, Prédio Santa Ifigênia)

Tá sendo gostoso porque eu acho que eu tô gostando dele [namorado] e o pior que ele é feio. Feio, baixinho, pobre. Ninguém merece, mas tá sendo gostoso, porque faz tempo que eu não tenho alguém que, assim, que me deixa, que me fale coisas bonitas, dizer que gosta, sabe essas coisas diferente, que só tem essas... tá sendo bom, pelo menos, tá mexendo com a minha... tá atrapalhando o meu juízo [risos] e eu tô me divertindo muito. (Suzy, Cor Preta, 48 anos, Prédio Santa Ifigênia)

[...] tenho um cliente de 73 anos, bem coroinha de tudo, tudo, e ele é enjoado, e eu já sei quando eu saio com ele já tiro o batom, porque a primeira vez que eu saí com ele, eu gosto de batom bem escuro, bem vermelho e aí sujou um pouco e aí a mulher dele bateu nele e é idosa que nem ele. Da outra vez ele falou, 'bem, quando você for sair comigo você tira o batom por que a patroa me bateu e me xingou de tudo quanto é nome', eu falei 'você está de brincadeira?' Por conta que você deixou a marquinha de batom bem pequeninha e a danada viu, falei 'ah, meu Deus!', e ele é branquinho e ele é super bonzinho [...] (Adriana, Cor Preta, 40 anos, Praça das Árvores)

Eu sou liberal, eu tenho uma cabeça liberal, e eu, assim, eu gosto do que eu faço entendeu? assim eu pelo menos, não é que eu goste totalmente, claro que o principal é por causa do dinheiro entendeu? Mas eu prefiro do que me submeter a trabalhar num shopping, que é super cansativo sabe? (Cristina, Cor Branca, 38 anos, Prédio Santa Ifigênia)

[...] já vi tanta coisa aí que eu... a gente tem que ver e não ver, ouvir e não ouvir. Dá medo. Mas muita coisa feia eu já vi aí. (Meyre, Cor Preta, idade s/e, Praça dos Bancos)

[...] olha eu conheci muitas pessoas legais, como a... eu tenho uma amiga que tem pouco tempo que ela veio morar comigo, ela é do interior e veio pra São Paulo para trabalhar, ela fica comigo em casa, tem ela, tem meu namorado, tem algumas gerentes de lugares que eu conheci, eu acabo conhecendo pessoas boas, às vezes eu me divirto também, porque é um lugar de bagunça, tem música e tal e aí você acaba se distraindo um pouco, e você não tem aquela obrigação de fazer as coisas, se não quiser sair com as pessoas não sou obrigada, se eu não quiser trabalhar hoje eu não sou obrigada também, então esse lado é bom (Fabiana, Cor Branca, 18 anos, Prédio Alameda)

Todos nós, era na roça, era na colheita de café, era cortando lenha, então tem um serviço que até hoje eu falo foi a pior coisa que eu fiz na minha vida, foi esse serviço que é cortar cana, aquelas cana ali,

antigamente não queimava, hoje em dia ninguém mais corta cana, aquelas folhas sabe? a gente no meio com aquelas blusas grossa, toda cortada daquelas folha de cana, aqueles panos grosso na cabeça assim, porque se as folhas passasse era arriscado até arrancar um pedaço da gente, aí com o tempo eles começaram a queimar a cana e ficou bem mais fácil para trabalhar né? Mas eu sofri demais na roça, hoje em dia você vê a molecada na roça ele tem uma vida praticamente, talvez até melhor que a vida aqui na cidade, porque naquele tempo, não era só eu não, era a família de todo mundo ali na roça trabalhando, ali no duro mesmo, (**Léa, Cor Branca, 59 anos, Praça das Árvores**)

Entrevistadora: E aí você falou que nem sempre vocês usam camisinha. Vocês têm algum acordo entre vocês?

Carla: Ah, mas você acha que isso funciona? Pode funcionar do meu lado, você acha que funciona do lado dele? [risos] é aquela velha história, né? você acha que se ele vai sair pra zoeira, tem uma gatinha... Homem fode, mulher não pode. Aquela história, pessoal comenta: com meus amigo vai pintar uma gatinha, eu num vou lá? Tá bom. Aí os cara vão falar 'é frouxo? que que é isso?'. Agora a mulher se tá numa roda de mulher, tá eu, você, você... você tem marido, vai que aparece um cara você se engrça... primeira coisa que as outra vão falar: 'tá vendo, ó a galinha aí, ó', 'ela num tem marido? foi dar porque? foi dar pra outro, fazer caridade porque?' (ri) E homem não, pra eles é normal filha, porque quando eles sai de lá num tem que um falar da vida do outro, agora mulher já vai falar. Pra você ver como as mulher não são unida. Que nada! A fulana tava lá ó... igual você vê as mulheres... 'ah, porque eu catei o fulano, fulano, fulano', não fica bem pra mulher. A mulher ou ela é prostituta ou ela já vai ser galinha, é puta e galinha que dá de graça, que está fazendo caridade. (**Carla, Cor Preta, 57 anos, Praça das Árvores**)

Eu achei aqui na noite as pessoas eram todas drogados e ninguém prestava, antes de entrar quando eu via falar alguma coisa eu falava eu nunca vou ser prostituta, isso não serve pra minha vida, eu aprendi hoje que a gente não pode cuspir pra cima porque a gente não sabe o dia de amanhã, então quando eu entrei eu achava que ninguém prestava, não podia ter amizade e tal, mas aí eu descobri que tem pessoas legais sabe? (**Ana, Cor Branca, 33 anos, Prédio Alameda**)

Quando eu cheguei aqui no parque pra trabalhar, a primeira coisa que eu fiz foi entrar lá na praça, fiquei lá sentadinha, ninguém chegou, nem brigou, ninguém falou nada, nem as meninas que eram mais antigas, já vai fazer 7 anos já, esse ano agora que vai entrar, já vai fazer 7 anos entendeu? que eu trabalho aqui na estação da Luz, eu cheguei lá e fiquei de boa sentada, ninguém mexeu comigo, nem as próprias meninas nunca mexeu comigo não, porque eu sei conversar, eu sei chegar na humildade, eu sei chegar, eu não sei tratar as pessoas com arrogância, com ignorância, fiquei sentadinha lá de boa no banquinho, trabalhei sossegada (**Débora, Cor Preta, 48 anos, Praça dos Bancos**)

Então, comecei a fazer programa com 19 anos. Os meus relacionamentos começaram durante programa. Às vezes, eu conhecia alguém fora de programa e tudo, mas eu sabia que não ia... Eu falei: "Eu sou uma prostituta, não tem como, não dá, tenho que escolher".

Então, daí as minhas relações virem sempre de programa e depois, com o passar do tempo, eu falei: “Poxa!”. Aí, eu comecei me autoafirmar, porque daí eu me olhava no espelho, eu me sentia bonita, aí eu me sentia gostosa, aí o cara tinha que pagar pra ficar comigo. Você tá entendendo? E eu podia olhar pra ele e falar: “Não quero”. É uma questão de negócio, vai indo todo dia, às vezes, a gente olha pra pessoa e fala: “Nossa! Mas eu preciso, [estou] sem trabalhar até agora” e, às vezes, chega e a pessoa trata a gente superbem e, às vezes, não. Acontecia muito lá no começo, porque o homem que saía comigo já estava acostumado a sair com mulher de programa. Eu não. Então, ele me sugava tudo que ele podia! Tudo que ele podia e eu achava que tinha que ser daquela forma. Então, levou um tempo pra eu aprender que a pessoa pode pagar por um tempo comigo, mas isso não dá o direito dela fazer o que ela quer comigo, mas isso levou um tempo pra eu aprender. Então, eu comecei a me sentir diferente. Mulher, desejada. Eu escolho, agora eu tenho poder, porque o sexo dá poder pra mulher. (Tatiana, Cor Preta, 40 anos, Avenida)

Todo mundo trabalhava na roça. Não tinha escola, não tinha nada, porque era tudo muito longe e a minha mãe ficou, assim, com aquela proteção, com medo de alguém bater na gente. Ela sempre falava: “Eu não vou deixar vocês irem sozinhos para escola!” – tinha uma escola muito longe, era umas duas, três horas que os alunos levavam para chegar lá ou mais. Tinha pais que deixavam os filhos ir, mas a minha mãe não deixou a gente ir. Aí, nós fomos criados ali, sem saber ler, sem saber escrever. Hoje em dia, eu vou à escola, já aprendi ler, saber escrever bem, acho que pouco, mas só o fato de eu já saber ler, de eu saber escrever alguma coisa, eu já fico feliz, porque o difícil é não saber nada. Difícil é você chegar num lugar, ter uma ficha para preencher, você não dar conta de preencher aquela ficha. Eu acho que uma das coisas mais humilhantes que você passa na vida é você não saber preencher uma ficha, é você não saber ler o que está escrito e, depois que eu aprendi, eu amo ler. Eu gosto. Nossa Senhora do Céu! Eu não quero parar de estudar. (Raquel, Cor Parda, 51 anos, Praça das Árvores)

Eu também sou vaidosa. Eu tomo remédio para os cabelos, eu tomo colágeno para os cabelos, eu tomo remédio para a pele e é tudo sem receita. Tudo vem pela internet, eu compro e tomo mesmo. (Samanta, Cor n/e, 70 anos, Avenida)

Quem sabe mais da minha vida é aqui, o povo daqui de onde eu moro [ocupação]. Entendeu? Mas também assim... eu sou o que sou, faço o que faço, mas também me dou respeito lá, marido de mulher é bom dia, boa tarde, entendeu? Num tem essa de desrespeitar e... por aí. E alguém... tem uns que critica, tem uns que não critica. Mas eu não tô nem aí, não. (Juliana, Cor n/e, 55 anos, Avenida)

9. REFERÊNCIAS

- ABIA, 2013. **Análise de Contextos de Prostituição em Relação a Direitos Humanos, Trabalho, Cultura e Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de aids, 2013. Disponível em goo.gl/OZqvj3 Acessado em 15 Jan. 2017.
- AGIER, Michel. **Encontros etnográficos: interação, contexto, comparação**. São Paulo: Unesp. 2015. 100 p.
- AGUIAR, Janaina Marques de; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. Violência institucional, autoridade médica e poder nas maternidades sob a ótica dos profissionais de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 11, p. 2287-2296, Nov. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013001100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00074912>
- AYRES, José Ricardo Carvalho de Mesquita. Prevenção de Agravos, Promoção da Saúde e Redução de Vulnerabilidade. In: MARTINS, M. A. *et al.* (Ed.). **Clínica Médica**. São Paulo: Manole. 2016 (2ª ed.)
- AYRES, José Ricardo Carvalho de Mesquita; CALAZANS, Gabriela Junqueira; SALETTI FILHO, Haraldo César; FRANCA JUNIOR, Ivan. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: Campos GWS, Bonfim JRA, Minayo MCS, Akerman M, Drumond Júnior M, Carvalho YM, organizadores. **Tratado de saúde coletiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2006.pp. 375-417
- AYRES, José Ricardo Carvalho de Mesquita; França Júnior, Ivan; Calazans, Gabriela Junqueira; Saletti Filho, Heraldo César. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: Czeresnia, Dina; Freitas, Carlos Machado de. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2003. p.117-139.
- BARRETO, Letícia Cardoso; GROSSI, Miriam Pillar; MAYORGA, Claudia. **Pensando a Prostituição, a Pesquisa e a Militância**. Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, Salvador, Bahia, UNEB, junho 2013.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, June 2006. Disponível em <https://bit.ly/2M2bvmD>. Acessado em 06 Sept. 2018.
- BRASIL. **Boletim Epidemiológico AIDS e DST**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, PN de DST e AIDS, Ano V, n. 1, 27ª à 53ª semanas epidemiológicas, jul./dez. 2016, 1ª à 26ª semanas epidemiológicas jan./jun. 2017. 2017. Disponível em goo.gl/SXjJVV. Acessado em 2 Mar. 2017
- BRASIL. **Boletim Epidemiológico AIDS e DST**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, PN de DST e AIDS, Ano VII, n. 1, 27ª à 52ª semanas epidemiológicas, jul./dez. 2008, 1ª à 26ª semanas epidemiológicas jan./jun. 2009. 2010. Disponível em <http://www.aids.gov.br/pt-br/node/79>. Acessado em 14 Fev. 2017.
- BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO – 2002**, 2ª ed. Brasília: MTE, SPPE, 2002. v. 2, 196 p.
- BRASIL. **Censo Demográfico 1991**. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em goo.gl/Ar2Hnb. Acessado em 01 de junho de 2018.
- BRASIL. **Projeto de Lei 98/2003**. Dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os arts. 228, 229 e 231 do Código Penal. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/114091.pdf> Acessado em 24 jul. 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei 4244/2004**. Institui a profissão de trabalhadores da sexualidade e dá outras providências. Disponível em goo.gl/qQ2cVx Acessado em 24 jul. 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei 4211/2012**. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. Disponível em goo.gl/mu4s37 Acessado em 24 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004**. Dispõe sobre a Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças: Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm. Acesso em 25 de agosto de 2019.

BREDSTRÖM, Anna. Intersectionality: a challenge for feminist HIV/aids research? **European Journal of Women's Studies**. v.13, n. 3, P. 229-243. 2006.

BRITO, Ana Maria de; CASTILHO, Euclides Ayres de; SZWARCOWALD, Célia Landmann. AIDS e infecção pelo HIV no Brasil: uma epidemia multifacetada. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop.**, Uberaba, v. 34, n. 2, p. 207-217, Abr. 2001. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0037-86822001000200010>. Acessado em 11 Fev. 2017.

BUTLER, Judith. Repensar la vulnerabilidad y la resistencia. Conferência proferida em 24 de junho de 2015 no **XV Simposio de La Asociación Internacional de Filósofos (IAPh)**, Alcalá de Henares. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hEjQHv0R6rQ>

CARBADO, Devon; CRENSHAW, Kimberlé W.; MAYS, Vickie M.; TOMLINSON, Barbara. Intersectionality: Mapping the Movements of a Theory. **Du Bois Rev.** 2013, Fall;10(2); P. 303-12.

CHATEAUVERT, Melinda. **Sex workers unite: A history of the movement from Stonewall to Slutwalk**. Boston: Beacon Press, 2014.

CORRÊA, Sônia; PIMENTA, Cristina; MAKUD, Ivya *et al.* (coordenadores). **Relatório de Pesquisa Sexualidade e Desenvolvimento: a política brasileira de resposta ao HIV/AIDS entre profissionais do sexo**. Rio de Janeiro: ABIA, 2011.

COUTO, Marcia Thereza *et al.* La perspectiva feminista de la interseccionalidad en el campo de la salud pública: revisión narrativa de las producciones teórico-metodológicas. **Salud Colectiva** [online]. v. 15 Acessado em 25 Agosto 2019, e1994. Disponible en: <https://doi.org/10.18294/sc.2019.1994>. ISSN 1851-8265.

CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, P. 139-167, 1989.

DAMACENA, Giseli Nogueira; SZWARCOWALD, Célia Landmann; SOUZA JUNIOR, Paulo Roberto Borges de. Práticas de risco ao HIV de mulheres profissionais do sexo. **Rev. Saúde Pública, São Paulo**, v. 48, n. 3, p. 428-437, June 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-8910.2014048004992>. Acessado em 15 Jan. 2017.

DE MATTOS, Rogério Botelho. A dinâmica dos espaços da prostituição na cidade do Rio de Janeiro: 1840-1940. In: RIBEIRO, Miguel Ângelo; OLIVEIRA, Rafael da Silva (org.). **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na Geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011. Pp. 45-63.

_____.; RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro - **Boletim Goiano de Geografia**, [S.l.], v. 15, n. 1, jul. 2008. ISSN 1984-8501. Disponível em <https://doi.org/10.5216/bgg.v15i1.4327>. Acessado em 17 jun. 2018.

ÉBOLI, Evandro. Prostitutas vítimas de perseguição na ditadura reivindicam anistia. **O Globo**, 21 set. 2013. Brasil. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/prostitutas-vitimas-de-perseguido-na-ditadura-reivindicam-anistia-10082257>. Acessado em 19/06/2018.

FÁBIO, André Cabette. A trajetória e as conquistas do movimento LGBT brasileiro. **Nexo Jornal**. 17 jun. 2017. Brasil. Disponível em goo.gl/SHK5PG. Acessado em 24 jul. 2018.

FARIA, Rivaldo Mauro de; BORTOLOZZI, Arlêude. **Espaço, território e saúde:** contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil. *RAE GA: o espaço geográfico em análise*. Curitiba: Editora UFPR, n. 17, p. 31-41, 2009.

FARIA, Rivaldo Mauro de. A territorialização da atenção primária à saúde no sistema único de saúde e a construção de uma perspectiva de adequação dos serviços aos perfis do território urbano. *Hygeia, Rev. Bras. de Geografia Médica e da Saúde*, Uberlândia, v.9, n. 16, p. 131-147, 2013. Disponível em www.hygeia.ig.ufu.br. Acesso em 08 ago. 2018.

FASSIN, Didier. Why ethnography matters: on anthropology and its publics. **Cultural Anthropology**. 2013, v.28, n.4

FERRAZ, Dulce et al. (2019) AIDS- and sexuality-related stigmas underlying the use of post-exposure prophylaxis for HIV in Brazil: findings from a multicentric study, **Sexual and Reproductive Health Matters**, 27:3, DOI: 10.1080/26410397.2019.1650587

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, Jan. 2008. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003>. Acesso em 02 Sept. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. 12ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FRÚGOLI JR, Heitor; SPAGGIARI, Enrico. Da cracolândia aos nódios: percursos etnográficos no bairro da Luz, **Ponto Urbe** [Online], 6 | 2010, posto online no dia 31 julho 2010, consultado o 25 agosto 2019. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1870>; DOI : 10.4000/pontourbe.1870

FRÚGOLI JR, Heitor. A cidade no diálogo entre disciplinas. In: Fortuna, C. e Leite, R. P. (orgs.). **Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 53-67.

FRÚGOLI JR, Heitor. A questão da centralidade em São Paulo: o papel das associações de caráter empresarial. In: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 16, p. 51-66, jun. 2001.

GEERTZ, Clifford. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: **Obras e vidas: o antropólogo como autor**, por Clifford Gertz. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. Pp. 11-39

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 1997, 366 P.

GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989. P. 278-321.

GJENGEDAL, Eva, EKRA, Elsi Mari, HOL, Hege *et al.* Vulnerability in Health Care: reflections on encounters in every day practice. **Nursing Philosophy**, v. 14, p. 127-138. doi:10.1111/j.1466-769X.2012.00558.x

GOLDMAN, Emma. Tráfico de mulheres. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 37, p. 247-262, Dec. 2011. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000200009>. Acessado em 27 June 2018.

GONDIM, G. M. M.; MONKEN, M. Territorialização em Saúde. **Escola Nacional de Saúde Pública**. Fundação Osvaldo Cruz, p. 32. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/ArtCient/25.pdf>. Acessado em 27 de jun. 2018.

GRANGEIRO, Alexandre *et al.* O efeito dos métodos preventivos na redução do risco de infecção pelo HIV nas relações sexuais e seu potencial impacto em âmbito populacional: uma

revisão da literatura. **Rev. bras. Epidemiol.**, São Paulo, v. 18, supl. 1, p. 43-62, Sept. 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4503201500050005> Acessado em 14 Fev. 2017.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; EUZEBIOS FILHO, Antonio. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. **Escritos educ.**, Ibitiré, v.4, n.2, p. 39-48, dez. 2005. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso. Acessado em 25 ago. 2019.

HAESBAERT, Rogério. O território e a nova des-territorialização do Estado. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular. 2ª ed. ver. 2013. P. 17-38

HAESBERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 29, p.11–24, Jan. 2003.

HARDING, Sandra. The Instability of the Analytical Categories of Feminist Theory. **Sings A Journal of Women in Culture and Society**, v. 11, n. 4, 1986. p. 645-664.

HARDING, Sandra. Standpoint Theories: Productively Controversial. **Hypatia**, Vol. 24, No. 4 (Fall, 2009), P. 192-200 Disponível em <http://www.jstor.org/stable/20618189> Acessado em 13-06-2018.

HECKATHORN, Douglas D. Respondent-driven sampling: a new approach to the study of hidden populations. **Soc. Probl.** 1997; 44:174-99.

HELENE, Diana. O movimento social das prostitutas e o direito à cidade para as mulheres. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis. Disponível em http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498590152_ARQUIVO_d_hele ne.pdf Acessado em 19/06/2018.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**. v. 20, n. 2, 2015.

HIGGINS, Jenny A.; HOFFMAN, Susie; DWORKIN, Shari L. Rethinking Gender, Heterosexual Men, and Women's Vulnerability to HIV/AIDS, **American Journal of Public Health** 100, no. 3 (March 1, 2010): pp. 435-445.

JACOBSON, Pye. **Um século e meio de abolicionismo**: prostituição, criminalização e o controle da mulher. Debate realizado em 7 de agosto de 2017 na Companhia Pessoal do Faroeeste, em São Paulo/SP.

JACCOUD, Mylène; MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. *et al.* **A Pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

LAURINDO-TEODORESCU, Lindinalda; TEIXEIRA, Paulo Roberto. **Histórias da aids no Brasil, 1983-2003**. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais; 2015.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta – em depoimento a Marcia Zanelatto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEITE, Gabriela; MURRAY, Laura; LENZ, Flavio. O Par e o Ímpar: o potencial de gestão de risco para a prevenção de DST/HIV/AIDS em contextos de prostituição. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 18, supl. 1, p. 7-25, Sept. 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4503201500050003>. Acessado em 15 Jan. 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Rev. Bras. Ci. Soc.** [online]. 2002, vol.17, n.49, P.11-29. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>. Acessado em 30 Out. 2016

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horiz. antropol.** [online]. 2009, vol.15, n.32, P.129-156. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832009000200006>. Acessado em 30 Out. 2016.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. O Circuito: proposta de delimitação da categoria. **Ponto Urbe** [Online], v. 15, 2014, posto online no dia: 22 Abril 2016. URL: <http://pontourbe.revues.org/2041>.

MALTA, Mônica *et al.* HIV prevalence among female sex workers, drug users and men who have sex with men in Brazil: A Systematic Review and Meta-analysis. **BMC Public Health**. Pp. 10-317. 2010. Acessado em 22 de fevereiro de 2017. Disponível em goo.gl/I0yRw Acessado em 2 Mar. 2017.

Mann J, Tarantola DJM, Netter T. Como avaliar a vulnerabilidade à infecção pelo HIV e AIDS. In: Parker RA. **AIDS no mundo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 1993. p. 276-300.

MARTINS, José de Souza. Migrações temporárias: problema para quem? **Travessia**. Revista do Migrante, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 5-8, 1988.

MARTINS, José de Souza. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus. 1997.

MATHIEU, Lilian. Une mobilization improbable: l'occupation de l'église Saint-Nizier. In: MENSAH, Maria N. et al (org.). **Lutes XXX** - Inspirations du mouvement des travailleuses du sexe. Montreal: Les Éditions duremue-ménage, 2011, P. 72 - 80.

MATOS, Odilon Nogueira de. São Paulo no século XIX In: AZEVEDO, Álvaro de. (org.) **A cidade de São Paulo**, v.2 (A evolução urbana), São Paulo: Editora Nacional, 1958, cap. 2, p. 49-95.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG; CASTRO, PA. (orgs.). **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. P. 49-83. Disponível em SciELO Books. Acessado em 27 jul. 2018.

MAZZIEIRO, João Batista. Sexualidade Criminalizada: Prostituição, Lenocínio e Outros Delitos - São Paulo 1870/1920. **Rev. bras. Hist. São Paulo**, v.18, n.35, p.247-285, 1998 Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000100012>. Acesso em 16 June 2018.

MCCALL, Leslie. The Complexity of Intersectionality. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 30, n. 3, p. 1771-1800, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe B. Prostituição à brasileira – cinco histórias, São Paulo: Ed. Contexto, 2015, 240 P.

ME LLAMAN calle. Intérprete: Manu Chao. Compositores: Manu Chao. In: LA RADIOLINA (2007). Intérprete: Manu Chao.

[S. l.]: Emi-Odeon Brasil, 1977. 1 CD, faixa 7.

MEYER, R.M.P. & IZZO JR., A. **Pólo Luz** - Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo. São Paulo: Associação Viva o Centro, 1999.

MINAYO, Maria Cecília S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília S.; MINAYO-GÓMEZ, Carlos. Dífceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P; MARSIGLIA, R.M.G; GOMES, M. H. de A (Org.). **O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2003. 444p. Disponível em goo.gl/DsYKPD Acessado em 30 Out. 2016

MONITORAMENTO ATIVO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE – MAPAS. **Conflitos em torno do direito à moradia na região central de São Paulo**. Relatório do Projeto. Rio de Janeiro: IBASE, 2005.

MONKEN, Maurício; BARCELLOS, Christovam; PEITER, P. *et al.* O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. In: Miranda, Ary Carvalho de; Barcellos, Christovam; Moreira, Josino Costa; Monken, Mauricio. **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p.23-41.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cad. Pagu**, Campinas, n.42, p.201-248, June 2014. Disponível em <https://bit.ly/2MTWYyR>. Acessado em 06 Sept. 2018.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir Puta**: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis?. **Sex., Salud, Soc.** (Rio J.), Rio de Janeiro, n.11, p.88-121, Aug. 2012. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872012000500005>. Acessado em 19 June 2018.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O Trabalho do antropólogo**. Brasília: UnB, 1998. p. 17-35.

OVIDO, Rafael Antônio Malagón; CZERESNIA, Dina. O conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v.19, n. 53, p. 237-250, June 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622014.0436>. Acessado em 07 ago. 2018. Epub Mar 27, 2015.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, Dec. 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>. Acessado em 29 jul. 2018.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PERLONGHER, Nestor. [1987] **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008. 271 p.

PETHERBRIDGE, Danielle. O que há de crítico na vulnerabilidade? Repensando interdependência, reconhecimento e poder. **Dissonância: Revista de Teoria Crítica**. Campinas.v.1, n.2, p. 145-175. 2017.

PISCITELLI, Adriana. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. **Contemporânea**. v.3, n.2, p. 377-404, jul-dez. 2013.

PISCITELLI, Adriana. Feminismos e prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista. **Cuadernos de Antropología Social** n° 36, pp 11–31, 2012.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, vol. 11, n° 2, Goiânia, P. 263-274, 2008a.

PISCITELLI, Adriana. Entre as "máfias" e a "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 31, p. 29-63, Dec. 2008. Available from <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332008000200003>. Access on: 29 Aug. 2019.

- PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero no mercado do sexo. **Cad. Pagu** [online]. 2005, n.25, P.7-23. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332005000200001>. Acessado em 18 de junho de 2018.
- PREFEITURA fecha 15 casas de prostituição na zona norte de SP, **Folha de São Paulo**, Cotidiano, 11 ago. 2017. Disponível em encurtador.net/erzMR Acessado em 19/06/2018.
- RAFFESTIN, Claude. [1980] **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 2008.
- RATZEL, Friedrich. Geografia do Homem. Antropogeografia. In MORAES, Antônio Carlos Robert de (org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática. 1990. P.32-107.
- RECHTMAN, Enio. **Itaboca, rua de triste memória**: imigrantes judeus no bairro do Bom Retiro e o confinamento da zona do meretrício (1940 a 1953). 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Judaicos) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.8.2015.tde-15072015-151720. Acessado em 2019-08-25.
- ROLNIK, R. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1997 (Coleção Cidade Aberta)
- RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.
- RUI, T. Usos da “Luz” e da “cracolândia”: etnografia de práticas espaciais. **Saude soc.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 91-104, Mar. 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902014000100007>. Consultado em: 01 Feb. 2018.
- SACK, Robert David. [1986] O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular. 2ª ed. ver. 2013 P. 63-90.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005 [SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: Ensaio Petrópolis: Vozes, 1979].
- SANTOS, Milton. [1978] **Por uma Geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Edusp. 2012 6. ed., 2. Reimpr.
- SANTOS, Milton. [1996] **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção, 4ª ed. 2ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1)
- SPAGGIARI, E.; RODRIGUES, W. E.; FONSECA, I. Z. da. Etnografia da atuação de entidades sociais na região da Luz, **Ponto Urbe** [Online], 11 | 2012, Disponível em <http://journals.openedition.org/pontourbe/1143>; Posto online no dia 01 Dezembro 2012, consultado em 01 Fevereiro 2018.
- SILVA, Marcos Virgílio da. A eugenia e o ideário antiurbano no Brasil. In: MOTA, André, MARINHO, Gabriela S. M. C. (organizadores). **Eugenia e história**: ciência, educação e regionalidades. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013.
- SILVA, Ricardo Barbosa da. **Motoboys no globo da morte**: Circulação no espaço e trabalho precário na cidade de São Paulo. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2011.
- SILVA, Selma Lima da. **Mulheres da Luz**: uma etnografia dos usos e preservação no uso do "Crack". 2000. Dissertação (Mestrado em Serviços de Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. doi:10.11606/D.6.2000.tde-27042008-180551. Acessado em 2019-08-25.

SILVEIRA, María Laura. Novos aconteceres, novas territorialidades. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular. 2ª ed. ver. 2013. P. 39-62.

SILVEIRA, Cássio; CARNEIRO Jr., Nivaldo; MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. **Projeto inclusão social urbana: nós do centro**. Metodologia de pesquisa e de ação para inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade no centro da cidade de São Paulo; São Paulo: Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho. Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, 2009.

CAMARGO, Candido Procopio Ferreira de et al. (org.). **São Paulo 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo: Edições Loyola, 1975.

SZWARCWALD, Célia Landmann; DAMACENA, Giseli Nogueira; DE SOUZA-JÚNIOR, Paulo Roberto Borges *et al.* Factors associated with HIV infection among female sex workers in Brazil. In: **Medicine**. HIV/AIDS, Syphilis and Viral Hepatitis research in Brazil. v. 97(1S):S54-S61.May 2018.

SZWARCWALD, Célia Landmann; DE ALMEIDA, Wanessa da Silva; DAMACENA, Giseli Nogueira *et al.* Changes in attitudes, risky practices, and HIV and syphilis prevalence among female sex workers in Brazil from 2009 to 2016. In: **Medicine**. HIV/AIDS, Syphilis and Viral Hepatitis research in Brazil.v. 97 (1S): S46-S53.May 2018.

VILLELA, Wilza Vieira; MONTEIRO, Simone. Gênero, estigma e saúde: reflexões a partir da prostituição, do aborto e do HIV/aids entre mulheres. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 531-540, set. 2015. Disponível em goo.gl/i6mj3C Acessado em 15 jan. 2017.

VIGOYA, Mara Viveros. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate Feminista**. Campinas, v. 52, p. 1-17, 2016. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.df.2016.09.005>. Acessado em 08 ago. 2018.

WHITEHEAD, M. The concepts and principles of equity and health. **International Journal of Health Service: Planning, Administration, Evaluation**, Los Angeles, v. 22, n. 3, p. 429-445, 1992.

ZAMBONI, Marcos. Marcadores sociais da diferença. **Sociologia: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades)**. São Paulo, v. 1, p. 13 - 18, 2014.

10 BIBLIOGRAFIA E FILMOGRAFIA CONSULTADAS

BOWLEG, Lisa. The problem with the phrase women and minorities: intersectionality-an important theoretical framework for public health. **American journal of public health**. v.102. p. 1267-73, 2012.

BRUNA Surfistinha. Direção: Marcos Baldini. Brasil: Imagem Filmes. (109 min.).

DA SILVA, Jan Carlos. O conceito de território na Geografia e a territorialidade da prostituição. In: RIBEIRO, Miguel Ângelo; OLIVEIRA, Rafael da Silva (org.). **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na Geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011. P. 19-44.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cad. Pesquisa**, São Paulo, n.115, p. 139-154, Mar. 2002. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000100005>. Acessado em 02 Mar. 2017.

FEDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e a acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017

GLÓRIA das prostitutas, A. Direção: Michael Glawogger. Áustria/Alemanha: 2011. (119 min.). Título original: Whore's Glory.

HISTÓRIAS de cozinha. Direção: Bent Hamer. Noruega/Suécia: Mais Filmes. 2003. (95 min.)
Título original: Salmerfrakjøkkenet / Kitchen Stories / Psalmerfrånköket / Psalms from the Kitchen

IRINA Palm. Direção: Sam Garbarski. Bélgica. 2007. (103 min.)

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta?** São Paulo: Hoo. 2016.

MONSTER. Direção: Patty Jenkins. Alemanha/EUA: Imovision. 2003. (108 min.)

NASCIMENTO, Silvana Souza, Corpo-afeto, Corpo-violência: experiências na prostituição de estrada na Paraíba. **Revista Ártemis**, Vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014. P. 69-86.

PANTALEÃO e as visitadoras. Direção: Francisco J. Lombardi. Peru/Espanha: Europa filmes. 2000. (137 min.). Título original: Pantaleón y las Visitadoras.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta. 2018. 108 P.

PRINCESAS. Direção: Fernando León de Aranoa. Espanha. 2005. (114 min.)

ROSSIAUD, Jacques: **A Prostituição na Idade Média**. Tradução: Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

SANTOS, Cleone. **Trajetórias de vida: mulheres da Luz**. Santo André. Coopacesso: 2019. 176 P.

11. MAPAS

Mapa 1: Delimitação da área de estudo

Fonte: Elaboração Própria a partir de bases cartográficas digitais disponibilizadas pelo Centro de Estudos da Metrópole / CEBRAP

Mapa 2: Aproximação da Área de Estudo

Fonte: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM)

12. ANEXOS

Anexo A: Roteiro da entrevista com as profissionais do sexo

- ☐ Apresentação
- ☐ Iniciar lendo o TCLE, que deve ser assinado.
- ☐ Autorizada a gravação, iniciar pedindo que a entrevistada diga seu nome e a data da entrevista.

A. HISTÓRIA DE VIDA, HISTÓRIA PROFISSIONAL

1. Quero começar pedindo para você falar um pouco sobre você, sobre onde nasceu, a relação com sua família, como foi o estudo e se teve algum trabalho antes de fazer programa. Enfim gostaria que você me dissesse um pouco sobre sua vida antes de se tornar uma profissional do sexo. *(Objetivo: conhecer o perfil da entrevistada e a trajetória que percorreu até fazer programa)*

2. Agora você pode me falar sobre sua vida afetiva atual? Se tem um parceiro fixo (se não tiver parceiro atual, explorar o último parceiro), quem é ele, há quanto tempo estão juntos, se trabalha e com o quê, como o conheceu e como é a relação entre vocês (moram juntos, se há compromissos afetivos, financeiros e familiares, se a relação é aberta e quais os termos da negociação)? *(objetivo: conhecer o papel que esse parceiro pode ter na transmissão do HIV, explorando se ele pertence ao contexto da prostituição, se é uma relação aberta e qual é o vínculo que possuem. Se não houver comentário, perguntar se o parceiro mantém relações com outras mulheres, com homens ou se usa drogas e se ele sabe que ela faz programas)*

3. Gostaria de falar um pouco sobre o seu trabalho. O que significa para você ser uma profissional do sexo? O que isso te traz de coisas boas e ruins? Você diria que há uma vida da NOME como trabalhadora do sexo e outra da NOME na vida privada (se é mãe-esposa, quantos filhos?). No que essas duas vidas são diferentes? Quando você se viu como profissional do sexo, em que contexto? *(objetivo: conhecer quais os significados atribuídos à prostituição e como ela lida com isso na vida profissional e na particular. Perguntar para quem ela escolhe falar que é trabalhadora do sexo)*

4. E você poderia me contar como é um dia de trabalho seu? Em que lugar você fica? Quem são seus clientes? Quem mais trabalha ou vive nesse local e está relacionado com a prostituição? Qual a relação que eles têm com você e com o seu trabalho (colegas? dono do bar? Cafetão? Alguém que venda droga? Segurança?)? *(objetivo: descrever o contexto do trabalho dela, explorando o que pode limitar a autonomia dela e os compromissos que ela tem com os diferentes atores)*

B. ITINERÁRIO DE SAÚDE

5. Gostaria de falar agora sobre como você cuida saúde, mais especificamente como você faz quando precisa ir a um serviço de saúde ou a um médico. Para isso gostaria que você se lembrasse da última vez que você teve um problema de saúde ou que precisou cuidar de sua saúde, e me contasse tudo o que você teve que fazer para conseguir resolver esse problema?

(objetivo: conhecer o itinerário da busca do serviço de saúde. Se ela procurou um serviço de emergência ou um pronto atendimento, perguntar se ela vai a um posto de saúde perto da residência ou do trabalho. Perguntar também se ela se identificou com trabalhadora do sexo)

6. Você costuma se consultar com ginecologista?

Se não: Por que não? (exploramos aí as dificuldades de acesso) E quando você tem problemas na vagina, como você faz?

Se sim: Em que situações você costuma procurar o/a ginecologista? Você pode me contar como foi a última vez em que você precisou de uma consulta ginecológica?

E quando tem alguma coisa incomodando na vagina, como alguma dor, ferida ou corrimento, o que você faz? Ou quando você precisou de algum método para evitar filhos? Ou quando precisou realizar exame preventivo (papanicolau) ou mamografia?

(objetivo: conhecer como ela cuida de demandas ginecológicas. Explorar se ela muda alguma coisa na rotina de trabalho e quais as dificuldades que ela tem para conseguir uma consulta ginecológica, tanto do ponto de vista do serviço, como da rotina de trabalho dela. Explorar o acesso aos métodos contraceptivos e aos rastreamentos na área de saúde da mulher para Câncer de colo de útero e câncer de mama)

7. O que você acharia de ter postos de saúde específicos que atendessem as trabalhadoras do sexo próximo ao seu trabalho? Você acha que seria ruim? Que poderia aumentar o preconceito? Ou você iria nele? Como você acha que ele deveria ser? E o que ele deveria ter? *(objetivo: explorar a aceitação e as características de um serviço específico para trabalhadoras do sexo.)*

C. AIDS E PREVENÇÃO

8. Nós sabemos que as mulheres que fazem programa têm uma grande preocupação em usar a camisinha com os clientes. Mas algumas vezes isso falha, porque a camisinha estoura, desliza ou, ainda, é um cliente antigo ou que tira a camisinha durante a relação. Você poderia falar um pouco sobre essas situações, como elas ocorrem, com quem elas ocorrem e por quê elas ocorrem? *(objetivo: explorar as situações que os programas são feitos sem preservativo e para aquelas que relatam estouro o porquê isso acontece.)*

9. E com seu parceiro fixo, com vocês fazem para prevenir da aids ou outras doenças transmitidas na relação sexual? Vocês conversam sobre a prevenção e fizeram algum tipo de acordo? Me conte como foi/é essa negociação. *(objetivo: explorar outras formas de prevenção para além do preservativo, como se eles realizaram o teste para ter relações sem preservativo)*

Anexo B: Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

APROVAÇÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, em sessão de 20/06/2018, **APROVOU** o Protocolo de Pesquisa nº 234/18 intitulado: “**Territorialidade e vulnerabilidade ao HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis: Etnografia entre mulheres profissionais do sexo no Bairro da Luz, São Paulo.**” apresentado pelo Departamento Medicina Preventiva.

Cabe ao pesquisador elaborar e apresentar ao CEP-FMUSP, os relatórios parciais e final sobre a pesquisa (Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/12, inciso IX.2, letra "c").

Pesquisador (a) Responsável: Profa Dra. Marcia Thereza Couto Falcão
Pesquisador (a) Executante: Isa da Silva Sorrentino

CEP-FMUSP, 20 de Junho de 2018.

Profa. Dra. Maria Aparecida Azevedo Koike Folgueira
Coordenador
Comitê de Ética em Pesquisa